

revista PILARES DA historia

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

ano 8 - número 9 - maio / 2009

Nesta edição:

- ▶ **BAIXADA FLUMINENSE**
- ▶ **AS LUTAS OPERÁRIAS NAS INDUSTRIAS TÊXTEIS EM MAGÉ - RJ (1917 - 1919)**
- ▶ **A CARTOGRAFIA DOS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**
- ▶ **DOS LOTEAMENTOS AOS BAIRROS: A CONSTRUÇÃO DOS "LUGARES" EM DUQUE DE CAXIAS NOS ANOS 40 E 50 DO SÉCULO XX**
- ▶ **O CORONEL ELYSEU E O SEU TEMPO**
- ▶ **O PRINCÍPIO DA GOMÉIA**
- ▶ **JOÃO CÂNDIDO - HERÓI DOS DIREITOS HUMANOS**
- ▶ **BELFORD ROXO TAMBÉM TEM HISTÓRIAS PARA CONTAR**

Visões Universitárias

- **A Baixada Fluminense como depósito humano: Um estudo sobre o caso de segregação sócio-espacial da cidade dos menino**
- **Entre Rios, Trilhas e Estradas: Na Constituição da Cidade de Duque de Caxias**

É mais:

na **Seção Memória Viva**, entrevista com **Elizabeth Bárbara da Costa: 50 anos de Parque São Lucas**



edição conjunta: instituto histórico vereador thomé siqueira barreto / câmara municipal de duque de caxias e associação dos amigos do instituto histórico.

AH

REVISTA PILARES DA HISTÓRIA

ISSN 1983-0963

Edição conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ
SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL
DE DUQUE DE CAXIAS
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:

Dalmar Lírio Mazinho de Almeida Filho

DIRETORA GERAL DA CMDC:

Ingrid Junger de Assis

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:

Rogério Torres da Cunha

CONSELHO EDITORIAL:

Alexandre dos Santos Marques

Carlos Sá Bezerra

Nielson Rosa Bezerra

Rogério Torres da Cunha

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

COLABORADORES:

Alda Regina Siqueira Assumpção / Diego Lucio

Villela Pereira / Fábio Ferreira de Oliveira /

Leonardo da Silva Palhares / Manoel Mathias

Thiburcio Filho / Roselena Braz Veillard / Suely

Alves Silva / Luiz Felipe dos Santos Junior

LOGOMARCA:

Guilherme Peres

FOTOS / CAPA:

Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição
e estátua em homenagem a Sra. Darcy Vargas,
que se encontram no Complexo da Cidade dos
Meninos, 2007. Acervo Instituto Histórico/CMDC

CORRESPONDÊNCIA:

Rua Paulo Lins, 41 - subsolo - Jardim 25 de

Agosto - Duque de Caxias - RJ

CEP: 25071-140

Telefone: 2784-6947

e-mail: institutohistorico@cmdc.rj.gov.br

site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

Editorial

A Revista Pilares da História alcança seu nono número. Com seus textos e imagens retoma sua tarefa de discutir e socializar a História, a Cultura e o Patrimônio de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Os artigos apresentados abordam questões de nossa cidade, de São João de Meriti, Magé e Belford Roxo, em um esforço de contemplar com amplitude os fios complexos que entrelaçam socialmente nossa região.

Desde sua fundação, a Associação dos Amigos do Instituto Histórico, que junto ao Instituto Histórico organiza esta revista com o firme apoio do Legislativo Municipal, tem travado duras lutas pelo aprofundamento de pesquisas e a elaboração de políticas públicas que contemplem nossos interesses culturais. Essa militância, em parceria com outras entidades e pessoas, construiu a longo dos últimos anos importantes avanços como a consolidação do Conselho Municipal de Cultura e a iminente implementação de uma rede de museus em nossa cidade.

A Revista Pilares da História e seus colaboradores têm sido os combatentes, na trincheira intelectual, que tentam levar adiante a necessidade de uma profunda reflexão histórica sobre as virtudes e os problemas da nossa região. Nesse sentido, respiramos aliviados por mais esta batalha vencida e convocamos a todos para as próximas que virão.



O Instituto Histórico "Vereador Thomé Siqueira Barreto" / Câmara Municipal de Duque de Caxais e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico agradecem o apoio:

Dos Autores

CRPH
Centro de Referência Patrimonial e Histórico
do Município de Duque de Caxias

CEPEMHEd
Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação
da Cidade de Duque de Caxias
e Baixada Fluminense

IPAHB
Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ
Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica
na Baixada Fluminense

De todos que participaram direta ou indiretamente da produção deste trabalho e daqueles que se empenham no difícil processo da permanente construção e reconstrução da nossa história.

O Conselho Editorial está aberto ao recebimento de artigos para possível publicação.

As idéias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão destes são da responsabilidade dos autores.





CULTURA: INCENTIVO E COMPROMISSO

Ao assumir a Presidência da Câmara Municipal de Duque de Caxias minha proposta em relação à cultura da cidade vai de encontro ao compromisso de promover nosso patrimônio histórico, artístico e cultural, possibilitando seu acesso a toda sociedade.

Apoiar a cultura não é gasto, é investimento. Apoiar o conhecimento e a preservação da cultura, ao meu ver, constitui ponto fundamental para mudanças contundentes na sociedade. Cultura é componente de gestão sustentável, assim como o respeito ao meio ambiente, cumprimento das leis, pagamento de impostos e outros fatores de responsabilidade social.

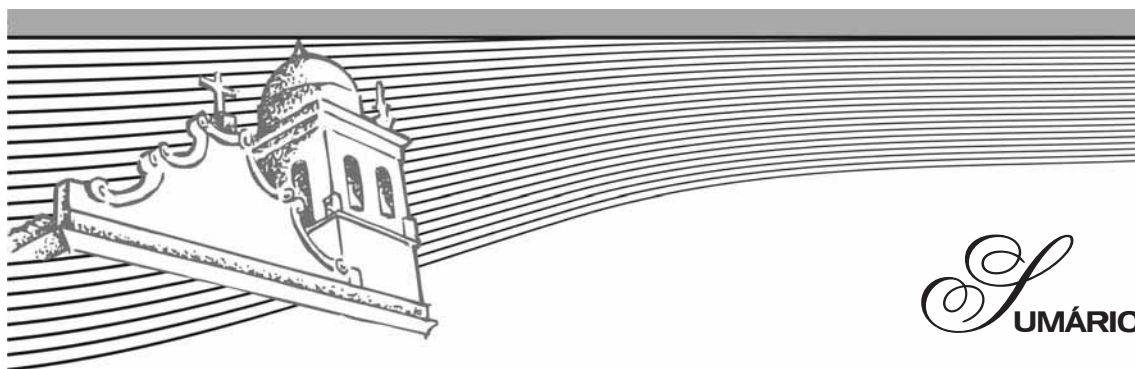
A propagação da cultura e a preservação da história da região onde se encontra o atual município de Duque de Caxias é elemento essencial de socialização. E respeito ao equilíbrio social é a mola mestra de sobrevivência para a sociedade. Essa ação deve ser vista como uma ferramenta com grande potencial de utilização tanto para as empresas privadas, como para o poder público.

Infelizmente, ações voltadas para essas questões sempre estiveram na contramão dos políticos, na contramão da história de nossa região. Sou nascido e criado em Duque de Caxias, dedico parte de meu tempo à leitura, gosto muito de história e penso que todo cidadão deveria conhecer suas raízes. É preciso que haja um trabalho permanente de humanização, para que as várias gerações tenham acesso à arte e cultura, pois um povo ciente de seu papel na sociedade no passado tem mais possibilidades de agir conscientemente de forma cidadã e com atitude no presente e no futuro.

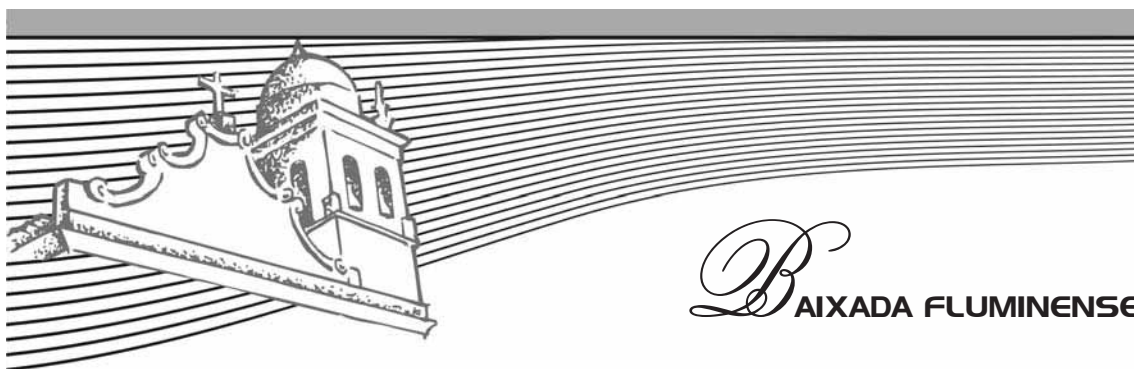
Ao apoiar a nona edição da Revista Pilares da História acredito estar contribuindo para que a nossa sociedade consiga ter acesso às informações que tragam a consciência de que somos um município jovem e que o cidadão deve preservar sua história, pois ela é um bem de todos. Esta publicação já se tornou, ao longo dos anos, um significativo referencial de nossa rica memória histórica para pesquisadores e cidadãos que se interessam por ela.

Devemos ter consciência de que apenas conhecendo nossas raízes e reconhecendo o valor dos bens culturais poderemos realizar escolhas através deste instrumento de cidadania e preservação da história e da memória social.

Dalmar Lírio Mazinho de Almeida Filho



BAIXADA FLUMINENSE	07
Tania Maria S. Amaro de Almeida	
AS LUTAS OPERÁRIAS NAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS EM MAGÉ - RJ (1917-1919)	10
Sérgio Luiz Monteiro Mesquita	
A CARTOGRAFIA DOS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS. Uma faceta da inclusão dos Territórios.	15
Sidney Cardoso Santos Filho	
DOS LOTEAMENTOS AOS BAIRROS: A CONSTRUÇÃO DOS "LUGARES" EM DUQUE DE CAXIAS NOS ANOS 40 E 50 DO SÉCULO XX	25
Antonio Augusto Braz	
O CORONEL ELYSEU E O SEU TEMPO	41
Elyseu Adail de Alvarenga Freire e Rogério Torres	
O PRINCÍPIO DA GOMÉIA	55
Waldemar Alvarenga Neto	
JOÃO CÂNDIDO - HERÓI DOS DIREITOS HUMANOS	63
Guilherme Peres	
BELFORD ROXO TAMBÉM TEM HISTÓRIAS PARA CONTAR	69
Rubens de Almeida	
VISÕES UNIVERSITÁRIAS	77
A Baixada Fluminense como depósito humano: um estudo sobre o caso de segregação sócio-espacial da Cidade dos Meninos	
Alexandre Barros/Diego Villela/Eduardo Alencar	
Entre Rios, Trilhas e Estradas: a constituição da cidade de Duque de Caxias	
Bruna da Conceição Fernandes de Almeida	
SEÇÃO TRANSCRIÇÃO	95
Alexandre dos Santos Marques, Rogério Torres e Tania Maria da Silva Amaro de Almeida	
SEÇÃO MEMÓRIA VIVA	101
Antonio Augusto Braz e Tania Maria da Silva Amaro de Almeida	
SEÇÃO ICONOGRAFIA	105
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO	111



Tania Maria S. Amaro de Almeida¹

A Baixada Fluminense é uma região que vem se afirmando ao longo dos anos. Sua ocupação foi iniciada com a fundação da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1565, esta que serviu de base para a expulsão dos franceses que haviam ocupado a baía de Guanabara no século XVI.

O conceito de Baixada Fluminense é uma expressão polissêmica que depende do interesse dos pesquisadores, da escala de observação, da atuação das instituições ou grupos políticos. A expressão pode assumir configurações geográficas, econômicas, políticas e culturais diferenciadas. Segundo o dicionário Aurélio, baixada significa “planície entre montanhas”, já fluminense origina-se do latim (*flumen*, que significa “rio”); esta denominação se aproxima da de “iguassu” que na língua tupi significa “muita água”. Esta designação já era utilizada pelos nativos da região antes da chegada dos europeus e, provavelmente, pelo Rio Iguaçu contar, em seu entorno, com muitas áreas alagadiças. Aproximando-se destas concepções, a Baixada Fluminense seria uma região de terras baixas, planas, recortadas por rios e, em boa parte, alagadiças, que estaria compreendida entre as cidades de Campos, no extremo norte do Estado do Rio de Janeiro, e Itaguaí. Esta interpretação está ligada às análises históricas que tratam da realidade regional até o século XIX, e aproxima-se de um conceito muito utilizado pelos geógrafos, o de Recôncavo Guanabarinho: área de terras baixas entre a Serra do Mar e a Baía de Guanabara, estendendo-se de São Gonçalo a Nova Iguaçu.

Atualmente, a denominação Baixada Fluminense designa uma série de municípios que, de acordo com o objetivo das pesquisas, pode relacioná-la a uma área mais próxima ao entorno da Baía de Guanabara ou ainda, a uma extensão que abranja municípios mais distantes.

Após a expulsão dos franceses no século XVI, as áreas do Recôncavo da Guanabara desenvolveram-se através da doação de sesmarias, lotes extensos de terras concedidos pela Coroa portuguesa àqueles que deveriam ocupar esta parte da colônia e iniciar o processo de produção que atendessem às demandas da metrópole.

Através dos rios que cortavam a região do Recôncavo da Guanabara – Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Estrela-Inhomirim, Magé, Suruí, entre outros –, a ocupação portuguesa foi se implementando e dezenas de engenhos de açúcar, capelas e povoados foram surgindo.

¹Licenciada e bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio, Feuduc e da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

A região sempre teve uma posição estratégica e uma relação estreita e significativa com a cidade do Rio de Janeiro, sendo área de produção de alimentos para a cidade, assim como, também, área de passagem do ouro que vinha das Minas Gerais no século XVIII, em direção ao porto carioca.

Com a necessidade do escoamento do ouro e o abastecimento da província mineira, a Baixada da Guanabara passou a ter importância estratégica, pois se transformou em área obrigatória de passagem, por conta de seus rios, bem como pelas estradas que foram abertas através das serras para que o trânsito de mercadorias se desenvolvesse melhor.

O “Caminho Novo” ou “do Pilar”, aberto devido às necessidades oriundas da mineração, entre elas a necessidade de um caminho rápido, econômico e seguro, que ligasse o Rio de Janeiro à região mineira, intensificou as relações daquela cidade com os portos da Estrela, Pilar e Iguaçu, promovendo a interação através da navegação no interior da baía.

Durante o século XVIII, eram três os caminhos oficialmente reconhecidos entre o Rio de Janeiro, através da Baixada da Guanabara, e a região das Gerais. Entre 1699 e 1704, foi aberto o Caminho Novo do Pilar; no ano de 1724, o Caminho Novo de Inhomirim; e, em 1728, o Caminho Novo do Tinguá. Todos esses caminhos, depois de subir a serra do Mar, se encontravam em Santo Antônio da Encruzilhada, pouco antes de atingir a margem direita do rio Paraíba. A designação “novo” era aplicada a qualquer estrada que viesse a ser aberta, assim existiam vários “caminhos novos” ao mesmo tempo.

Ainda, no século XIX, as freguesias da Baixada da Guanabara, região hoje conhecida como Baixada Fluminense, intensificaram ainda mais suas relações com o Rio de Janeiro, abastecendo a então capital com alimentos e madeira e passando a armazenar e escoar a produção do café do Vale do Paraíba, sendo também áreas de investimento do capital privado alocado na abertura de estradas e na construção da Estrada de Ferro Barão de Mauá (1854), principais vias de circulação de mercadorias do eixo Minas Gerais - Rio de Janeiro.

Não podemos deixar de citar a inauguração da primeira estrada de ferro construída no Brasil, no ano de 1854, quando, no dia 30 de abril, o Barão de Mauá concretizava projeto, que ligando o porto de Mauá – Estação da Guia de Pacobaíba à região de Fragoso, em Raiz da Serra, na subida para Petrópolis, iniciaria a era ferroviária no Brasil e tornar-se-ia um marco histórico da ocupação urbana na região do recôncavo da Baía de Guanabara. Esse trecho da estrada de ferro era apenas o início de um projeto mais amplo, que pretendia reduzir o tempo que se gastava com o escoamento da produção cafeeira do interior para o porto do Rio de Janeiro. Esta ferrovia provocou um impacto significativo no Rio de Janeiro, mas, sobretudo, na região da Baixada da Guanabara. Depois dela, outras estradas de ferro foram inauguradas, como a Pedro II (1858) e a The Leopoldina Railway Company (1886), esta cortando a área de Merity, atual município de Duque de Caxias.

A partir daquele momento, as estradas de ferro tornaram-se um marco histórico da ocupação urbana, dando novo perfil à ocupação da região. Foi o início do fim dos portos fluviais, da navegação pelos rios e dos caminhos dos tropeiros, modificando por completo as relações comerciais e a ocupação do solo. Foi um momento de decadência em várias áreas por onde o trem não passava, mas foi também o começo do processo de surgimento de vilas e povoados que se organizaram ao redor das estações ferroviárias, origem de muitos bairros e de cidades atuais da Baixada Fluminense.

Portanto, a Baixada da Guanabara, ao longo dos séculos, constituiu-se como uma importante região de passagem entre o interior e o litoral. Esta posição estratégica contribuiu decisivamente para transformações tanto na cidade do Rio de Janeiro como na própria região, revelando uma estreita interdependência econômica, social e cultural.

A partir das décadas que sucederam a II Guerra Mundial, os municípios que integram a Baixada tiveram um crescimento demográfico acentuado, que foi resultado de processos migratórios de diversas áreas do Brasil e de tantas outras nações do mundo. Esta população, composta por povos de diversas origens

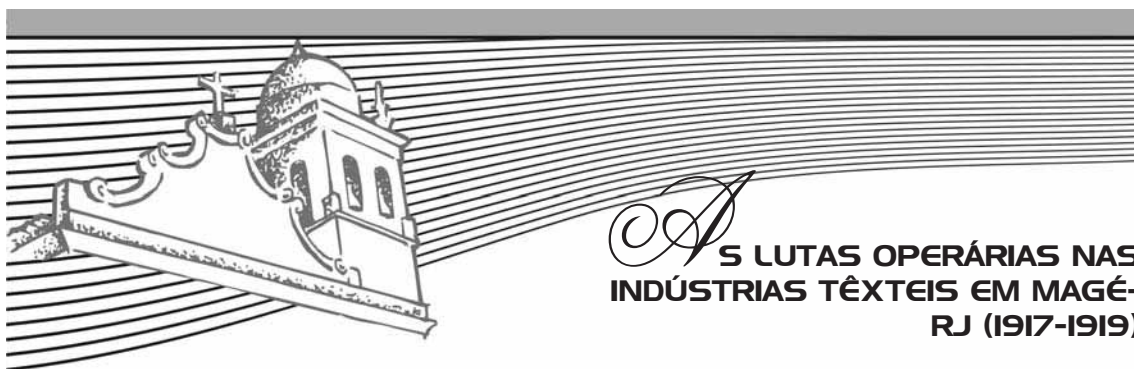
e identidades culturais, deu forma a um coletivo de tendências que se manifestam nos comportamentos sociais, nas artes, na política, na economia e nos mais diversos campos da vida em sociedade.

Apesar de envolvida com enormes conflitos ambientais devido a um desenvolvimento urbano desordenado, com problemas de poluição e violência, a Baixada tem hoje um crescimento econômico acentuado, com a instalação de indústrias e arrecadação de impostos, o que deve ser olhado com um viés crítico. A BAIXADA é hoje a segunda mais importante região do Estado e uma das mais importantes microrregiões do País. Com uma população de mais de 3 milhões e meio de habitantes, possui vasto patrimônio histórico e cultural , além de ser uma região privilegiada pelos seus recursos naturais.

De acordo com o IBGE e o TSE, a Baixada Fluminense tem o seguinte perfil:

MUNICÍPIO	ÁREA Km ²	POPULAÇÃO	ELEITORES
Belford Roxo	80	480.555	293.346
Duque de Caxias	465	842.686	571.060
Guapimirim	361	44.692	33.557
Itaguaí	272	95.356	74.700
Japeri	83	93.197	62.032
Magé	386	232.171	153.395
Mangaratiba	352	29.253	22.825
Mesquita	35	182.495	125.283
Nilópolis	19	153.581	117.908
Nova Iguaçu	524	830.672	525.147
Paracambi	179	42.423	30.247
Queimados	77	130.275	89.590
São João de Meriti	35	464.282	343.566
Seropédica	284	72.466	48.387
Total	3.152	3.694.104	2.491.043

FONTE: IBGE Banco Cidades 2008 e TSE Quantitativo Eleitores (junho/2008)



S LUTAS OPERÁRIAS NAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS EM MAGÉ- RJ (1917-1919)

Sergio Luiz Monteiro Mesquita¹

Este artigo relaciona-se a uma pesquisa, ainda incipiente, que desenvolvemos acerca da presença do movimento operário nas primeiras décadas do século passado na área da Baixada Fluminense. O recorte temporal aqui utilizado tem como eixo a agitação em torno da insurreição anarquista de novembro de 1918, cujo apoio entre os trabalhadores foi dado pelo movimento sindicalista revolucionário. Lembremos, num nível mais amplo, que o mundo capitalista encontrava-se profundamente abalado pelos eventos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Revolução Russa de 1917. O proletariado internacional sofria as influências do movimento socialista, num momento histórico que parecia promissor à destruição das desigualdades sociais capitalistas e à implantação de uma nova sociedade, mais justa e igualitária.

Já o nosso foco encontra-se no município de Magé, entre os trabalhadores de grandes fábricas de tecidos, instaladas na sede municipal, em Santo Aleixo e Pau Grande. Uma área brasileira que, tal como as outras, ainda se estruturava econômica e socialmente no modelo agrário-exportador herdado da colonização, bem como ainda trazia as marcas sociais e culturais da escravidão recentemente abolida. Sob influência da modernização e do desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro, em cujas proximidades se encontrava, a região de Magé acolhia naquele momento iniciativas de produção industrial, que embora não houvessem alterado significativamente o quadro sócio-econômico local, apresentavam uma diferença em relação à situação anterior.

Uma observação importante, e que tem a ver com o caráter preliminar deste trabalho, é que, embora já se tenha começado o levantamento nos jornais da grande imprensa da época, utilizamos basicamente aqui, como fontes primárias, os veículos da imprensa operária, e principalmente um jornal, "A Razão", apontado como "de orientação populista"². Evidente é que ao nos atermos aos detalhes fornecidos por estas fontes, é preciso considerá-los à luz do conhecimento já trazido pelas diversas obras sobre o tema. Por outro lado, no entanto, é interessante termos acesso à expressão de pontos de vista oriundos do meio operário, outrora geralmente relegados ao silêncio da historiografia.

Nessas lutas de trabalhadores, empregados no ramo industrial da fabricação de tecidos, pretendemos acompanhar um caso ilustrativo, entre inúmeros outros, dos processos históricos de formação da classe operária brasileira, numa época inicial. Para definir sucintamente o que significa para nós esta formação, em termos gerais, tentamos nos basear na seguinte afirmação de E. P. Thompson, historiador britânico: "A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos

¹Mestre em História Política e Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa e professor da rede pública estadual.

²BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis e ANDRADE, A. T. *O ano vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.181.

interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”³.

Grande parte das principais ações do movimento operário brasileiro, quando de seu início entre fins do século XIX e começo do XX, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. Afinal, sendo a capital do Império e em seguida da República, além de sediar a política nacional, era o principal centro financeiro e comercial. E também industrial, por algum tempo. Quanto à indústria, a presença deste núcleo econômico dava suporte e estímulo para a instalação de fábricas nas suas proximidades, em locais da então província e depois Estado do Rio (o atual Estado, menos o município carioca). Niterói, Petrópolis, Magé e outros pontos da Baixada Fluminense viram então surgir indústrias – e lutas dos seus operários.

Entre as categorias profissionais mais combativas contavam-se os trabalhadores têxteis. Segundo a historiadora Maria Eulália L. Lobo, ao passo que no começo do século passado os têxteis ocupavam posição secundária no movimento operário, no auge deste, de 1917 ao início de 1920, apareceram como a categoria mais atuante na sua vanguarda⁴. Fruto de uma militância sindical independente das peias do Estado, e frontalmente insubmissa aos interesses do patronato, foi fundada a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) em 1917, no Rio de Janeiro. Esta associação sindical surgiu em meio à agitação operária que produziu a grande greve de 1917 no Rio de Janeiro. Seus componentes mais empenhados, majoritariamente orientados pelos princípios do sindicalismo revolucionário, trataram de construir uma organização potente. De acordo com declaração feita em fins de 1918 por um membro de seu conselho fiscal ao jornal *A Razão*, a UOFT reunia então 27.000 associados, e além da sede central tinha dez sucursais. Seus diretores visitariam, diariamente, tanto as sucursais da capital, quanto as de Niterói, Petrópolis, Magé, Santo Aleixo e Paracambi⁵.

Nas pesquisas que empreendemos sobre essa atividade de mobilização na área de Magé, encontramos evidências da dedicação com que ela era realizada, e da influência capital que alcançou nas lutas operárias nesse ponto da Baixada Fluminense. Aliás, antes mesmo da fundação da UOFT há registro disso. Já em 1913, o jornal operário “*A Voz do Trabalhador*” informava, sobre Santo Aleixo: “Nesta localidade (...) há um grupo de companheiros que cuida com afã da organização dos trabalhadores do local”. E fala da ida de dois companheiros do Rio, Orlindo Xavier e Santos Barboza, para fazer uma preleção sobre “assuntos sociais”⁶.

Como foi dito, Magé, com sua sede municipal e suas localidades de Santo Aleixo e Pau Grande, fôra escolhida como localização para grandes fábricas de tecidos. Centenas e centenas de operários trabalhavam nelas, ocupados nos diversos serviços ligados à produção dos panos. Os problemas que esta massa trabalhadora enfrentava eram os mesmos, em geral, com que os demais trabalhadores de sua categoria, e também os de outras, estavam às voltas: longas jornadas de trabalho, baixos salários, más condições nos locais de trabalho, superexploração do trabalho feminino e infantil, opressão por parte de mestres, contramestres, gerentes e encarregados da segurança, hostilidade das empresas aos trabalhadores que reivindicavam e/ou se sindicalizavam, com o recurso a diversas punições etc. Vale lembrar, para melhor caracterizar o quadro destes problemas, que no Brasil da época, a República Velha, o Estado pautava-se por uma postura *liberal* diante da questão das relações patrões-empregados, praticamente deixando as decisões sobre a organização do trabalho e a forma de tratamento da mão-de-obra entregues aos critérios dos empregadores e seus prepostos. As forças repressivas do Estado costumavam intervir somente a pedido dos patrões.

³ THOMPSON, Edward P. “Prefácio”, in *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I, *A árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p.10.

⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. “A situação do operariado no Rio de Janeiro em 1930”. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (org.). *Rio de Janeiro Operário: natureza do Estado e conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access, 1992, p.24.

⁵ *Jornal A Razão*, 7/4/1919, p.2.

⁶ *A Voz do Trabalhador*, 1 de Maio de 1913, no. 30, p.6.

Notamos, no caso dos operários têxteis do município de Magé, um problema específico, embora não exclusivo desta parte do operariado: a distância em relação aos meios de acesso a um espaço público mais amplo, no qual o conhecimento de suas queixas, reivindicações e lutas lograria obter apoios. Tal distância, geograficamente, era indicada pela sua posição periférica em relação ao centro poderoso e influente da capital do país⁷. Em parte devido à localização e configuração espacial da região, as fábricas tendiam a se organizar como fazendas fechadas sobre si mesmas, com pouco contato com o meio circundante, com os trabalhadores habitando junto a elas, em casas normalmente fornecidas pelas empresas. Tal isolamento físico da massa de operários era inclusive aproveitado pelas direções das fábricas, para um maior controle e exploração da força de trabalho de seus empregados. Um exemplo que evidencia tanto os métodos de controle usados pelas empresas quanto as tentativas dos trabalhadores de contatar esse espaço público está no breve relato de uma greve em Pau Grande, feito pelo pesquisador Edgar Rodrigues baseando-se numa notícia do periódico “A Terra Livre” de 11/07/1907. Tecelões declararam-se em greve e conseguiram forçar a empresa, entre outras coisas, a afastar um par de mestres que agiriam mal com os operários. Porém, inconformada com a derrota, dias depois chamou forças militares ao local sob o comando de um tenente, as quais invadiram as residências dos trabalhadores, prendendo e espancando. Vários destes, os quais haviam construído casebres por sua conta nos terrenos da fábrica, para morar com a autorização do dono da tecelagem, receberam ordem de abandoná-los no prazo de três dias sob pena de serem despejados à força. Neste transe, alguns operários conseguiram burlar o cerco feito e chegaram às redações dos jornais, narrando o ocorrido. No dia do pagamento, com a polícia presente, tentaram obrigar os denunciadores a desmentir as notícias. Contudo estes trabalhadores negaram-se a fazê-lo. Como resultado, a vingança dos interesses contrariados caiu sobre um operário, Antonio Brucarti, o qual foi expulso de Pau Grande como indesejável pela polícia⁸.

Dessa forma, os principais problemas enfrentados por esses trabalhadores em suas demandas podem ser assim enumerados: dificuldade de acesso a um espaço público mais amplo no qual pudessem obter apoios e alianças, potencializada pela distância geográfica e a dificuldade de comunicações; um isolamento social em relação ao restante da população de Magé e circunvizinhanças, por estarem constituindo um segmento social novo na região, com vicissitudes e interesses diversos, estranhos a um meio ainda marcado pela secular economia agrário-exportadora e até há pouco tempo atrás escravista; a reação arbitrária dos patrões, não acostumados à negociação com seus subordinados; a reação das autoridades, coniventes com os abusos das empresas e hostis à menor manifestação de contrariedade dos trabalhadores.

Entre as várias providências que a UOFT tomou, ao longo de sua existência, para cumprir o papel a que se propunha de instrumento da união e da articulação da categoria têxtil, esteve o apoio à mobilização, à conscientização classista e, no caso de sua militância mais engajada politicamente, à perspectiva revolucionária dos seus associados. Quanto aos de Magé, isto não foi diferente, e também lá, como em outras partes, uma militância local correspondeu a estes esforços. As edições do jornal “A Razão”, por exemplo, apresentam numerosos exemplos do trabalho sindical conjunto dos delegados da UOFT com seus associados mageenses, próximo aos locais de trabalho destes últimos. As sucursais do município buscavam manter a mobilização, a qual era intensificada nos momentos mais agudos de luta operária, que no período enfocado foram constantes. No esforço de formação de uma consciência de classe, tal como indicado por Thompson, que citamos no início deste artigo, destacam-se as comemorações

⁷Dado (...) o caráter frágil e subordinado da burguesia industrial nascente, a qual aparece, no Brasil, dentro dos quadros limitados de uma sociedade agrário-mercantil, ocorreria a tendência a um relativo isolamento da produção industrial (...). “Esse processo de relativo isolamento da atividade fabril em determinados núcleos autônomos (...)”.

“(...) nucleação e isolamento de verdadeiros ‘castelos-industriais’ (...)” HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982, p.175-176.

⁸RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e conflito – pesquisa 1906-1937*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978, p.114.

do Primeiro de Maio, data internacional dos trabalhadores organizados. Realizadas ali, elas buscavam ressaltar o pertencimento desses trabalhadores ao proletariado mundial. Uma identidade construída pelas experiências históricas comuns, e atualizada através das práticas culturais assimiladas e adaptadas por eles. Esse proletariado, na época, experimentava as dificuldades trazidas ou agravadas pela I Guerra Mundial (1914-1918) e as esperanças de transformação provocadas pela Revolução Russa de 1917. E como parte dele, operários brasileiros, incluindo-se os de Magé, envolveram-se nas lutas sociais daquele tempo.

A greve deflagrada no Rio de Janeiro em novembro de 1918⁹ envolveu várias categorias, e nela a UOFT participou, conduzindo milhares de têxteis à paralisação do trabalho e às manifestações na rua. No bojo desta greve, militantes anarquistas, incluindo-se entre eles lideranças dos sindicatos, com apoio de grande parte do operariado, tentaram desencadear uma insurreição. A tentativa foi sufocada pelo governo, e seguiu-se uma repressão de grandes proporções sobre trabalhadores organizados e intelectuais engajados no anarquismo. A repressão se abateu com mais força sobre os tecelões e, no dia seguinte à tentativa insurrecional, entre outras violências, o operário Manuel Martins foi assassinado pela polícia em frente à fábrica de tecidos Confiança, em Vila Isabel. Em Magé, noticiou a imprensa, a sucursal da UOFT em Santo Aleixo teria sido assaltada pela polícia local, que revirara tudo e levava os livros de escrituração¹⁰. Ainda em dezembro, a comissão interina da UOFT (que assumira depois da tentativa de insurreição, pois a diretoria estava então foragida das autoridades), denunciando abusos sofridos pelos têxteis, informava que nas fábricas Mageense e Andorinhas, em Santo Aleixo, operários eram demitidos em massa e as casas onde residiam, de propriedade daquelas, eram invadidas e reviradas¹¹.

Em 1919, a repressão à tentativa insurrecional amainava na cidade do Rio, com a soltura de vários presos. Porém, as coisas não correriam assim no município da Baixada. Cinco sindicalistas presos por conta dos eventos de novembro continuavam na cadeia de Magé, por decisão do juiz de direito local. O comitê pró-presos, organizado em favor dos perseguidos de novembro, continuou funcionando em prol destes cinco companheiros¹².

Assim, a UOFT mantinha seu apoio ao movimento em Magé, denunciando arbitrariedades, mas não apenas isto. Também enviava representantes à região, mesmo sob risco, para promover comícios, solenidades e debates, numa prática também pedagógica e informativa. Em 03/05/1919, logo após as comemorações do dia dos trabalhadores, o mesmo juiz que mantinha o encarceramento dos cinco militantes efetuou a prisão de Antenor Faria, 2º secretário da UOFT, e mais dois companheiros, no porto de Piedade, quando já se encontravam embarcados no vapor em que retornariam ao Rio de Janeiro, e os remeteu para a sede municipal¹³. Em junho, houve mobilização permanente em Magé, durante a greve então realizada, em razão do trabalho conjunto dos delegados sindicais da UOFT e dos militantes locais. E mais repressão: em junho, autoridades policiais prendem Antenor Faria e outro representante, José Torres, na própria cidade de Magé. O caso foi mais longe: soltos separadamente de madrugada, conforme relataram os dois sindicalistas, foram abordados em locais diferentes da cidade e furiosamente espancados. Deixados à própria sorte e bastante machucados, ainda segundo os próprios relatos, ambos tiveram que seguir a pé pela estrada de Raiz da Serra, a fim de se afastar da cidade, até que receberam ajuda de outras pessoas para chegar a Petrópolis. A repercussão dessa violência contribuiu para acirrar os ânimos na região. O comércio fechava às 18h. Os desmandos policiais prosseguiram, provavelmente com estímulo das empresas confrontadas pelos trabalhadores¹⁴.

⁹Um relato e uma análise do movimento de novembro de 1918 encontram-se em ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. 2ª. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

¹⁰Jornal *A Razão*, 6/12/1918, p.2.

¹¹Jornal *A Razão*, 11/12/1918, p.3. Um recurso muito usado pelos patrões era o de alojar os empregados em casas e vilas de sua propriedade, com o fito de reforçar os controles sobre eles, inclusive pressionando-os com a ameaça adicional de despejo, em caso de demissão, como já mostrado aqui.

¹²BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis e ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.181.

¹³Jornal *A Razão*, 04/5/1919, p.2.

¹⁴Jornal *A Razão*, 21/6/1919; 26/6/1919.

Tal situação levou a uma manifestação violenta dos operários em Santo Aleixo, ainda em 1919, que na crônica local deixou a recordação, embora tênue, de uma tentativa de levante, abafada pela chegada de um contingente policial de trinta praças¹⁵.

Eis aí, então, uma exposição, ainda bastante incompleta, de fatos da história da militância sindicalista-revolucionária no pequeno município fluminense. Contudo, daquilo que foi visto e analisado, depreende-se a estreita ligação entre os militantes têxteis da UOFT e seus colegas de trabalho das fábricas mageenses, no período mais intenso das lutas operárias no início da industrialização brasileira. Temos aí também um exemplo de como o sindicalismo revolucionário, via suas associações, assume o papel de promotor de uma prática solidária entre os operários, na linha dos princípios anarquistas de apoio mútuo e solidariedade classista. Vislumbramos também como os operários dos tecidos de Magé estabeleceram vínculos para contrapor-se a um isolamento social e político, numa sociedade ainda predominantemente agrário-mercantil, e assim constituir-se, lembrando o historiador Thompson, enquanto classe¹⁶.

Bibliografia

- ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. 2ª. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis e ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- FERNANDES, Antonio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da república*. A história de uma abnegada mulher. Rio de Janeiro: ed. do autor, 1962.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. "A situação do operariado no Rio de Janeiro em 1930". In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (org.). *Rio de Janeiro Operário: natureza do Estado e conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access, 1992.
- RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.
- _____. *Os libertários – idéias e experiências anárquicas*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *Trabalho e conflito – pesquisa 1906-1937*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. V.1. A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

¹⁵FERNANDES, Antonio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da república*. A história de uma abnegada mulher. Rio de Janeiro: ed. do autor, 1962, pp.54-59.

¹⁶THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. V.1. A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987, pp.9-12.



CARTOGRAFIA DOS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS. Uma faceta da inclusão dos Territórios¹.

Sidney Cardoso Santos Filho²

O presente artigo cumpre com o objetivo de contribuir para o estudo sobre os centros públicos de acesso à Internet no Brasil. A prerrogativa desta análise parte do compromisso de entender uma das inúmeras faces da inclusão dos territórios, bem como o vislumbre da cartografia dos centros públicos de acesso à Internet, sobretudo dos programas de inclusão digital, assinalada no recorte espacial selecionado, o município de Duque de Caxias.

A face da inclusão dos territórios

Entendendo o território³ como matriz da vida social, podemos dizer, que a partir da reflexão de Haesbaert (2004, p. 313), a imbricação entre exclusão social e desterritorialização parte do pressuposto em que ambas as noções incorporam um caráter social multidimensional e que deve ser geograficamente contextualizado. Sendo assim, a exclusão social é também uma exclusão socioespacial e, por extensão uma *exclusão territorial*.

O conceito de exclusão social, neste sentido, absorve um outro tratamento, lembrado pelo sociólogo brasileiro José de Souza Martins (1997). Para este sociólogo o uso da expressão “inclusão precária” em vez de exclusão social, justifica melhor a multiplas faces da exclusão social atualmente. Não cabe a nós, neste artigo, aprofundarmos um debate sobre o este conceito, mas entender os seus desdobramentos contemporâneos como, neste caso, a exclusão digital, pois na medida que a sociedade atual segue envolto de um intenso processo de acumulação capitalista, e que esta vive um período de profunda interação da ciência e da técnica, a esfera da exclusão digital compõem a esfera da inclusão dos territórios.

A inclusão dos territórios no período hodierno, perpassa a inclusão digital. Inúmeros autores, entidades e grupos projetam metodologias para definir e dimensionar esta inclusão, sobretudo, à face da inclusão dos territórios. Para Castells (2003), esta dimensão é definida como *dimensão geografia da Internet*, concebida a partir de três perspectivas: a) a geografia técnica, que diz respeito à infra-estrutura de telecomunicação de Internet (conexões, distribuição de banda larga, linhas telefônicas); b) a geografia dos usuários, tratada com base nas taxas de penetração de usuários de Internet e c) a geografia econômica da

¹Fragmento da dissertação de mestrado em Geografia defendida em novembro de 2008 na UERJ.

²Mestre em Geografia pela UERJ, professor substituto da UFRJ de Prática de Ensino em Geografia e professor da FFSD de Geografia Regional. E-mail: sidgeo@hotmail.com

³A palavra território deriva do Latim *territorium* que significa terra que pertence a alguém (CORRÊA, 1995). O território “é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78). Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses, o território é um destes conceitos complexos, substantivados por vários elementos, que segundo Haesbaert (2004) possui três perspectivas principais: perspectiva materialista; perspectiva idealista e a perspectiva integradora.

produção da Internet, no que diz respeito à produção cognitiva da Internet.

Segundo o sociólogo Bernardo Sorj (2003, p.60), o conceito de *e-readiness* (e-prontidão) é o que melhor permite avaliar a situação relativa dos países dentro sistema internacional, quanto à penetração das novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC. O conceito de *e-readiness* definido segundo a *The Economist Intelligence Unit*⁴, entidade que publica o ranking da *e-readiness* anual desde 2000, avalia o impacto acumulativo das economias de informação, segundo o viés tecnológico, econômico, político e ativos sociais de sessenta e nove (69) países até o presente momento. O ranking do *e-readiness* apresenta a penetração dos usos e equipamentos da Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC em um país, este método utiliza quase 100 critérios quantitativos e qualitativos, organizado em seis categorias distintas para medir os vários componentes da reunião social, político, econômico de um país e desenvolvimento tecnológico.

O método prescrito com base no conceito de *e-readiness* não possui uma relação direta com a exclusão digital no interior dos países, mas o provimento de políticas de inclusão digital afeta diretamente na capacidade nacional em termo de *e-readiness*. Deste modo, prover políticas públicas para inclusão digital é possibilitar uma maior inserção dos territórios no tocante do mundo atual. É necessário compreender que é possível minimizar a pobreza e o analfabetismo com o uso das TIC, conseqüentemente uma maior inserção dos territórios (LEMOS, 2007).

Segundo Santos (2000, pp. 164-165) jamais houve na história sistemas técnicos tão propícios para isto.

As famílias de técnicas emergentes como o fim do século – combinado informática e eletrônica, sobretudo – oferecem a possibilidade de superação do imperativo da tecnologia hegemônica e paralelamente admitem a proliferação de novos arranjos, como a retomada da criatividade. Isso, aliás, já está se dando nas áreas da sociedade em que a divisão do trabalho se produz de baixo para cima.

O sistema técnico atual tem o poder de irradiar ações que possibilitam a diminuição das diferenças sociais do momento contemporâneo da sociedade. Deste modo, propiciar a inclusão digital nos territórios, especialmente onde a disposição dos objetos técnicos ocorre de maneira precária, é permitir a inclusão de sua sociedade no mundo contemporâneo. Cabe salientar que o governo brasileiro tem nos últimos anos proferido uma certa atenção à questão da inclusão digital, usando de metodologias já existentes na tentativa de incluir digitalmente cada vez mais os territórios, sobretudo em função dos alarmantes índices de inclusão digital.

Os centros públicos de acesso à Internet no Brasil.

*As Lan Houses*⁵, *Telecentros*⁶, *Centros Comunitários*, *Quiosques* e *Cabines Comunitárias* e *Cybercafés*⁷ correspondem às terminologias utilizadas para definir os inúmeros centros públicos de acesso

⁴Fonte: The Economist Intelligence Unit 2007 – Ranking annual e-readiness de 2007

Sítio:http://www.eiu.com/site_info.asp?info_name=eiu_2007_e_readiness_rankings&rf=0# Último acesso em 02/08/2008.

⁵O que se entende por *Lan House* não está plenamente conceituado, vê-se as *Lans* como um espaço híbrido entre "*Cybercafé & Casa de Jogos Eletrônicos*", a exemplo do que constata o trabalho que já apresentamos, Santos Filho (2008, p. 10), sobre a organização espacial das *Lan Houses* em Nova Friburgo.

⁶Os *Telecentros* têm, por definição, o objetivo de possibilitar as camadas menos favorecidas economicamente residente de áreas periféricas de centros urbanos ou em áreas mais distantes desses centros o acesso as TICs. Para Sorj (2003, p.67), os *Telecentros* constituem-se como o principal instrumento das políticas universalizantes de serviços de Internet em países em desenvolvimento, "além de serem uma resposta às necessidades de acesso de indivíduos sem capacidade de custear o acesso à Internet em seus domicílios".

à Internet, espalhado em todo território nacional. Os centros públicos são um meio de conectividade pela qual um indivíduo comum pode acessar a Internet sem prover de equipamento doméstico para conexão (computador: *software* e *hardware*, provedor, e linha telefônica) para isso.

Os centros públicos de acesso à Internet representam 28% do acesso brasileiro⁸, ou seja, mais de 1/4 do acesso à Internet em todo território nacional, totalizando 8.999.807 de brasileiros, que necessitam de tais centros para conectar-se.

Quando analisado a relação do acesso à Internet em centros públicos e em residências em todo território nacional, percebemos uma influência territorial dos centros públicos de acesso à Internet, representando uma significativa fatia do acesso, podendo chegar até a 55% do acesso à Internet em “áreas urbanas”, como aponta a pesquisa desenvolvida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, por meio do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação – CETIC.br do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Brasil – NIC.br⁹ (ver quadro abaixo).

Quadro 1 – Percentual de usuários de Internet que utilizam os centros públicos de acesso à Internet e os que acessam Internet em casa no Brasil.

	Taxa % do uso em residência	Taxa % do uso em Centros Públicos de acesso
Dados do CGI.br de 2007 ¹⁰	40%	55%
Dados da PNAD 2005 ¹¹	50%	28%

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Os centros públicos de acesso à Internet no Brasil comportam uma grande gama de usuários, e efetuam uma real distribuição do acesso à Internet, evidenciando aspectos que perpassam análises territoriais, comprovadas, sobretudo, com base na amostra da PNAD/2005 e pesquisa do CGI.Br sobre o uso das TIC/2007, de forma que, para muitos brasileiros, estes locais configuram-se como o principal ponto de acesso à rede mundial de computadores.

A territorialidade dos centros gratuitos – *Telecentros* – quanto as dos centros pagos – *Lans* e *Cibercafés* – propiciam o acesso à Internet aos grupos sociais menos favorecidos economicamente, ofertando serviços para um público jovem¹² e acaba por reiterar o significativo papel desempenhado pelos centros públicos de acesso à Internet no processo de inclusão digital brasileiro. Neste sentido, Sorj & Guedes (2005, pp. 03-04) lembram, que o método para quantificar o percentual de incluídos digitalmente tem recebido críticas por não discutir a relevância da presença dos centros públicos de acesso:

⁷ Os *Cybercafés*, um exemplo desses “centros pagos”, oferecem a seus clientes acesso à Internet mediante o pagamento de uma taxa, usualmente cobrada por hora e a preços relativamente módicos.

⁸ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD de 2005 que mostra o acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

⁹ Terceira edição da pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil – TIC EMPRESAS e TIC DOMICÍLIOS 2007. Sítio: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2007/>. Último acesso em 15/07/2008.

¹⁰ TIC EMPRESAS e TIC DOMICÍLIOS, 2007 – Tabela C.4 da TIC/2007

¹¹ PNAD, 2005 – tabelas 1.17.1 e 1.17.2.

¹² O perfil de seus usuários compõe uma face da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2005 (Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal), tabelas 1.24.2, 1.20.2 e 1.22.2.

Para identificar as pessoas incluídas, o critério em geral utilizado é o número de computadores por domicílio e/ou de computadores por domicílio, com acesso à Internet. Esta metodologia já foi alvo de críticas, pois em certos países, com um número relevante de pontos de acesso coletivo (comumente denominados telecentros ou cibercafés), a quantidade de pessoas que acessam a Internet por computador é muito maior que a média de acesso por domicílio.

Podemos assim dizer, que o papel dos centros públicos de acesso à Internet na inclusão dos territórios tem sido cada vez mais presente. O município de Duque de Caxias configura-se com um dos tantos outros municípios, onde presenciamos a acomodação de inúmeros projetos governamentais e iniciativas privadas para inclusão digital.

A cartografia dos centros públicos de acesso à Internet em Duque de Caxias

O desenho territorial em análise, o município de Duque de Caxias, um dos 92 (noventa e dois) do Estado do Rio de Janeiro, está inserido na região metropolitana fluminense, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O município em questão apresenta-se também como um dos treze (13) municípios da baixada fluminense¹³, desenho territorial harmonizado pela Secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana – SEDEBREM¹⁴.

O município em análise é regionalizado em quatro (04) distritos¹⁵. Segundo o decreto de Lei do ano de 1954, nos termos do § 4º do art 24 da Constituição Estadual, o município desmembrou o então segundo (2º) distrito: Imbariê – passando-o para terceiro (3º) distrito –, em mais dois (02) novos distritos, com a denominação de Campos Elyseos, como segundo (2º) distrito e a de Xerém, como quarto (4º) distrito. Após este decreto o município de Duque de Caxias tem caminhado até o presente momento com quatro unidades regionais (1º Duque de Caxias, 2º Campos Elíseos, 3º Imbariê, 4º Xerém), o decreto delimitou ainda os limites geográficos de cada um dos distritos criados.

A diferença populacional entre os distritos caxienses exemplifica o seu processo de ocupação. Segundos dados do censo do IBGE, do ano de 2000, a diferença populacional entre os distritos caxienses é acentuada, principalmente se compararmos o primeiro (1º) distrito que totaliza 338.542 habitantes, com os demais distritos. No segundo (2º) distrito temos uma população de 243.767 habitantes, no terceiro (3º) 140.246 habitantes e no quarto (4º) 52.901 habitantes.

A exemplificação descrita acima se constrói segundo Souza (2000, p. 52), no município¹⁶, imediatamente a sua fundação (31 de Dezembro de 1943), onde ele experimenta um vertiginoso crescimento populacional: em 1950, a população estava estimada em 123.432 habitantes, em 1960, atingiu os 243.619 habitantes, em 1970, 431.348. Para autora isso ocorre justamente no período do desenvolvimento industrial fluminense, onde maior atração de mão-de-obra para os grandes centros cominou num deslocamento dos trabalhadores mais empobrecidos para áreas mais baratas da região metropolitana, um processo que também ocorre dentro do município de Duque de Caxias, onde também presenciamos uma segregação sócio-espacial.

¹³Tratada por Oliveira (2004, pp. 29-40) como Baixada Política.

¹⁴Sítio: <http://www.cide.rj.gov.br/cide/index.php> Último acesso em 15/08/2008.

¹⁵Regionalização prescrita na Lei Orgânica do Município.

¹⁶Em 14 de março de 1931, foi criado, pelo Decreto Estadual Nº 2.559, o distrito de Caxias, com sede na antiga Estação de Meriti, pertencente ao então município de Nova Iguaçu. Em 31 de dezembro de 1943, através do Decreto-Lei 1.055, elevou-se à categoria de município recebendo o nome de Duque de Caxias.

(...) nos distritos de Campos Elíseos, Imbariê e Xerém, se instalaram bairros populares originários de loteamentos ocupados recentemente, marcados pela precariedade de serviços e habitados por uma população de baixa renda. (...) Os bairros com a melhor qualidade de vida são, os mais antigos, próximos estação de Duque de Caxias e os de pior qualidade são as áreas de favelas e os que se formaram de recentes loteamentos populares, localizados nos distritos de Campos Elíseos, Xerém e Imbariê (SIMÕES, 2007, pp. 229-230).

A disposição dos centros públicos de acesso à Internet, de cunho governamental, ocorre de maneira pulverizada no município. A disparidade desta oferta de serviço em escala distrital revela a própria pulverização dos pontos e a maior densidade de oferta destes serviços no primeiro distrito e uma menor no quarto, apresentando uma relação direta com o número populacional, como veremos nos próximos parágrafos.

Com base no mapa da inclusão digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, a partir de um cadastro acumulado disponibilizados online¹⁷ - o mais completo neste quesito – e de outros programas de inclusão digital que compõem este artigo sobretudo por corresponderem a políticas públicas municipais e federais, o município de Duque de Caxias apresenta um total de sessenta e dois (62) pontos de inclusão digital – PIDs, gerido por onze programas distintos (ver quadro abaixo).

Quadro 2 – Total de programas de inclusão digital no município de Duque de Caxias e a sua distribuição geográfica

Programas no município	Total de pontos por programa	Os programas que têm unidades de <i>Telecentros</i>	Pontos de inclusão por distrito
Internet na Praça	01 Ponto	Todo	1º distrito
CID	22 Pontos	Todos	1º/ 09 pontos 2º/ 07 pontos 3º/ 05 pontos 4º/ 01 ponto
Casa Brasil	01 Ponto	Todo	3º distrito
Tonomundo Telemar/OI	02 Pontos	Não tem	1º/ 01 ponto 3º/ 01 ponto
Mclnternet Mcdonald's	04 Pontos	Todoald's	1º/ 04 pontos
GESAC	04 Pontos	Todo	1º/ 01 ponto 2º/ 01 ponto 3º/ 02 pontos
Faetec Digital	01 Ponto	Todo	3º distrito
EICs – CDI	05 Pontos	Todo	1º/ 03 pontos 2º/ 02 pontos
Conecta – Telemar/OI	08 Pontos	Todo	1º/ 03 pontos 2º/ 04 pontos 3º/ 01 ponto
Proinfo/ Federal	13 Pontos	Não tem	1º/ 09 pontos 2º/ 03 pontos 4º/ 01 ponto
Telecentro Comunitário - BB	01 Ponto	Todo	1º distrito
Total : 11 programas	Total: 62 pontos	Total <i>Telecentros</i> : 47 unidades	1º/ 32 pontos 2º/ 17 pontos 3º/ 11 pontos 4º/ 02 pontos

Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Centro de Inclusão Digital – CID e programa Casa Brasil. Organizado por: SANTOS FILHO. Sidney Cardoso, 2008.

¹⁷Sítio: <http://marula.ibict.br/inclusao/mid/cadastro/cadastro.php> Último acesso em: 23/07/2008.

Os programas imersos no recorte espacial de Duque de Caxias são:

- A) Internet na Praça¹⁸ – O programa consiste na distribuição de acesso seguindo o modelo de *Telecentro*. O programa conta com apenas um ponto no centro do município. O mesmo utiliza-se de equipamentos – máquinas caça-níqueis – apreendidos pela polícia fluminense¹⁹, para confecção dos computadores. Uma estratégia positiva para “dar fim” a este tipo de equipamento ilegal utilizado pela contravenção.
- B) O Centro de Inclusão Digital – O centro de Inclusão Digital – CID configura-se como um Telecentro e é distribuído geograficamente em quatro municípios da baixada fluminense: Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Magé, totalizando vinte oito (28) PIDs²⁰. No município de Duque de Caxias encontra-se a maior parte do programa: são vinte e dois (22) pontos. A presença de tal política para município é por demais significativa, em primeiro lugar devido ao número de *Telecentros*; em segundo, pela identidade do projeto, que se resvala (apóia) eleitoralmente na figura política do atual secretário Estadual de Ciência e Tecnologia e Deputado Federal: Alexandre Cardoso²¹, que assina a autoria do projeto.
- C) Casa Brasil – Este projeto é equipado por um *Telecentro*, auditório, biblioteca, sala de leitura, espaço multimídia, oficina de rádio, laboratório de divulgação da ciência, posto bancário e módulos de representação dos governos federal, estadual e municipal. Este programa conta com um ponto no terceiro distrito do município.
- D) Tonomundo – O programa é originário de ações de responsabilidade social da empresa OI/TELEMAR, através da implantação de laboratórios de informática com acesso à Internet em escolas públicas de ensino fundamental. O programa conta com dois pontos no município.
- E) McInternet do Mcdonald’s – O programa oferece gratuitamente aos seus clientes e funcionários o acesso rápido à rede mundial de computadores. O período de navegação varia de 15 minutos à uma hora. Para utilizar o serviço, basta apresentar o tíquete de compra dos produtos McDonald’s. O programa conta com quatro pontos no município.
- F) GESAC – O programa do Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão do Governo Federal, que tem como meta disponibilizar acesso à Internet e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital a comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores. Atendendo prioritariamente às comunidades com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) ou que estejam localizadas em regiões onde as redes de telecomunicações tradicionais não oferecem acesso local à Internet em banda larga. O programa conta com dois pontos no município.
- G) FAETEC DIGITAL – O Programa do governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia – SECT e da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC, oferece acesso gratuito à Internet banda larga, para utilização de serviços públicos, com o auxílio de um monitor, contendo de seis a 12 computadores por núcleo. O programa conta com um ponto no terceiro distrito do município.
- H) EIC – CDI – Programa das Escolas de Informática e Cidadania foi criado 1995 pelo Comitê para Democratização da Informática – CDI, e compreende espaços informais de ensino que promovem não só a capacitação técnica em Informática, mas também distribuem acesso. O programa conta com cinco pontos no município.
- I) Programa Conecta – O programa Conecta da OI/TELEMAR que atua em projetos (unidades de Telecentros) junto à rede pública de ensino. O programa conta com oito pontos no município.

¹⁸Sítio: <http://cidsaracuruna.blogspot.com/2007/10/duque-de-caxias-ganha-primeiro-centro.html> Último acesso em 21/07/2008.

¹⁹Sítio: www.duquedecaxias.rj.gov.br Último acesso em 30/07/2008.

²⁰Sítio: <http://www.baixadadigital.com.br/ocid.html> Último acesso em 22/07/2008.

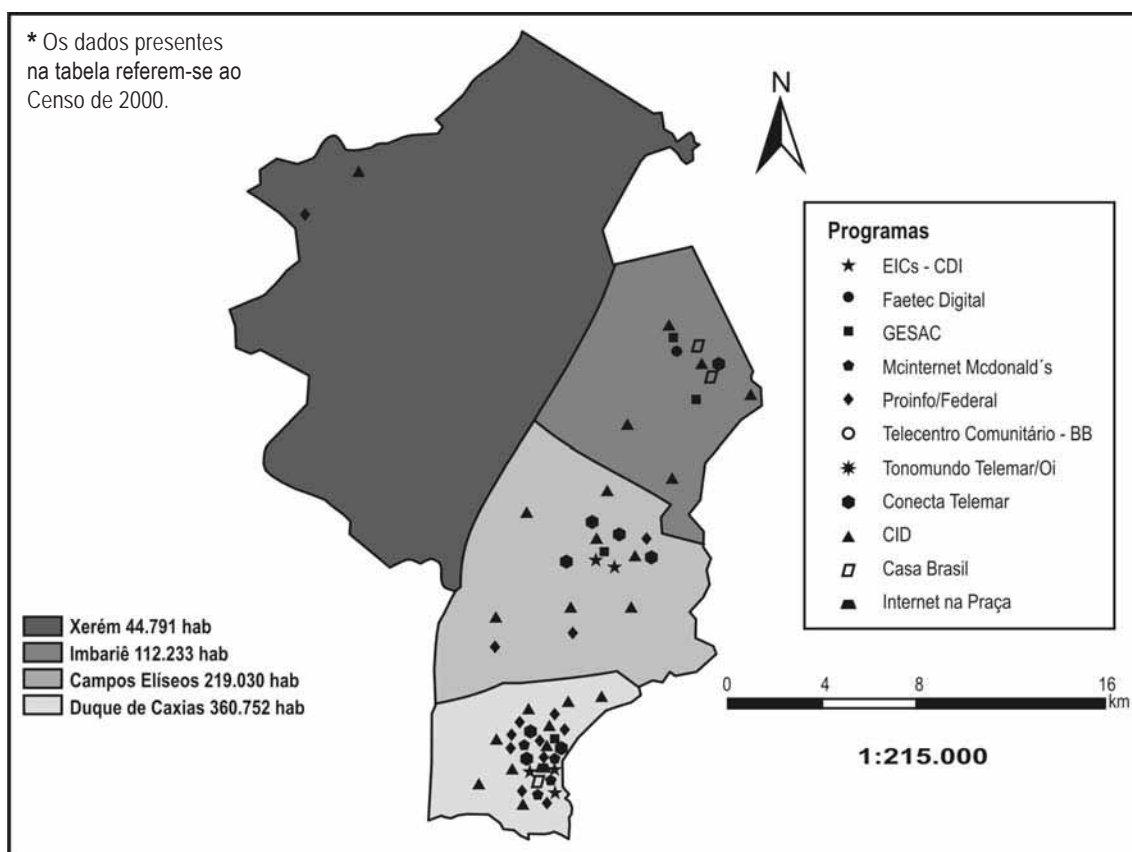
²¹Nas eleições de 2006 obteve o quarto mandato como deputado federal, com mais de 102 mil votos. Sítio: <http://www.alexandrecardoso.com.br/site/index.php?p=dep> Último acesso em 20/07/2008.

J) Programa ProInfo – O Programa Nacional de Informática na Educação tem por objetivo promover o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. Conta com nove pontos no primeiro distrito, três no terceiro e um no quarto.

L) Telecentro Comunitário do Banco do Brasil – É um Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil, criado com o intuito de fornecer componentes de *Telecentros*, com capacitação aos monitores e articulação de parceiras, fomento e desenvolvimento local. Conta com um ponto no primeiro distrito.

Para o melhor vislumbre do total de pontos de inclusão digital, utilizamos um recurso cartográfico, ilustrando a espacialidade dos pontos de inclusão digital no município de Duque de Caxias, segundo a sua divisão por distrito, que porventura segue espalhada de maneira desigual entre os quatro (04) distritos do município, como já comentamos (ver mapa abaixo).

Mapa 4 – Divisão distrital dos pontos de inclusão digital no município de Duque de Caxias*



Organizado por: Giselda Pessoa, 2008.

A disparidade referida no mapa acima está diretamente relacionada à densidade populacional subscrita para cada distrito, ou seja, a maior densidade de oferta de serviços deve-se à maior densidade populacional. No primeiro distrito contabilizamos um total de trinta e dois (32) pontos de inclusão digital, distribuídos para os 338.542 habitantes. No segundo (2º) distrito, temos uma queda no número de pontos de inclusão digital (17 PIDs), talvez não por acaso, o seu número de habitantes (243.767 hab) seja bem menor que o primeiro (1º) distrito. O terceiro (3º) distrito contabiliza onze pontos, distribuídos para os 140.246 habitantes. No quarto há uma queda acentuada no total de

pontos de inclusão (02 PIDs) e também no número populacional, no distrito de Xerém temos (em relação aos demais distritos) apenas 52.901 habitantes.

Com base na cartografia dos centros públicos de acesso à Internet proferida no mapa acima, podemos perceber que a espacialidade dos PIDs se dá nas áreas de maior densidade populacional, na medida que observamos uma maior concentração de centros públicos nos distritos mais adensados. Observa-se que a provisão de políticas públicas ainda é deficiente nos distritos mais afastados e/ou mais carentes. Nestes, a ação do poder público, no que tange às políticas de inclusão digital, está aquém das demandas, sendo que o caso mais grave de precariedade da ação do poder público ocorre no quarto (4º) distrito, o distrito de Xerém.

Lembrando que a inclusão dos territórios também se configura através da inclusão digital, o provimento de políticas de inclusão digital é imprescindível neste caso. Ora o município tem uma taxa de incluídos digitais de apenas 6,8%, - segundo análises do mapa da exclusão digital desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas em 2003 – dados de uma inclusão bem abaixo da média nacional (21% da população²²). Ao levar em conta o levantamento feito por Sorj & Guedes (2005, p. 25), em pesquisa realizada junto com a Unesco e o ICA – *Institute for Connectivity Americas*, em comunidades carentes do município do Rio de Janeiro, onde a taxa de incluídos digitais é de 9%, o uso do computador pessoal em Duque de Caxias acaba por ser um aparato doméstico ainda pouco presente nos lares caxienses, com índices de incluídos digitais abaixo de áreas periféricas do município do Rio de Janeiro.

A ação do Estado, no tange a inclusão digital, no município não é suficiente para suprir a grande demanda por acesso, o que acaba por possibilitar neste sentido a presença de centros de acesso à Internet privados, também chamados de *Lan Houses* e *Cybercafés*.

No município, a Secretaria de Fazenda/Receita e a Secretaria de Fiscalização de Tributos atribuem às atividades dos centros públicos de acesso à Internet pagos (*Lan Houses* e *Cybercafés*) ao código de atividade nº 50.15.00 – a condição de estabelecimentos com Jogos de Diversão²³, no setor e segmento: 07 – Prestação de Serviços. O quantitativo total de *Lan Houses* e *Cybercafés* pesquisadas (em Duque de Caxias) se baseou sob os preceitos supracitados, que fiscaliza estes estabelecimentos comerciais sobre um prisma legal. De forma, empreendimento que (estiver) alocado no código geral de Serviços Gerais – nº 41.99.00, não (terá sido) mapeado pela pesquisa, em primeiro lugar, por não se enquadrar no cadastro ao código de atividade nº 50.15.00 destinado a *Lan Houses* e *Cybercafés*²⁴; e, em segundo lugar, por não atuarem em consonância com a lei estadual nº 4.782²⁵.

Os estabelecimentos regidos pelo código municipal nº 50.15.00, apontam a existência de vinte e um (21) estabelecimentos no município (ver quadro seguinte).

²²Atualmente, os indicadores de acesso à Internet no Brasil descrevem que 21% da população brasileira têm acesso à Internet, totalizando 32.109.939 de usuários no Brasil, dados da PNAD, 2005.

²³Foi desprezado da listagem geral do código de atividade nº 50.15.00 os estabelecimentos que se configuravam apenas como Fliperamas e demais atividades correlatas.

²⁴A Lei municipal de nº 1664/2002 legitima ação das Lan Houses no código de atividade nº 50.15.00.

²⁵A lei estadual nº 4.782 do Estado do Rio de Janeiro proíbe a instalação e funcionamento de qualquer "centro pago" próximo às unidades de ensino da Educação Básica.

Quadro 3 – Listagem das *Lan Houses* e *Cybercafés* no município de Duque de Caxias

	Razão Social	Tipologias	UA
1	L. R.L Serviços de Informática	<i>Lan House</i> / Informática / Fliperama	1º
2	Carvalho e Otaviano Jogos Eletrônicos	<i>Lan House</i>	1º
3	R2 Parrini's Lan House	<i>Lan House</i> / Conveniência / Fliperama	1º
4	Virtua Family Jogos Eletrônicos	<i>Lan House</i> / Fliperama	1º
5	Júnior & Jaqueline Rio's Lava Jato	<i>Lan House</i> / Lava Jato	1º
6	A. Azevedo Maia Informática	<i>Lan House</i>	1º
7	BILAC de Caxias Jogos Eletrônicos	<i>Lan House</i>	1º
8	Mauricio C Silva Jogos Eletrônicos	<i>Lan House</i>	1º
9	A.S. Penedo Games Locadora de Vídeo	<i>Lan House</i> / Locadora de Vídeo	1º
10	Return Jogos	<i>Lan House</i>	1º
11	N L R 620 Lan House	<i>Lan House</i> / Bar / Fliperama	1º
12	Kamy Komy Bar	<i>Lan House</i> / Bar	1º
13	J E Estrela Jogos Eletrônicos	<i>Lan House</i>	1º
14	FYPPERAN	<i>Lan House</i> / Fliperama	1º
15	MJDV Informática	<i>Lan House</i> / Comércio de Informática	1º
16	Gilberto Lan House	<i>Lan House</i> / Fliperama	2º
17	Conecção Total Internet e Jogos	<i>Lan House</i>	2º
18	BIG BROTHER Locadora de Filmes	<i>Lan House</i> / Locadora de Vídeo	2º
19	Alessandra da Silva	<i>Lan House</i>	3º
20	Blazer Lan House	<i>Lan House</i>	3º
21	Cecília Izabel	<i>Lan House</i>	3º

Fonte: Secretaria de Fazenda/ Receita Secretaria e fiscalização de tributos de Duque de Caxias (Julho de 2008).

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Das vinte e uma (21) *Lan Houses* estão distribuídas nos três primeiros distritos do município (1º Duque de Caxias; 2º Campos Elíseos; 3º Imbariê), o primeiro distrito abarca o maior número de empreendimentos comerciais, total quinze (15) *Lan Houses*. O segundo distrito contempla um número bem menor que o apresentado no 1º distrito, totalizando três (03) *Lan Houses*. O terceiro distrito contabiliza a mesma quantidade que o segundo distrito. O quarto distrito do município (Xerém) não apresenta nenhum estabelecimento registrado. Cabe salientar que a pulverização das *Lan Houses* também ocorre de maneira desigual entre os distritos.

O quadro acima, além da atividade de *Lan House*, outras tipologias atuam mescladas com a atividade de *Lan House*. As tipologias mescladas às *Lans* aferidas pela pesquisa foram: a atividade de locadora de vídeo, bar, fliperama, lava jato, loja de conveniência, curso de informática e comércio de informática. Dentre o total de *Lans* (21 unidades) pesquisadas, onze (11) apresentam mais de uma função, demonstrando assim o seu caráter volátil, conseqüentemente um dos fatores que demonstram as múltiplas funcionalidades destes centros.

Considerações Finais

A finalização deste trabalho não significa o fim necessariamente da pesquisa, de forma que os resultados aqui obtidos é o ponto de partida para o desdobramento de futuras pesquisas.

Entendendo a inclusão dos territórios com face de uma inclusão social, devemos salientar que o município de Duque de Caxias dispõe de grande número de iniciativas governamentais de inclusão digital, presente nas três esferas de governo, como foram os casos dos programas: a) federais: GESAC, Casa Brasil,

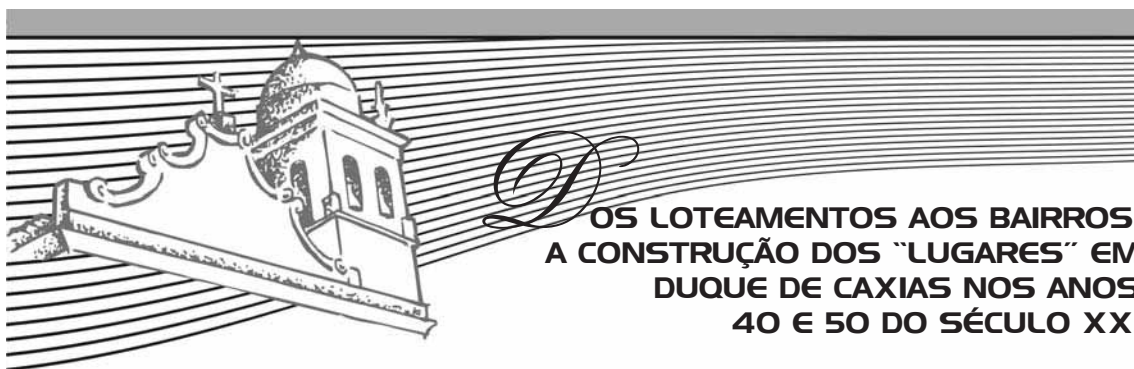
ProInfo e Telecentro Comunitário do Banco do Brasil; b) estaduais: FAETEC digital, Centro de Inclusão Digital – CID; c) municipal: Internet na Praça. Mas tais iniciativas ainda não suprem as demandas do município, o que revela a necessidade de um maior empenho do poder público na inclusão do seu território.

Podemos perceber que o número de políticas de inclusão digital ofertada pelos onze (11) programas no município é insuficiente e não inibiu a mercantilização do acesso à Internet, promovida pelas vinte uma (21) *Lan Houses* registradas, *Lans* que têm atribuído cada vez mais novas funções sociais, como por exemplo, locadora de vídeo (A. S. Penedo Games & Locadora de Vídeo) e comércio de informática (MJDV informática).

Analisando a distribuição distrital dos centros públicos de acesso à Internet, constatamos que há uma maior atuação do poder público no primeiro distrito (Duque de Caxias) e uma menor nos demais. Um bom exemplo da pulverização de políticas públicas de inclusão digital está no quarto (4º) distrito de Duque de Caxias, neste o poder público não atua em consonância com uma política de acesso à Internet a altura da expressão territorial de sua população, demonstrando a necessidade de uma maior atuação do Estado na elaboração de projetos de inclusão digital.

Bibliografia

- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 10ª ed.
- GUEDES, Luís Eduardo; SORJ, Bernardo. **Internet na Favela. Quantos, quem, onde, para quê**. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.
- HASBAERT, Rogério. **Omito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEMONS, André. **Cidade Digital: portais, inclusão e redes no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- OLIVEIRA, Rafael. da S. Baixada Fluminense. **Novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Paradigma. 2004.
- SANTOS FILHO, Sidney Cardoso. **A organização espacial das lan houses em Nova Friburgo**. XV Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo: USP, 2008. ISBN 978-85-9859-86-11
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2007. 14ª ed.
- SIMÕES, Manuel Ricardo. **A cidade estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: ed. Entorno, 2007
- SORJ, Bernardo. **Brasil @ povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: Unesco, 2003.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: Sobre Espaço e Poder, autonomia e desenvolvimento**.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 10ª ed.
- SOUZA, Marluca Santos da. **Imagens da cidade de Duque de Caxias**. Revista FEUDUC/CEPEA/ PIBIC, nº 02, setembro de 2000.
- WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.



OS LOTEAMENTOS AOS BAIRROS: A CONSTRUÇÃO DOS "LUGARES" EM DUQUE DE CAXIAS NOS ANOS 40 E 50 DO SÉCULO XX.

Antonio Augusto Braz¹

Duque de Caxias é uma cidade de migrantes. De gerações de migrantes que foram se sobrepondo na medida em que chegavam levas à região desde as primeiras décadas do século XX. Esses homens e mulheres lutaram penosamente ao longo das décadas num esforço contínuo de construção de suas vidas, de seus projetos, de suas aspirações construindo não suas histórias pessoais, mas também a História do próprio município. Transformaram ao longo do século um pobre, evitado e pequeno aglomerado urbano em um potente parque industrial, destaque econômico do estado e do país. De "Merity das febres" à Duque de Caxias, pólo petroquímico e comercial.

No entanto, os frutos desse desenvolvimento foram sendo desigualmente distribuídos gerando progressivamente o enorme abismo social, uma das mais dramáticas marcas da cidade. Esse abismo pode ser claramente notado no desequilíbrio urbano de seus bairros, onde uns poucos bem servidos de equipamentos e serviços contrastam com o conjunto maior, onde em menor ou maior escala, a população luta por uma vida digna em meio a todo tipo de carências e ausência de poder público.

Inserido na lógica da sociedade capitalista não poderia o município escapar imune das contradições sociais que são as marcas dessa formação econômica e social. Muitos dos elementos definidores de seu dramático presente emergiram de sua trajetória histórica onde segmentos sociais protagonizaram esse processo de construção desigual. A cidade de Duque de Caxias foi construída a partir de uma formação desordenada gerada por uma economia próspera em meio a uma sociedade partida e fragmentada.

O município de Duque de Caxias compõe hoje em dia a região periférica do Rio de Janeiro que se convencionou denominar de Baixada Fluminense. Essa definição originária dos estudos geográficos² corresponde atualmente ao conjunto de municípios formado por Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri. Essa nova definição que utilizaremos constitui-se, a partir dos trabalhos da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) que num relatório produzido em 1979³ aglutinou esses municípios no que viria chamar de Unidades Urbanas Integradas a Oeste (UUIO).

Esse conglomerado urbano desordenado, característica do município e da Baixada Fluminense, constitui-se a partir da década de 30 do século XX, poucas décadas depois em que uma profunda crise demoliu a economia e a sociedade rural/colonial que havia caracterizado a região nos séculos anteriores.

¹Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ. Professor da Unigranrio e da rede municipal de ensino. Sócio fundador e membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Titular da cadeira de História, Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico, Artístico e Cultural do Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias.

²Região de planícies costeiras que se estendem do litoral até a Serra do Mar cobrindo de Norte a Sul do município de Campos ao de Itaguaí. VER: GEISER, P. Pinchas e SANTOS, Ruth Lyra. Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana da Baixada Fluminense. RJ: IBGE, 1955: 292-293.

³FUNDREM (Fundação pra o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro). Unidades Urbanas Integradas de Oeste. Plano Diretor, V. II – Duque de Caxias. RJ: FUNDREM, 1979.

Essas terras recuperadas e entregues à especulação imobiliária, tornaram-se alvo de uma forte migração interna de contingentes populacionais ansiosos por tentar uma vida melhor na capital federal, o Rio de Janeiro, ocupando sistematicamente seu entorno. Essa avalanche populacional avolumou-se nas décadas de 40 e 50 contribuindo para reconfigurar politicamente e administrativamente a região. Em 1943, Duque de Caxias alcançaria sua autonomia tornando-se município. E em 1947, São João de Meriti e Nilópolis seguiriam esse exemplo desanexando-se de Caxias como esse havia feito de Nova Iguaçu.

Ao longo desse período várias ações de saneamento foram promovidas pelo governo federal. As terras, antes alagadiças e insalubres, foram se tornando acessíveis à ocupação e intensamente retalhadas, foram sendo transformadas em loteamentos populares que passaram a brigar milhares de migrantes originários do Nordeste do país, de Minas Gerais, do Noroeste Fluminense e do próprio município do Rio de Janeiro. Até os primeiros anos da década de 60 quase 80% do total de loteamentos que se constituíram no período que vai de 1920 a 1980 já haviam se configurado⁴.

Esses loteamentos, quase todos constituído a partir de apropriações ilegais, eram na sua maioria desprovidos de qualquer equipamento urbano prévio. O comprador na maioria das vezes localizava a "duras penas" seu lote no meio do mato e abria uma "picada" daí até uma via de acesso mais próxima.

Nos primeiros anos de formação dos primeiros bairros as tensões entre necessidades cotidianas e as enormes dificuldades em atendê-las se fazia o tempo todo presente. Como construir e ampliar a modesta residência após a penosa compra do lote? Como se deslocar na lama ou na poeira até a estação ferroviária ou "ponto de ônibus" mais próximo, na lama ou na poeira, e daí dirigir-se ao trabalho, na maioria das vezes, na capital Rio de Janeiro. A água e a luz, como as obter e usufruí-las às residências? Onde estavam as escolas para educar os filhos? E hospitais para a saúde da família? E a segurança pública? E o lazer? Era possível ter esses direitos?

No enfrentamento dessas condições duríssimas, milhares de homens, mulheres, jovens, idosos e crianças foram construindo suas vidas lutando para sobreviver e projetando aspirações. Construindo suas trajetórias pessoais construíram a História da região.

Ao longo dos anos 40 e 50 os loteamentos vão se tornando bairros. Aprópria estrutura administrativa da municipalidade recém constituída vai se consolidando. Os bairros mais centrais localizados no entorno das estações ferroviárias vão adquirindo perfil comercial e recebem melhorias urbanas, principalmente o centro administrativo no entorno da estação de Caxias, enquanto os demais amargariam ainda longos anos de dificuldades.

Era nessa cidade, nos anos 40 e 50, que a romaria migrante de milhares de homens, mulheres e crianças buscavam seu ponto final e que suas esperanças de construir vida nova se assentavam. Era nessas condições, que as primeiras gerações de caxienses emancipados encontraram seus desafios, desfiaram suas experiências e construíram suas histórias, construindo a história da cidade.

Dos loteamentos aos bairros: A construção dos "lugares".

"São vários os seus ritmos de viver, de morar em cada bairro havendo em chão distinto, um ar conforme a direção ou a extensão das ruas dos quarteirões retangulares do 25 de Agosto; das transversais sem saída, do Santo Antônio; das ladeiras do Bela Vista e do Parque Lafaiete;

⁴BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada. Rio de Janeiro. Record. 1986. p. 26 e 27.

dos vales afunilados do Periquito e do Centenário
 espaços recentes, agora, mas encontros antigos
 que as estradas e as águas separavam (...)
 em tantos destinos com novos nomes, hoje batizados:
 Gramacho, São Bento, Campos Elíseos, Primavera,
 Saracuruna, Parada Angélica, Imbariê (...)
 Tantas linhas, tantos fios, tantos nós...”⁵

O poema do militante cultural Barboza Leite, migrante nordestino radicado em Duque Caxias na década de 50, exprime com lirismo a definição do que possa ser um bairro que a abordagem geográfica busca apresentar mais objetivamente. Segundo Soares⁶, por exemplo, uma noção de bairro que a Geografia apresenta, seria de que é um lugar “caracterizado, ao mesmo tempo por certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função”, mas a própria autora chama a atenção mais adiante que essa noção técnica tomada pelo senso comum de quem vive no próprio bairro leva em conta um “sentimento coletivo dos habitantes que têm a consciência de morarem em tal ou qual bairro”, gerando o sentido de originalidade e individualidade que destaca o bairro habitado “em meio aos outros bairros que o cercam”.

Poeta e geógrafa concordam que as experiências socialmente vividas pelos moradores dão a noção de bairro uma amplitude muito mais complexa do que a de apenas fronteiras espaciais, circunscrições administrativas utilizadas pela municipalidade para controlar e gerir o território. É no sentido de identidade e pertencimento que a formação desses lugares de vivência serão analisados.

Os atuais bairros de Duque de Caxias são desdobramentos dos primeiros loteamentos constituídos na região desde as primeiras décadas do século XX, majoritariamente nos anos 40 e 50, que por sua vez, originaram-se do caos fundiário que precedeu e acompanhou as obras de saneamento da região. A transição de loteamentos para bairros não foi imediata, muitos empreendimentos fracassaram, outros tiveram sua ocupação realizada muito lentamente, o que propiciou durante anos a existência de um ambiente intermediário entre o rural e o urbano, com uma paisagem pouco habitada, cheia de terrenos baldios e com mínimas condições no que diz respeito aos equipamentos urbanos.

No que diz respeito à desordem fundiária da qual emergiram os loteamentos e depois os bairros. Fernandez⁷ afirma que, já na década de 10, ao longo das iniciativas de saneamento promovidas por Nilo Peçanha, os proprietários dos imóveis situados no entorno das bacias hidrográficas onde as obras seriam realizadas foram intimados pelas autoridades “a apresentar seus títulos”, o que aconteceu com poucos. Segundo o autor, isso aconteceu possivelmente pelo fato de que a região naquele momento tinha suas terras sob “várias formas de acesso (...) como arrendamentos e as parcerias distribuídas em sítios, pequenas e médias propriedades”.

Os resultados positivos, no que diz respeito à recuperação dessas terras alagadas e a forte demanda imobiliária tornaram as terras cada vez mais valorizadas, gerando um desenfreado conflito pela posse e pela propriedade dos terrenos com o objetivo de negociá-los em busca de um lucro relativamente fácil.

Em 1938 visitando as obras executadas no rio Guandu-mirim, relativas à implementação da Fazenda Nacional de Santa Cruz, Getúlio Vargas chamava atenção para o que considerava uma grave questão que “obstaculizava a maior necessidade de abastecimento da Capital Federal” que seria:

⁵LEITE, Barboza. Trilhas, Roteiros e Legendas de uma Cidade Chamada Duque de Caxias. Ed. Consórcio, 1986. p. 08.

⁶SOARES, Maria Therezinha de Segadas e BERNARDES, Lysia. Rio de Janeiro: Cidade e Região. ed. SMC: RJ. Rio de Janeiro, 1995, p.105

⁷FERNANDES, Leonardo Jéferson. O Remédio Amargo: As Obras de Saneamento na Baixada Fluminense (1890-1950). Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1998. 1998, p. 154.

"(...) a apropriação dos 'grileiros' falsos proprietários que exploram de maneira desordenada a terra, fazendo deserto, pela devastação vegetal e revendendo a gleba desnudada para a criação de gado, de maneira dispersiva, sem benfeitores nem qualquer espécie de aproveitamento racional. Há indivíduos que por meio de títulos falsificados e da posse ilícita de terras do domínio público, usufruem verdadeiros latifúndios de 2 e 3 mil alqueires".⁸

Os interesses imobiliários e a "grilagem" se moveram em direção a apropriação de grandes propriedades abandonadas, contando com privilegiadas informações de agentes governamentais transformados em sócios desses empreendimentos.

"Segundo o exemplo do governo, grandes propriedades abandonadas adquiridas por empresas particulares, que após os primeiros melhoramentos indispensáveis, retalham as grandes áreas e vendem os lotes, facilitando o pagamento a longo prazo. Várias companhias já se acham organizadas com esse objetivo, obtendo resultados completamente satisfatórios".⁹

Em 1937 uma mudança na legislação permitiu que as transações relativas à compra e venda dessas terras revalorizadas e judicialmente indefinidas pudesse acelerar essas transferências de titularidade de maneira muitas vezes fraudulenta. Segundo a nova legislação, as terras lançadas no mercado imobiliário em forma de loteamentos deviam ter seus registros e projetos alocados junto às municipalidades da região que, por sua vez, ficariam encarregadas da fiscalização não só dessa burocracia como também das ações relativas aos melhoramentos básicos que deveriam ser realizados nos loteamentos postos à venda, como arruamento e sistema de esgoto.

No entanto, a proximidade desses agentes imobiliários com as autoridades municipais geraram relações promíscuas que fizeram com que essas exigências fossem solenemente ignoradas, mesmo porque não havia na lei nenhuma penalidade estipulada para esse tipo de omissão.

Dentro dessas circunstâncias o processo de loteamento da Baixada Fluminense e Duque de Caxias, ganhou enorme velocidade. Somente no município de 1910 a 1960 foram aprovados 228 loteamentos e até 1978 o número de lotes chega a 230.874.

Lotes e Área Loteada – 1940/1970

Período	Nº de Lotes	Área Total	Área Média dos Lotes
Até 1949	57.206	6.198	1.083
1950-1959	85.642	7.001	817
1960-1969	60.038	3.374	545
1970-1978	27.988	1.376	492
Total em 1978	230.874	17.849	773

FONTE: Plano Diretor Urbanístico do Município – ENGESUR – 1992.

Os loteamentos constituíram-se prioritariamente nas proximidades das estações férreas de Caxias, Gramacho e Actura (Campos Elíseos) e ao longo da Av. Rio- Petrópolis. As casas localizavam-se

⁸FERNANDEZ:1998, P.213

⁹FERNANDEZ:1998, P.233

a princípio ao longo da ferrovia concentrando-se o mais próximo possível das estações e aos poucos, ruas secundárias foram abertas expandindo a área ocupada na medida em que habitação, comércio e serviços se multiplicavam-se. Novos loteamentos, futuros bairros, expandiram-se a partir dos limites dos primeiros. Novas ruas foram traçadas que levavam a população ao entorno das estações e ao comércio de serviço que também se desenvolvia e de onde também poderiam alcançar o Rio de Janeiro e seus subúrbios.

A concentração da atividade loteadora deu-se a princípio no primeiro distrito, cujo centro comercial e administrativo desenvolvia-se no sentido de atender as demandas imediatas da população que se instalava e, além disso, o deslocamento daí para o Distrito Federal era muito menos complicado do que outras partes do município.

“Naturalmente, a intensidade do loteamento e o preço dos lotes de modo geral decrescem com o aumento da distância ao Rio ou a Niterói; desenvolvem-se mais ao longo das principais estradas, ferrovias ou rodovias (...)”¹⁰.

Nas décadas de 40 e 50 diversos loteamentos retalharam o município de Caxias, dos quais surgiram a maioria dos atuais bairros. O quadro abaixo procura dar um panorama dessa fase.

BAIRROS FORMADOS A PARTIR DE LOTEAMENTOS NAS DÉCADAS DE 40 E 50.			
Bairro atual	Loteamento de origem fundiária	Data de loteamento	Proprietário
Pantanal	Vila Santo Antônio	1959	Tenório Cavalcanti
Parada Angélica	Fazenda Tapera	1945	Gabriel F. de Resende
Jardim Primavera	Chác. Rio-Petrópolis	1947	Nélson Cintra
Imbarié	Vila Ema	1942	Armando Genovese
Gramacho	Vila Leopoldina	1950	Cia. Brasileira
Figueira	—	1943	Isaque Shalon
25 de Agosto	Fazenda Engenho Velho	1951	Emp. Melhoramentos Caxias Ltda
Parque Paulista	Fazenda N. S. da Penha	1948	Banco Central Brasileiro
Dr. Laureano	Vila Caetano Madeira	1952	Comp. Propr. Brasileira
Pilar	Nossa S. do Pilar	1952	—
Engenho do Porto	Fazenda Engenho do Porto	1956	Arnaldo de Sá Motta
Paulicéia	Parque Paulicéia	1943	Manoel G. Vieira
Lafayette	Parque Lafayette	1953	Antônio Alves Campos
Saracuruna	Vila Vitória	1950	Brasília Turística e Comercial

FONTE: Instituto Histórico de Duque de Caxias. **Mapas de Loteamentos.**

De uma maneira geral, com exceção de alguns “bairros planejados” destinados a compradores mais financeiramente qualificados,¹¹ as condições de moradia estavam muito aquém das vantagens apregoadas nas propagandas e pelos agentes imobiliários. Com seus equipamentos urbanos inadequados ou inexistentes, esses futuros bairros populares exigiam de sua população recém instalada uma atividade familiar e/ou comunitária na abertura e preservação das vias públicas, na construção e desobstrução de valas e canais para a drenagem das águas fluviais e do esgoto doméstico, assim como na instalação da

¹⁰GEIGER. Pedro Pinchas e MESQUITA, Miriam Gomes. Estudos rurais da Baixada Fluminense. RJ. IBGE. 1956. p. 181.

¹¹Como foram as tentativas em Campos Elíseos (1952), Jardim Primavera (1953) e mais tarde no Jardim 25 de Agosto (1961).

precária rede elétrica e no furo de poços para obtenção de água para o uso doméstico.

Tudo isso, é claro, posterior e/ou concomitantemente à aquisição do modesto lote e a penosa construção da residência, por si só uma penosa epopéia familiar.

“O termo é adquirido em prestações módicas e a habitação muitas vezes erguida pelo próprio comprador, à medida que suas pequenas economias permitem a compra de materiais essenciais. Frequentemente, o morador fixa residência no lote com a casa semi-construída e vai concluindo a obra de acordo com sua disponibilidade de dinheiro e de tempo.”¹²

O processo de loteamento foi levado a cabo de maneira geral por empresas imobiliárias como a Empresa Melhoramentos Caxias Ltda, loteadora do bairro 25 de Agosto; a Companhia Proprietária Brasileira loteadora dos bairros Gramacho e Vila Caetano Madeira, atual Doutor Laureano e, pelo Banco Central Brasileiro S/A que loteou o Parque Paulista. Também por iniciativas particulares como a de Armando Genovese em Imbariê; Isaque Shalon em Figueira; Néelson Cintra em Jardim Primavera e Tupinambá de Castro em Campos Elíseos.

Um outro conjunto de bairros originou-se de desdobramentos habitacionais ligados às iniciativas getulistas promovidas na região nas décadas de 30 e 40 como o exemplo do Núcleo Colonial São Bento, a Cidade dos Meninos e a Fábrica Nacional de Motores em Xerém. Em São Bento, a partir da década de 50 ocorreu uma acelerada urbanização que transformou as sete glebas originais do projeto do Núcleo Colonial em bairros nos municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo¹³. Na Cidade dos Meninos a desativação do projeto assistencialista da Fundação Abrigo Cristo Redentor e do Instituto de Malariologia desempregou seus funcionários que mesmo assim mantiveram-se nas casas construídas na área por esses órgãos públicos, ao longo da estrada da Camboaba, reivindicando sua posse e assistindo a chegada de novos moradores que aumentavam a população dessa área degradada.

Em Xerém, a instalação da Fábrica Nacional de Motores atraiu a mão-de-obra necessária para sua construção e operação. No final da década de 40, a fábrica construiu três vilas: a Vila dos Engenheiros, que como o nome diz abrigava o pessoal técnico mais qualificado e as vilas Operária e Santa Alice que abrigavam os operários da fábrica. Em 1950 cinco novos blocos foram construídos na Vila Operária pelo IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários).

Outras ações foram marcadas por iniciativas particulares como o empreendimento organizado por Néelson Cintra, conhecido como Jardim Primavera. O bairro abrigaria uma significativa infra-estrutura voltando o oferecimento dos seus lotes para compradores estrangeiros, principalmente imigrantes alemães, que formaram um núcleo significativo junto a outras nacionalidades como eslavos e finlandeses e também a Vila São José criada em 1959 pela iniciativa e oportunismo político de Tenório Cavalcanti que dispendo de verbas federais abrigaria nesse loteamento em tempo recorde centenas de flagelados da favela do Mangue, situada próxima ao rio Meriti, que foram desalojados por uma grande enchente no ano anterior.

Os bairros de Duque de Caxias refletiam a composição social de seus habitantes. Espaços privilegiados no Centro, no 25 de Agosto e no Jardim Primavera em meio a dezenas de bairros populares que abrigavam recém chegados migrantes trabalhadores pobres, empenhados na luta pela sobrevivência e em busca de alguma ascensão social. Uma notícia estampada no jornal local, O Municipal, retrata as dificuldades enfrentadas nesses bairros:

¹²BELOCH: 1986. p. 26.

¹³Primeira gleba – Parque Fluminense (D.C.), segunda gleba – Wona (B.R.), terceira gleba – Cidade dos Meninos (D.C.), quarta gleba – São Bento (D.C.), quinta gleba – Babi (B.R.), sexta gleba – Amapá (B.R.), sétima gleba – Amapá e Babi.

“Atendemos ao convite que nos foi dirigido por mais de uma centena de moradores do populoso bairro Gramacho (...). O que vimos foi o suficiente para ficarmos horrorizados pelo abandono criminoso de uma população que está na casa de oito mil habitantes. Chega as raias do absurdo deixar as ruas como Cantagalo, Miracema, Bananal e Iguaba tornarem-se intransitáveis prejudicando a vida dos que ali morejam pela conquista do pão de cada dia”.¹⁴

Nos bairros a vida seguiu em meio a dificuldades, mas com a intensificação das relações sociais e de vizinhança. A própria necessidade de ajuda mútua no caso de uma necessidade urgente, levava os moradores a recorrerem uns aos outros. Nas ações coletivas para limpezas de valas, canais ou posteamento para implementação da luz elétrica essas relações se intensificavam. Também nas festas comunitárias de caráter religioso ou ligadas à tradição rural. Aos poucos, os novos moradores apropriavam-se dos seus novos lugares de vivência estabelecendo sólidas relações e afirmando uma nova identidade.

Experiências em construção: problemas cotidianos e soluções possíveis

Nos anos 40 e 50 a curva demográfica em Duque de Caxias apresentava uma extraordinária evolução. Esse fluxo migratório inchou populacionalmente o município recém-emancipado, assim como os demais localizados no entorno do Rio de Janeiro. De maneira geral, os pontos de partida desse êxodo eram os municípios empobrecidos do norte e do nordeste do Estado do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Minas Gerais e do nordeste do país¹⁵.

Esses migrantes e suas famílias deslocadas de sua terra de origem buscavam no traslado para as áreas urbanas as condições de vida que viam diluir pela fome, miséria, seca ou violência. Aspiravam uma vida melhor, a ascensão social que as possibilidades da vida na cidade poderiam oferecer em comparação aos limites da vida no campo.

Os homens e mulheres que compuseram esse turbilhão populacional “experimentavam suas situações” em meio a condições muito difíceis. As condições que encontraram eram precárias, num ambiente que mudava aceleradamente do rural para o urbano, pois recentes bairros dessa nova cidade pouca ou nenhuma estrutura ofereciam obrigando seus recém instalados moradores a construir as estratégias necessárias para fixarem-se, sobreviverem e quem sabe progredirem na nova terra.

No enfrentamento do dia-a-dia, no âmbito pessoal ou familiar atitudes marcadas por uma herança rural reinventada construíram experiências, através das quais desafios imediatos eram superados. Na esfera comunitária em relação às carências dos bairros, estratégias coletivas foram construídas e essas experiências sociais partilhadas pelos moradores constituíram suas histórias pessoais e familiares, a história do município e da região.

Essas experiências veiculadas pela memória e capturadas em entrevistas que também foram registradas em textos literários e jornalísticos nos revelam o modo de vida desses protagonistas mais simples e a trajetória de suas estratégias de sobrevivência.

A trajetória desses milhares de homens e mulheres tem início com a chegada desses migrantes de sua região de origem à Duque de Caxias, geralmente de maneira improvisada e difícil. Vários depoimentos apontam para as condições precárias dessa chegada e associam esse deslocamento com a obtenção de trabalho no próprio município ou no Rio de Janeiro.

¹⁴O Municipal. Fatos e Palpites – Gramacho está assim.08/01/1952. Capa.

¹⁵Das Entrevistas que compõem o Banco Oralidade do CEMPEDOCH-BF, quase 50% são de depoimentos de antigos moradores de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Desse total, 50% são de migrantes dos municípios do norte e nordeste do Estado do Rio de Janeiro sendo que os demais 50% dividem-se entre mineiros, capixabas e nordestinos.

Em 1952, por exemplo, chegava ao município o senhor Luiz Paulinho¹⁶ vindo do Rio Grande do Norte, viajou de trem a partir de Salvador, onde havia provisoriamente se instalado até se lançar ao caminho do Rio de Janeiro. Segundo ele “uma viagem muito cansativa” não o desanimou a tentar a sorte “na cidade grande”. Veio com a família, mulher e filho, fixando-se em Santo Izidro, no quarto distrito do município. Trabalhou no Curtume Carioca, na Penha, e com o dinheiro de uma indenização trabalhista adquiriu um sítio no mesmo local onde criava “muita galinha, porco, cabrito (...) até vaca”, onde segundo ele foi “bom pra gente (...) pras crianças”, pois levavam uma vida tranqüila”, porque podiam “andar a pé pra tudo que é lado (...) não tinha ladrão, não tinha nada”.

Dez anos antes, em 1942, o senhor Antônio Massera¹⁷, capixaba, de Mimoso do Sul, havia, com o pai e irmão, feito o mesmo deslocamento pelos trilhos da Leopoldina em busca da cidade grande e do sonho de uma vida melhor. Deixaram um pequeno sítio, indo morar em Cordovil, na casa de parentes. Pouco depois estavam em Caxias, morando no bairro Vila São Luís e depois Doutor Laureano. Trabalhou vendendo lenha do mangue num bar no centro do município, o “bar central” onde ganhava “duzentos cruzeiros” e numa pedreira, também no centro, onde mais tarde seria implantado o loteamento e futuro bairro 25 de Agosto. Em 1949, já casado, foi morar no bairro Saracuruna, fixando residência em um pequeno sítio em 1952 no bairro Campos Elíseos. Nessa época trabalhava para a imobiliária Companhia Brasileira, no loteamento do bairro Gramacho.

Os empregos formais ou os trabalhos esporádicos garantiam a manutenção pessoal e da família. As opções no comércio, nas pequenas manufaturas e nas obras de caráter público no município ou nas fábricas da capital eram as disponíveis. O desejo de obter uma propriedade, onde pudessem construir sua casa própria moviam sua luta constante em busca de trabalho e na construção de uma pequena poupança que possibilitasse a compra. O Sr. Orlandim Ramos, migrante de Muniz Sodré, no Espírito Santo, que se tornou morador do bairro Pilar em 1958. Afirmava ter comprado um lote com recursos obtido com a dispensa da firma onde trabalhava no Rio, estimulado por um amigo que já tinha adquirido o seu, no bairro Parque Fluminense. Segundo ele “desejava sair da firma (...) para comprar seu lote (...)”, pois “quem paga aluguel (...) não tem descanso”.

Esses novos moradores, antes de comprar seu lote e construir sua modesta residência, vagavam por vários endereços ou moravam em casa de parentes. O Sr. Luiz Paulino, durante anos morou em Mantiqueira; o Sr. Antônio Massera, residiu em pelo menos cinco endereços diferentes no município, enquanto o Sr. Orlandim morou muitos anos em “casas de cômodo” no centro de Caxias.

Um contundente retrato desses primeiros momentos dos migrantes recém instalados encontra-se numa obra do professor, pesquisador e cronista Stélio Lacerda. Em seu texto “Uma família de migrantes nordestinos na Caxias dos anos 50”¹⁸, retrata a saga familiar dos sergipanos Zequinha e D. Joana, amigos de sua família, radicados no bairros Gramacho, na década de 50. O autor, a partir das conversas trocadas com Zequinha e principalmente com D. Joana, revela os detalhes das experiências e trajetórias desses nordestinos nos primeiros anos de suas vidas no município.

Segundo Stélio, Zequinha “trabalhando na construção civil e em bicos diversos” com uma “vida difícil, sem emprego certo”. Havia chegado antes da família na região e reunindo poucos recursos os envia para a irmã e a filha que vinham a seu encontro. Essas, depois de longa e exaustiva viagem chegaram a Caxias, no escaldante verão de 1958.

¹⁶Depoimento de Luiz Paulinho França. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

¹⁷Depoimento de Orlandim Ramos dos Santos. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

¹⁸LACERDA, Stélio. **Uma Família de Migrantes Nordestinos na Caxias dos Anos 50.** Duque de Caxias: Mimeo, 2004.

“Aniversário triste aquele, passado nos bancos duros do “pau-de-arara”. Sete dias de viagem desde a saída de Propriá, na divisa de Sergipe com Alagoas, naquele verão de 1958. o cansaço vinha de dentro, vestido de poeira e suor (...) A uni-las o sangue e a esperança de mudar de vida no Rio de Janeiro. (...) Com três dias de atraso, a caravana chegou à pensão. Enquanto o caminhão estacionava os migrantes procuravam reconhecer parentes e amigos. (...) O grupo percorreu a Av. Nilo Peçanha em direção à estação ferroviária, ali tomando o trem para Gramacho. Por volta das dez da noite iniciava a caminhada de dois quilômetros para o casebre de Zequinha – rua escura, cães vadios e cheiro de fossa recepcionavam os recém-chegados”¹⁹

Essa trajetória literariamente reconstituída revela uma importante questão relativa ao movimento migratório. O fato de que a migração das famílias se dava em etapas. Na maioria esmagadora das vezes, migravam primeiro os homens, que empenhavam-se na obtenção de trabalho e moradia. Uma vez obtidas essas condições básicas, o restante da família transportava-se com a explícita intenção de reconstituir os laços de parentesco no novo lar e, principalmente com intuito de somar esforços na luta pela sobrevivência de todos.

Antes mesmo de se instalar num modesto lote, o futuro morador enfrentava o desafio de adquiri-lo. Na maior parte das vezes, modestos e localizados em áreas sob condições severas, exigiam um enorme sacrifício financeiro pessoal e familiar. Uma das formas de superar esse desafio era aceitar as condições de compra a longo prazo, oferecidas pelas companhias imobiliárias que exigiam do comprador anos e anos de preocupação e economia cotidiana.

“Então comprei esse terreno, na época custou 30.000 cruzeiros (...) para pagar 300 cruzeiros por mês (...) levaria um monte de anos para pagar. Eu paguei com dificuldade, mas consegui pagar (...) tinha que andar a pé, porque o pessoal naquele tempo economizava (...) o pessoal era mais seguro. (...) Olha eu ganhava salário mínimo, tinha a minha mulher, duas filhas, pagava passagem e levava marmita”²⁰

Além das enormes dificuldades financeiras enfrentadas para a aquisição, as dúvidas em relação à origem legal ou ilegal das propriedades causaram inquietações nos futuros compradores. De uma maneira em geral, as empresas imobiliárias ou mesmo as iniciativas particulares desrespeitavam as condições de propriedade anteriores e loteavam a área oferecendo-a a venda. Parte da imprensa local denunciava essas irregularidades e as conseqüências dessas manobras ilícitas, cobrando das autoridades as ações necessárias.

“Chegou a nosso conhecimento que na florescente localidade de Saracuruna, determinado e muito conhecido loteador de terras de origem obscura, tempos após ter conseguido aprovar uma planta de loteamento resolveu lotear uma praça doada à Prefeitura de Duque de Caxias. (...) Porém, o que é de ser estranhar é que esse sujeito sem entranhas, consiga o beneplácito da Divisão de Engenharia da Prefeitura, aprovando tal bandalheira.”²¹

¹⁹LACERDA: 2004. p. 09.

²⁰Depoimento de Orlandim Ramos dos Santos. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

²¹O Municipal. Nunca tão poucos roubaram tanto. 20/11/55. p. 04.

O Sr. Epitácio Bernardes²² revela que em 1940, no bairro Taquara “as terras (...) na maioria não tinham dono” o que levou algumas famílias a ocupá-las, praticando uma modesta agricultura e criação, até que por volta de 1945/46 “começou a aparecer dono, mas não era dono de nada, era tudo grileiro, até hoje eles não mostram escrituras de terra”. No Pilar, no final da década de 50, causava estranheza a origem de parte do loteamento oferecido pelos que dela se haviam apropriado e loteado para venda pois, segundo o senhor Orlandim Ramos²³ “se apropriou disso aqui, mas não sei de que maneira (...)” já que antes “tiveram vários brasileiros aqui com terrinha, com plantação de cana e eles se apropriaram e lotearam”. Em Saracuruna sobre a ação loteadora de Jaime Fichmam e irmão, o depoimento do senhor Antônio Joinha, morador do bairro desde 1953, é contundente:

“O Jaime Fichmam vendia os terrenos, vendia ali na praça. Tinha o jeito dele, sentava ali na praça e recebia as prestações. (...) E o irmão dele, chamado José Fichmam, que não sei como comprou ou se invadiu (...) porque essas terras tinham registros. (...) Na época do Império tinha pessoas, que até hoje ainda tem (...) escrituras dessas antigas, tem um amigo meu que tem documentos dos avós dele que são os donos dessas terras, mas não sei como José Fichmam loteou o lado de lá e o Jaime Fichmam do lado de cá.”²⁴

Para se proteger dessas incertezas, o comprador aferrava-se aos seus documentos de pagamentos dos lotes, os carnês das imobiliárias que quitados lhes dariam, quem sabe, o direito à sonhada escritura. Francisca Souza²⁵ lembra que o marido, Sr. Luiz Sebastião, guardava “os carnês como um tesouro” e que “não permitia ninguém por a mão”. Outra tênue forma de garantia eram as “promessas de compra e venda”, emitidas por algumas imobiliárias ou a assinatura de documentos não cartoriais, chamados “compra de direitos”.

“Aí meu pai ‘comprou os direitos’ de um sitiozinho no Dr. Laureano (...) sem carimbo, mas com assinatura (...) eu comprei em 52 esse ‘direito’ aqui em Campos Elíseos, já com uns buraquinhos.”²⁶

Adquirindo o lote construía-se a casa. Residências modestas de madeira e pau-a-pique ou mais raramente, nos bairros populares, de alvenaria. Erguiam-se um ou dois cômodos e instalados neles, ampliavam-nos na medida das possibilidades. Essas ampliações, reformas ou melhoria, demoravam anos e envolvia no trabalho a família, os parentes diretos e algumas vezes, nas intervenções maiores, os vizinhos, como nos revela o depoimento do Sr. José Matoso.

“Era aqui o barraquinho (...) depois fiz dois cômodos, onde hoje é sala e cozinha (...) demorou muitos anos (...) eu mesmo fazia nas folgas e meu sogro e meus cunhados vinham ajudar e (...) só depois de muitos anos, lá em 68, 69 é que coloquei água de rua. (...) Aí já tinha quase a casa toda pronta. (...) Ah! No começo, o banheiro era fora da casa, ‘casinha’ que chamava né?”²⁷

²²Depoimento de Epitácio Bernardes Filho. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

²³Depoimento de Orlandim Ramos dos Santos. Idem.

²⁴Depoimento de Antônio Joinha. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

²⁵Depoimento de Francisca Souza Duarte. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

²⁶Depoimento de Antônio Massera. Idem.

²⁷Depoimento de José Matoso. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

Um dado interessante no processo de construção era a herança familiar das técnicas de construção e a amplitude familiar desse trabalho. Ainda segundo o Sr. José Matoso “no começo meu sogro me orientava (...), mas depois fui aprendendo” e “todo mundo ajudava nas obras, até a mulher e as crianças”. De uma maneira geral, a maioria dos depoimentos ressalta esse trabalho coletivo da família, reservando pouca informação a respeito de ajuda de vizinhos na construção da casa. Provavelmente por se tratar de operações realizadas no âmbito do privado, já que quando se tratava de intervenções no espaço público, na área do bairro, esse esforço coletivo aparecia com mais constância.²⁸

Água, iluminação, calçamento, rede de esgotos. Na maioria esmagadora desses bairros populares, que nascia junto com o município, esses serviços eram inexistentes. As empresas imobiliárias que desmembravam velozmente às antigas fazendas, sítios e chácaras, ignoravam solenemente às recomendações municipais a respeito da instituição de novos loteamentos. Não raro, o comprador de lote adquiria sua propriedade, servida apenas de uma rua aberta a trator e nada mais, o que exigia que todas as outras condições urbanas fossem construídas com trabalho familiar e comunitário. Retomando o depoimento do Sr. José Matoso, encontramos referências a essas intervenções comunitárias.

“Pra abrir as valas e limpar a gente reunia com vizinhos (...) a maioria ajudava né (...) e também quando a gente ‘puxou’ luz até as casas (...) era aquela de ‘cabine’ bem fraquinha, mas todo mundo teve que ajudar a comprar e colocar os postes.”²⁹

Essas condições de ausência de equipamentos básicos reproduziam-se em diversos bairros e demonstravam o desprezo das autoridades municipais com os setores menos privilegiados da sociedade duque-caxiense. Mais uma vez, pelo registro jornalístico da época, se pode ter uma idéia da dimensão do problema e da validade do poder público com a questão, principalmente o poder executivo.

“As Companhias Proprietárias Brasileiras” e a Imobiliária Goulart desrespeitavam decretos 58 e 1163 e o código de obras da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – Apesar de devedora de uma vultosa importância consegue a primeira dessas companhias a aprovação de um novo plano de loteamento (...) denominados ‘Leopoldina 5’ e ‘Caetano Madeira’ pelos quais se obrigava essa companhia a realizar abertura de ruas, movimento de terras, colocação de meios fios e construção de sarjetas, além de terraplanagem de uma vasta área alagadiça. Tais obras deveriam ser fiscalizadas pela Prefeitura, através de seu Departamento de Obras e Engenharia, condição para que os lotes pudessem ser vendidos (...). Nas sessões da Câmara Municipal, desse ano, os vereadores (...) abordaram as gritantes irregularidades verificadas nesses loteamentos e solicitaram ação enérgica do Executivo Municipal, que por motivos que não podemos saber, sempre se fez de surdo aos reclamos do Legislativo, que nada mais eram, que os ecos dos que confiados nas promessas mirabolantes da Companhia (...) nessas áreas haviam adquirido seus lotes e edificado suas modestas residências.”³⁰

Na verdade era confluência de interesses entre os membros dos órgãos do Executivo Municipal e as empresas loteadoras que acabavam permitindo com que as irregularidades e a ausência de vigilância continuassem existindo, mesmo depois que a ocupação já estava instalada no loteamento e o bairro já

²⁸Depoimento de José Matoso. Idem.

²⁹Depoimento de José Matoso. Idem.

³⁰O Municipal. **Os tubarões dos loteamentos**. 08/03/52. p. 07.

estivesse configurado. Um exemplo, era a condição do prefeito Braulino de Matos, que antes de assumir a prefeitura no período de 1952 a 1955, ganhava a vida como corretor da Empresa de Melhoramentos Caxias Ltda. tabelião do Terceiro Ofício de Notas do município e deputado federal³¹. Seu governo era atacado pela imprensa e a oposição associando suas relações com os negócios imobiliários à irresponsabilidade administrativa na gerência dos equipamentos públicos.

*“Parada Angélica: a escola que o prefeito Braulino, ex-corretor de imóveis, iniciou caiu de podre e o português que recebeu a grana (800.000,00) para construir uma série de 10 escolas, está de veraneio em Portugal às expensas da Prefeitura. (...) A luz pública continua a fustigar a paciência do povo. Não há um único bico de luz funcionando normalmente, do que se aproveitam os ladrões. (...) Por falar em safadeza, não podemos deixar de chamar a atenção do prefeito para a famigerada empresa de ônibus Gramacho, que brinca com a paciência do povo. Os seus calhambeques só aparecem em dias de festa e mesmo assim, caindo aos pedaços”.*³²

A instalação da luz elétrica e a rede de transporte também era motivo de transtorno e muito empenho. O Sr. Aldair Ferreira³³ afirma que a primeira rede de iluminação pública, instalada no bairro Paulicéia em 1951, vinha de uma extensão da rede da Light, que servia o centro do município através da “instalação de uma cabina no início da rua Piauí (...)” e que “os postes e os fios foram comprados e instalados pelos próprios moradores (...) a Light só veio pra ligar a luz na cabina” e o povo pagava por “bico de luz” uma taxa de CR\$ 5.00 por mês. No Gramacho em 1959, a luz era levada às residências a partir do Matadouro Roberto e Associados, que cobrava taxa mensal dos moradores e por não repassá-la a Companhia Elétrica, causou em 65, um corte geral no fornecimento que levou a população a mobilização e protesto. Utilizavam-se lampiões, lamparinas e velas na maior parte dos lares da cidade onde esse precário fornecimento de luz elétrica ainda não havia chegado.

O deslocamento da maior parte da mão-de-obra ativa no município de Duque de Caxias para o trabalho no Rio de Janeiro e pelo município, impunha à população um enorme problema em relação à regularidade e a qualidade dos transportes públicos. O progressivo aumento populacional saturou o eixo ferroviário que servia a região e as abertura de novos loteamentos cada vez mais distantes das estações ferroviárias, estimulavam o surgimento de um tipo de transporte auto-motivo irregular, conhecido como “lotação”, que era marcado pela irregularidade de horário, pelo desconforto e pela insegurança.

*“Duas ‘lotações’ de nada (...) caído de velho, às vezes nem vinha e tinha gente que seguia a pé.”*³⁴

*“Não tinha condução, tinha onibusinho que vinha pra vender terreno de manhã e tinha outro à tarde pra acompanhar o povo que vinha ver os terrenos.”*³⁵

*“Esse ônibus começou a rodar em 1954, foi meu filho e meu marido quem botou a primeira linha de ônibus aqui dentro (...) a prefeitura autorizava (...) nós não tínhamos posse pra botar muitos carros, então nós botamos dois carros.”*³⁶

³¹ LEMOS, Santos. **Os Donos da Cidade**. RJ: Editora Corcovado. 1980. p. 18.

³² O Municipal. **O terceiro distrito em revista**. 20/09/55. p. 03.

³³ Depoimento de Aldair Ferreira. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF**.

³⁴ Depoimento de Djanira dos Santos Peçanha. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF**.

³⁵ Depoimento de Djanira dos Santos Peçanha. Idem.

³⁶ Depoimento de Delphina de Oliveira Mendes. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF**.

Avançando pela década de 50, na medida em que as condições de transporte ferroviário se deterioravam, o eixo de transporte da população caxiense se deslocou para as novas rodovias recém abertas, a nova Rio-Petrópolis e a Av. Brasil. No entanto, o traslado era penoso como nos informa o artigo publicado por Ademair Duarte Constance, publicado no jornal Tópico em 1958:

“De trem, de ônibus, de microônibus, mal desponta o dia, partem para a linha de trabalho e produção que tanto pode estar no longínquo Leblon, como no bairro da Penha. Criativo dos eixos, de todas as idades esse exército anônimo em marcha contínua, dia e noite, ano após ano, desgastando-se em demoradas e perigosas viagens, espremidos em veículos desconfortáveis, salvo os que buscam os microônibus que conduzem por preços absurdos os que já estão saturados de viajar comprimidos nos velhos trens ou nos ônibus super lotados.”³⁷

A inexistência de hospitais ou postos de saúde na maior dos bairros e no próprio município nas décadas de 40 e 50 obrigava as famílias a recorrerem a ações que iam, desde o deslocamento até a capital em busca de assistência médica ou a recorrerem aos consultórios particulares, caso as condições financeiras permitissem. O Sr. Antônio Massera ao relatar o longo tratamento enfrentado por uma filha na década de 40, realizado no ambulatório federal da rua do Matoso na Praça da Bandeira, nos informa que “eu e a patroa (...) levava a menina de trem (...) tendo que chegar cedinho na estação de Saracuruna (...) pra poder ter chance de ser atendido”³⁸. Anos depois, com a melhora das condições financeiras da família, as consultas e os tratamentos passaram a ser realizados “num consultório particular na rua 2, no centro de Jardim Primavera”. O depoimento do Sr. Antônio Massera e da vizinha senhora Epitáfia Carmo, revelam uma prática recorrente em relação à luta contra as doenças. O uso de ervas benzidas, praticadas por homens e por mulheres idosas que também atendiam as mães no momento do parto:

“Tinha umas três parteiras aqui (...). Uma delas chamava dona Dadá e amparou muita criança nessas bandas (...). Tinha uns 70 anos mais ou menos (...) não tinha médico né!!!”³⁹

“Chamava Sebastião (...) macumbeiro, mas um macumbeiro que trabalhava mesmo (...) passou remédio de erva e o garoto no dia seguinte já tava bem melhor (...) ficava lá na beirada do rio, na rua Urussaí.”⁴⁰

Outro grande drama presente na vida das famílias era a ausência de vagas suficientes nas escolas, que impedia o acesso de enormes setores da população à educação. O recurso familiar da educação em casa procurava dar conta das “primeiras letras”. Dona Epitáfia relata que “eles [os filhos] ficavam sentadinhos fazendo a lição (...) e só comia depois que fazia tudo certinho, eu conferia e passava mais pra o dia seguinte.”⁴¹

Algumas iniciativas pessoais procuravam dar conta dessa demanda. Na Fazenda Taquara nos anos 40, Marina Figueiredo, filha do administrador geral, empenhava-se em educar os filhos dos posseiros e demais trabalhadores da propriedade. Esforço que em 1947, leva a municipalidade a encampar a iniciativa.

³⁷CONSTANTE, Ademair Duarte. **Conforto para quem trabalha**. Artigo publicado no jornal O Tópico em 1958, citado por LACERDA, Stélio. **Uma Passagem pela Caxias dos Anos 60: Fragmentos de Memória e Registros Diversos**. Duque de Caxias: Edição do autor. P. 22.

³⁸Depoimento de Antônio Massera. Idem.

³⁹Depoimento de Epitáfia Carmo. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF**.

⁴⁰Depoimento de Antônio Massera. Idem.

⁴¹Depoimento de Epitáfia Carmo. Idem.

*“Tinha muita criança que não sabia ler e, como eu já tinha terminado o estudo, meu pai falou que eu deveria e podia ajudar essas crianças. E, então, a fazenda que era muito grande. Fizemos uma sala com bancos de madeira e comecei a dar aula para aquelas crianças. No início, foram mais de quarenta, com seis meses, já tinha oitenta crianças de graça (...). Meu pai combinou com o Dr. Gastão Reis, eles se davam muito bem e o prefeito falou pra mim: ‘Pode deixar que eu vou continuar com a escola’. Aí mandou os ajudantes dele vir arrumar a sala direitinho. Mandou mesa, cadeira e eu continuei a dar aula”.*⁴²

Um dos mais graves problemas enfrentados pela população nas décadas de 40 e 50 era sem dúvida era a falta de água. As famílias recorriam aos poços, às bicas públicas ou a fontes naturais caso existissem. O poço era um artifício insubstituível e sua construção demandava uma certa habilidade técnica e coragem, visto que as condições de trabalho eram perigosas e muitos acidentes aconteciam.

*“Furei muito (...) tinha fundo e raso. Nos morros era fundo, tinha um de quase 30 metros (...) ali pras bandas da 25. Já furei muito e a água era boa, é morro né!!! (...) Lá em casa mesmo não era boa, era salobra, porque às vezes o terreno era mole... tabatinga. Já vi quando era menino, gente que morreu furando e criança que caía também né !!! (...), mas comigo, graças a Deus, nada.”*⁴³

Água encanada só a partir de 1961, mas somente para o centro e os bairros próximos. Até a década de 70, pelo menos 70% dos moradores do município não dispunham ainda desse serviço.

A topografia baixa da maioria das terras do município trazia e, ainda traz aos moradores dos bairros menos favorecidos o flagelo das enchentes. A maior famosa dessas enchentes vitimou uma população inteira de uma favela, conhecida como Mangue em 1958, localizada próxima à rua Manoel Teles, no centro do município. A ação do então deputado Tenório Cavalcanti, junto aos órgãos públicos possibilitou a transferência e o assentamento dessas famílias para terras de uma das glebas da Fazenda São Bento, no município e das casas construídas com verba pública da LBA, surgindo a partir daí, o bairro Vila São José e logo depois um desdobramento conhecido como bairro Pantanal, alavancando a fama do político nordestino de grande benfeitor dos pobres da cidade.

A grande enchente de 1958, talvez tenha sido uma das mais famosas, mas não foi a única. O noticiário jornalístico da década de 50 desfila uma série de situações, onde esse tipo de calamidade se mostrava presente na vida dos moradores de diversos bairros do município. Em 1952 o jornal O Municipal informava que “as enchentes estão fazendo misérias nas Vilas Leopoldina IV e V; e a prefeitura vira as costas ao sofrimento do povo.” Em 1955 em uma outra reportagem, o mesmo jornal deixava uma perversa associação entre a inevitável ação da natureza e a irresponsabilidade da política de ocupação do solo no município de Duque de Caxias:

“Deu-se o inevitável. Vidas foram consumidas pela ação inclemente das águas, propriedades foram destruídas pela sua passagem incontida, famílias inteiras ficaram a mercê da fúria dos elementos que em sua passagem deixou um rastro de leito de desamparo, desespero e desabrigo com o rompimento do rio Saracuruna, que invadiu total e abruptamente à Vila Urussaí, onde morava gente simples, mas laboriosa. Famílias

⁴²Depoimento de Marina Figueiredo. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

⁴³Depoimento de Sebastião Lima. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

humildes e honradas, cujos chefes saíam diariamente para o trabalho para no fim do mês prover a sua prole e pagar a mensalidade do terreno comprado. Mas iam e vinham satisfeitos, porque os seus entes queridos tinham barraco ou uma casa para morar. Todavia, será o rio Saracuruna o responsável por tão dolorosa catástrofe? (...) Existem criminoso? Respondemos sim (...) e eles são os grileiros Genovese e Jaime Fichmam, ambos estrangeiros e ambiciosos e sem escrúpulos. (...) A empresa de Melhoramentos Imobiliários loteou um terreno e vendeu lotes que ficam em condições topográficas de um metro abaixo do nível do rio. Registraram a planta com a conivência das autoridades municipais, dando sentido aparentemente legal ao loteamento (...) sabiam de antemão que a menor reação dos agentes da natureza, uma tromba d'água que caísse faria estourar a represa e as casas seriam destruídas e vidas perdidas. (...) Portanto, fica aqui o nosso protesto veemente e exigimos reparo para os ofendidos e justiça para os culpados para que este povo laborioso que é o povo caxiense não continue a mercê desses administradores irresponsáveis que preferem encher a pança do grileiro, afim de que este o ajude a encher também o empanturrado bandulho".⁴⁴

A soma perversa da irresponsabilidade administrativa com o desejo do rápido enriquecimento com o negócio de imóveis continuou a produzir catástrofes como essa. Ao longo dos anos 40 e 50, diversos bairros do município foram por diversas vezes atingidos por enchentes. Contra elas a solidariedade dos vizinhos e o trabalho coletivo numa tentativa de prevenção. A senhora Maria Cunha nos relata o esforço da população do bairro Dr. Laureano na luta contra as enchentes, as cheias periódicas produzidas pelo valão Jacatirão que cortava e ainda corta o bairro.

"Enchia tudo, tudinho até aqui na padaria (...) essa parte baixa até a ponte ficava com até 2 metros d'água (...). Aí o povo se ajudava, era um tal de levantar móveis e velho e criança (...) os vizinhos acudiam (...). A gente, os homens tentavam limpar o valão, as valas, mas não adiantava muito não (...). A gente, os homens tentavam limpar o valão, as valas, mas não adiantava muito não (...). A gente pedia obra pro vereador seu Aluísio, mas não vinha, só muitos anos depois".⁴⁵

Lutando contra as cheias, buscando água no poço ou na bica, procurando tratamento médico no Rio de Janeiro distante ou nas ervas e bênçãos. Buscando escola ou educando em casa, correndo atrás de um transporte que levasse ao trabalho e enfrentando a poeira ou lama no dia-a-dia. Criando, plantando e cuidando da prestação do lote e da documentação à população duque-caxiense experimentava situações construindo e reproduzindo estratégias pessoais, familiares e coletivas, mas o impacto e a natureza dos desafios variavam, na medida em que certos bairros abrigavam setores mais privilegiados, enquanto outros não.

Essas diferentes trajetórias demarcam os diferentes desafios de uma sociedade heterogênea que se formava na jovem cidade. Mas, esse conflituoso processo de construção da vida urbana, não era uma particularidade da cidade e da região. Na verdade, o país caminhava nessas décadas para a concentração urbana de hoje. Investigar a gênese urbana de nosso município, nesse sentido, não serve apenas a nós que estamos preocupados com o processo de formação de nossa história local e regional. Essas abordagens, pelas possibilidades que oferecem no sentido de esmiuçar particularidades que uma abordagem mais

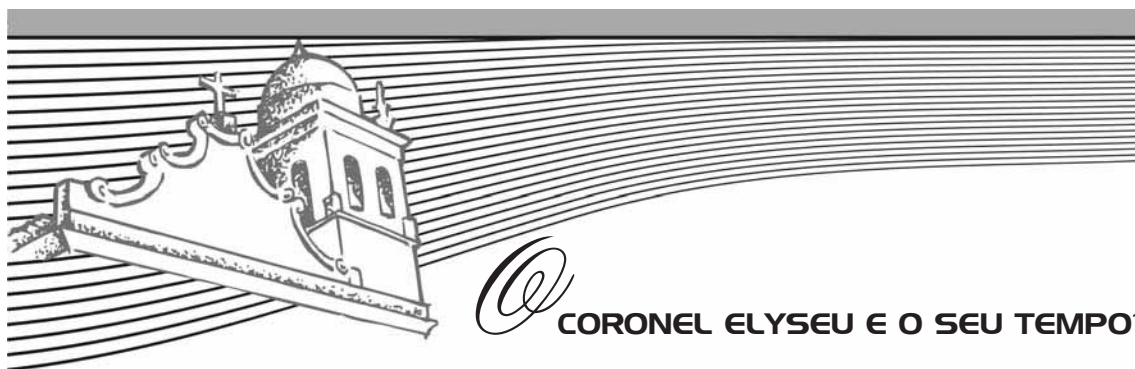
⁴⁴O Municipal. Assassinos: essa é a história dos grileiros de Caxias. 20/17/55. p. 01.

⁴⁵Depoimento de Maria Cunha. **Banco de Oralidade. CEMPEDOCH-BF.**

ampla não contempla, podem e devem ser consideradas como importantes ferramentas para compreender o complexo panorama da sociedade brasileira nesse último século.

Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. RJ. IPLAN. Rio/Jorge Zahar, 1988.
- ALVES, José Cláudio. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.
- BELOCH, Edith Maria Gama. **Loteamento Periférico: Algumas Considerações Sobre essa Forma de Moradia Proletária**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. 1980.
- _____. **Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro. Record. 1986.
- BERNARDES, Lysia e SOARES, M. T. S. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Rio de Janeiro. SMC/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. 1987.
- FERNANDES, Leonardo Jéferson. **O Remédio Amargo: As Obras de Saneamento na Baixada Fluminense (1890-1950)**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1998.
- GEIGER, Pedro Pichas e SANTOS, Ruth Lyra. **Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro. IBGE. 1956. Separata da Revista Brasileira de Geografia, nº 3, Ano XVI, Rio de Janeiro, julho/setembro de 1955.
- _____. **Loteamento na Baixada da Guanabara**. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, 1978.
- LACERDA, Stélio. **Uma Passagem pela Caxias dos Anos 60**. Rio de Janeiro. Edição do Autor. 2001.
- _____. **Caxias de Ontem: Um Pouco de Memória**. Duque de Caxias. RJ. Edição do Autor. 2003.
- _____. **Uma Família de Migrantes Nordestinos na Caxias dos Anos 50**. Duque de Caxias. Edição do Autor. 2004.
- LEITE, Barboza. **Trilhas, Roteiros e Legendas de uma Cidade Chamada Caxias**. Duque de Caxias. RJ. Edição do Autor. 1986.
- LUSTOSA, José. **Cidade de Duque de Caxias: Desenvolvimento Histórico do Município – Dados Gerais**. Rio de Janeiro. IBGE. 1958.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura em uma Área Periférica – Duque de Caxias (1950-1980)**. Vassouras, RJ, Dissertação de Mestrado. Universidade Severino Sombra. 2005.
- ROMERO, José Luís. **América Latina: As Cidades e as Idéias**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2004.
- SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Nova Iguaçu: Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. IBGE. 1962. Separata da Revista Brasileira de Geografia, nº 2, Ano XXIV, Rio de Janeiro, abril/junho de 1962.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o Passado da Cidade: Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)**. Niterói. RJ. Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado. 2002.
- SOUZA, Sonali Maria de. **Da Laranja ao Lote. Transformações Sociais em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro. UFRJ. Dissertação de Mestrado. 1992.



Elyseu Adail de Alvarenga Freire² e Rogério Torres³

Origem das famílias Alvarenga e Freire

Esboçar uma biografia do Coronel Elyseu d'Alvarenga Freire é fazer uma longa viagem no tempo e no espaço. É atravessar o oceano, refazendo pelo avesso o périplo realizado por aqueles que um dia aqui chegaram em busca da glória e da fortuna. Assim, seguimos em direção a um Portugal medievo. Um Portugal que surge como resultado das lutas travadas para a reconquista da Península Ibérica das mãos dos muçulmanos. Esse rápido caminhar pelos primórdios da história de Portugal justifica-se, pois a família Alvarenga tem origem em Moço Viegas, quinto filho de Egas Moniz que foi aio do primeiro rei de Portugal. O sobrenome Alvarenga é de origem geográfica, nome de localidades dos concelhos (região administrativa de distrito) de Arouca, Lousada e Monforte.

Mas se os caminhos são tortuosos para se chegar até os Alvarenga, não menos o são para se entender a origem, a multiplicação e dispersão dos Freire pelas terras do Brasil.

O sobrenome é de origem religiosa - do antigo substantivo *freire*, do francês *frère*, irmão - que se refere a cavaleiro de ordem militar, o qual tem alguns votos religiosos e reside em convento. No século 11 fundaram-se as associações religiosas de cavaleiros (Ordens Militares), cujos membros, na linguagem da Igreja, se chamavam *frates* e cada um deles *frater*. Com o tempo a palavra evoluiu foneticamente para formas assemelhadas a *Freire*.

Em Portugal, a família Freire tem suas origens na família Freire de Andrade. Os Freire, que da França vieram para combater os mouros, se uniram aos Andrade, formando uma só família.

Também, como os Alvarenga, muitos judeus adotaram o sobrenome Freire a partir do batismo forçado de 1497.

Num lapso de aproximadamente sete séculos, após o surgimento de Portugal, vamos ter notícia da família do Coronel Elyseu d'Alvarenga Freire na antiga freguesia de Nossa Senhora do Campo Alegre, atual cidade de Resende, no Vale do Paraíba.

Segundo o genealogista Itamar Bopp, o coronel Elyseu d'Alvarenga Freire é neto de Lucas José de Alvarenga, filho de Bento de Castro, sobrinho-neto do "inconfidente" Ignácio José de Alvarenga Peixoto. Logo após a Conjuração Mineira, a família teria vindo para o Rio de Janeiro, fugindo das perseguições políticas sofridas em Minas Gerais.

¹Texto resumido do livro "O CORONEL ELYSEU E O SEU TEMPO"

²Vereador pelo município de Duque de Caxias na 2ª Legislatura: 01/02/1951 a 31/01/1955.

³Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas estadual do Rio de Janeiro e municipal de Duque de Caxias. Membro honorário e presidente da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

Elyseu na fazenda de café

É numa Resende, próxima da decadência cafeeira, que nasceu, no dia 14 de junho de 1864, Elyseu d'Alvarenga Freire. O menino vem à luz na fazenda de seu pai, José d'Alvarenga Freire e recebe o nome de Elyseu por ser dia do profeta Eliseu. O pai é médico e fazendeiro, sua esposa, Anna Egydia d'Alvarenga Freire, provê o lar daquilo que se faz necessário e cuida da educação dos filhos.

Elyseu, abolicionista e republicano

Possivelmente, por natural predisposição e influência de sua mãe, o jovem Elyseu vislumbra no magistério a sua verdadeira vocação. Formado, ainda bem novo, começa a exercer o professorado público em sua cidade natal. Do pai herdara o acendrado fervor cívico e de dona Anna Egydia o sentimento de fraternidade humana que o levaria a se engajar em duas campanhas memoráveis: a da abolição dos escravos e a republicana.

A luta pela libertação dos cativos era um desejo bem antigo de muitos brasileiros, mas a abolição deveria ser gradual e com indenizações. O primeiro passo para contornar o problema foi a extinção do tráfico, através da *Lei Eusébio de Queirós*, em 1850. Em 1871, foi sancionada, pela princesa Isabel, a *Lei do Ventre Livre*.

O Ceará, através do presidente, Sátiro Dias, em março de 1884, extingue a escravidão na Província. Uma vaga libertária varre o país de norte a sul.

Em 1880, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e destacados intelectuais criam a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que estimula a formação de muitas outras por todo o país. Em 1884 o Partido Liberal adere à abolição, quatro anos depois será a vez do Partido Conservador proceder de igual maneira.

Em 1885, uma nova lei entrava em vigor, era a *Lei dos Sexagenários*.

Todas essas leis não aplacaram as manifestações abolicionistas, pelo contrário; o movimento cresceu e assumiu um caráter francamente rebelde.

Nesse momento Elyseu estava com 21 anos e, como muitos jovens de sua idade, se engaja na luta pela libertação dos cativos. Também como tantos outros moços de família abastada, seguiria, dois anos depois, em direção a São Paulo, para cursar Direito.

Agora, diante das Arcadas estava o postulante a advogado que viera de Santana dos Tocos. Espírito romântico e sonhador, Elyseu já se imaginava integrado à corrente abolicionista. E assim parecia ser; mas não foi. Por motivos que indicam não depender de sua vontade e nem pudemos apurar quais foram, Elyseu teve que retornar, esquecendo ou adiando o sonho de ser advogado. É bem possível que essa interrupção nos estudos estivesse ligada à abolição dos escravos. Sua presença na fazenda do pai, nesse momento já falecido, agora era indispensável. Não devemos esquecer também que, dona Anna Egydia, sua mãe, morreria de hidropisia, em 1889.

É possível, também, que o contato cotidiano com o curso de Direito tenha decepcionado Elyseu. Valeria a pena dedicar quase um lustro de sua vida às ciências jurídicas? Afinal, gostava da política e do magistério, coisas mais palpáveis e imediatas.

Acredita-se que tenha ficado em São Paulo entre 1888 e 1890, a data exata de sua estadia na capital paulista foge de nosso conhecimento. Certo é que, em 1888, ainda lá permanecia. Mas como terminaria a triste "novela" da escravidão negra no Brasil?

Um ano antes da assinatura da *Lei Áurea*, a situação parecia ter fugido ao controle das autoridades e dos proprietários de escravos. As fugas se faziam em massa e reprimi-las era quase impossível. Um artigo, publicado em O País, que transcrevia uma correspondência de Joaquim Nabuco relatando uma palestra que tivera com o papa Leão XIII, foi o estopim que detonou o arcabouço jurídico da escravidão. O senador João Alfredo Correia de Oliveira, que presidia o Conselho de Ministros, vê assim a oportunidade de fazer passar a lei que, definitivamente, libertaria os escravos.

Agora, a República

Quando a *Lei Áurea* foi assinada, Elyseu d'Alvarenga Freire estava com 24 anos, era bem jovem, mas politizado o suficiente para entender que as mazelas do Brasil não terminavam com a abolição dos cativos. A visão progressista do jovem professor permitia-lhe perceber que só a implantação da República possibilitaria o encaminhamento de soluções coerentes para os problemas brasileiros.

Para aliviar a crise que se avizinhava, foi criada a “política de conciliação” (1853/1856), promovida por Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná. Através dessa política, o gabinete ficava dividido entre liberais e conservadores.

No Rio de Janeiro, liberais radicais, liderados por Rangel Pestana e Limpo de Abreu, passam a exigir o fim do “poder moderador”, maior autonomia para as províncias, extinção da Guarda Nacional e uma reforma que permitisse eleições mais justas.

Os liberais radicais, no dia 3 de dezembro de 1870, lançam um manifesto através do jornal “*A República*”. O “*Manifesto Republicano*”, como ficou conhecido, tinha as assinaturas de Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Bernardino Pamplona, Campos Sales, além de outros importantes militantes da causa.

Ardoroso defensor das idéias de Silva Jardim, Elyseu d'Alvarenga Freire seria colocado em disponibilidade não remunerada, em 30 de junho de 1891, por ter votado na chapa do “maior propagandista da República do Brasil”. Perdia, assim, o seu ofício de mestre-escola em Iguassú.

No dia 7 de julho de 1889, o gabinete liberal presidido por Ouro Preto assumiu o poder. Apresentava um programa de reformas em que se incluía o combate às correntes que pregavam a mudança da forma de governo.

No dia 14 de Novembro de 1889, os conspiradores espalham o boato que o governo mandara prender o marechal Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Diante disso, os republicanos vão para a casa de Deodoro e convencem-no a liderar o movimento rebelde.

A rebelião, prevista para o dia 20 de novembro, é antecipada para o dia 15 de novembro de 1889. Alguns cronistas registram em suas páginas a Proclamação da República como algo bem estranho e, em alguns momentos jocoso. Isso porque o povo, participando apenas como espectador, entendeu o movimento das tropas mais como um desfile militar do que como uma rebelião de fato. Muitos dos seus participantes acreditavam estar derrubando Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo), não o Imperador, muito menos a Monarquia.

O povo, segundo palavras de Aristides Lobo, “assistiu bestializado” à Proclamação da República. Esse desapontamento com a forma pela qual fora proclamada a República não partia apenas de Aristides Lobo. Outros observadores pensavam da mesma maneira.

O ato de Proclamação da República, na verdade, só seria assinado no dia 16 de novembro. Elyseu, que participara ativamente da campanha republicana e se engajara no nicho mais radical do movimento, confidenciou para amigos e correligionários suas preocupações em relação ao futuro do novo regime. Tudo lhe parecia muito confuso, improvisado e contraditório. Como nada estava definido, consolidado ou estabelecido, o melhor era continuar lutando para reconduzir o movimento para os caminhos originais. Elyseu não se deixou abater pela decepção inicial, continuou militando em favor do aperfeiçoamento da ordem republicana. Era o seu jeito de ser. O gosto pela política jamais lhe abandonaria. Desde o fim da adolescência até a sua morte, em 1930, Elyseu foi um devotado à causa pública.

Um mestre-escola em Merity

Em Resende, de 10 de junho de 1886 a 31 de março de 1888, Elyseu d' Alvarenga Freire lecionou, em escola de instrução gratuita, para mais de 20 alunos pobres. Após essa data, seguiria para a Faculdade de Direito de São Paulo. De fevereiro de 1890 a 30 de junho de 1891, foi também professor efetivo em Iguassú, quando foi colocado em disponibilidade não remunerada por haver votado na chapa de Silva Jardim. Tudo indica que, de 1891, data de seu afastamento do quadro de professores de Iguassú, até 1895, quando assume suas funções na Mesa de Rendas do Estado do Rio de Janeiro, Elyseu esteve incorporado no serviço ativo da Guarda Nacional. Justamente num momento agitadoíssimo para a República brasileira, há pouco proclamada. Esse período medeia a renúncia de Deodoro e o fim da Revolta da Armada, liderada por Custódio de Melo.

Não fica claro o momento exato em que Elyseu chegou em Iguassú, nem o porquê de sua presença na “Cidade Perfume”. Os jornais “O Limite” e “Correio da Lavoura”, ao noticiarem a morte do antigo chefe político, registram como data de sua chegada em São João de Meriti o ano de 1888. É possível, mas improvável. O que teria motivado o jovem a abandonar Resende e se fixar em Iguassú? Tudo nos leva a pensar que viera em missão militar pela Guarda Nacional.

Uma casa no campo

Acreditamos que Elyseu, ao escolher Iguassú para formar sua família, tenha, inicialmente, vivido em alguma pensão ou alugado uma pequena casa no centro de São João de Meriti. Mas após seu casamento resolveu se estabelecer em São Mateus. Ali comprou, no primeiro lustro do século passado, uma propriedade com aproximadamente 500 mil metros quadrados e que possuía uma casa, grande o suficiente, para abrigar a família que, num futuro não muito longinquo, se tornaria numerosa.

Na fazendola – dividida pela rua Rojado Lisboa, depois Tenente Milton Campos Soares e atualmente Ana Brito da Silva - cultivava legumes, verduras e frutas; criava gado vacum, para leite e corte e cavalos para montaria e tiro. Trabalhando de segunda a sábado na Mesa de Rendas do Estado do Rio de Janeiro, Elyseu não tinha condições de tocar sozinho a propriedade, que ficava sob a administração de um capataz auxiliado por oito empregados.

Inicialmente, a casa seria habitada por Elyseu, a mulher, a professora viúva Rita de Azambuja Monteiro e os dois filhos do primeiro casamento dela, Vitor e Julieta. O primeiro filho do casal seria Alfredo, depois viriam: José, Elyseu, Ary, Ester, Elyseu Adail (tem o nome do pai por ter nascido em plena festa de aniversário deste) e Esmeralda (filha adotiva).

Possuir uma casa no campo, ou melhor, em São Mateus, tinha para Elyseu um custo, algumas vezes alto; mas, por outro lado, também oferecia algumas vantagens. As terras que adquirira foram relativamente baratas, permitindo-lhe organizar uma pequena mas bem organizada fazenda que oferecia um substancial reforço na economia familiar. Ali podia criar os filhos num ambiente livre e socialmente saudável, longe das mazelas e da falta de espaço dos grandes centros. Além disso, Elyseu se firmara como uma liderança respeitada e querida daquela população simples e carente. Mas, não só da população, também dos vizinhos proprietários de fazendas e das autoridades municipais, estaduais e até mesmo das federais. A família de Elyseu ainda guarda cartas e bilhetes, escritos de próprio punho, que recebeu de importantes políticos da República, Nilo Peçanha foi um destes.

Sua força moral e seu prestígio não passaram despercebidos das autoridades; em virtude disso foi nomeado subdelegado na região por mais de duas décadas. No exercício dessa função, na época não remunerada, jamais exorbitou das prerrogativas que o cargo lhe conferia. Poucas vezes usou a força; a violência, jamais. Era assim Elyseu: firme em suas posições, mas justo, equilibrado e tranqüilo na execução

de seus projetos. Não raro, era visto na sala de sua casa rodeado de pessoas que iam procurá-lo para aconselhamento em questões matrimoniais, orientação em negócios ou pedir algum favor.

Mas não confundamos a brandura e o equilíbrio de suas ações com conformismo ou acomodação. Na defesa de seus princípios, jamais transigiu, nunca se acovardou, mesmo diante da pressão ou ameaça dos poderosos. Coragem nunca lhe faltou, como veremos adiante.

Disciplinado, mas sem submissão, executava com denodo suas funções na Mesa de Rendas do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, cumpria uma rotina que por mais de três décadas pautou sua existência. Levantava muito cedo, barbeava-se, depois, junto com a família tomava o café da manhã, vestia o seu terno e saía para o trabalho, numa viagem longa e cansativa. Num cavalo, previamente arreado por um de seus empregados, seguia até a estação ferroviária de São João; embarcava num trem puxado por uma máquina a vapor que o deixava na estação de Alfredo Maia, próximo de Lauro Müller. Ao desembarcar, comprava o Jornal do Comércio ou o Correio da Manhã e, no bonde, que vinha da Tijuca (futuro 66), ia dando uma olhadela rápida no noticiário até a Praça 15. A leitura, agora mais tranqüila e detalhada, continuava na barca, que, vagarosamente, singrava a baía até Niterói. Embora a viagem fosse muito agradável e divertida, com a presença alegre dos golfinhos que acompanhavam a embarcação, Elyseu não tirava os olhos do jornal, devorando, sofregamente, as notícias do dia. Elegera o Correio da Manhã como o seu jornal. Opinativo por excelência, pautou-se pela defesa dos interesses públicos, fugindo dos conchavos tão comuns à maioria dos demais periódicos. O perfil ético do “Correio” não diferia muito do perfil do próprio Elyseu, que tinha na política o seu maior vício, o vício de um homem sem vícios, que não bebia e nem fumava.

Tempos depois, essa rotina seria ligeiramente alterada com o arrendamento da propriedade para um oficial da Marinha de Guerra, que em São Mateus encontrara clima propício para a recuperação de sua saúde, minada por pertinaz moléstia.

Agora a família se mudara para uma casa bem no centro de São João de Meriti, próxima da estação ferroviária, não muito longe da Igreja. Ali os filhos não mais podiam fazer as divertidas “guerras de limões”, nem as cavalgadas desenfreadas, que levantavam a poeira das ruas sem calçamento de São Mateus. Mas, para compensar, organizavam corridas de bicicletas, assistiam as partidas de futebol do Esmeralda e chegaram até a organizar um outro clube, cujo nome era uma homenagem ao intrépido Almirante Tamandaré. O *Tamandaré*, como o velho almirante, não admitia a derrota.

Mas se uma parte da rotina havia mudado para Elyseu, outra se mantinha inalterada, ou seja, encontrar-se com os amigos na Galeria Cruzeiro, ao final do expediente. É interessante lembrar que a Galeria Cruzeiro era a parte térrea do Hotel Avenida (construído pela Light em 1911 e demolido em 1957 para dar lugar ao Edifício Avenida Central), localizado nos números 152 e 162 da Avenida Central. No seu interior funcionava a estação de bondes da Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico. A Galeria Cruzeiro era assim chamada devido a existência de duas passagens em forma de cruz. Na Galeria estavam localizados vários bares e restaurantes. Um dos bares mais freqüentados era o da Brahma, ao lado da Leitaria Silvestre e que dividia com o Nacional, a preferência de artistas, políticos e do público em geral. Foi um dos principais cenários do carnaval carioca.

Era lá que Elyseu, antes de voltar para a sua São João de Meriti, parava para jantar, relaxar um pouco, encontrar antigos camaradas e conversar sobre os temas palpitantes da política nacional. Pelas onze da noite chegava em casa. E toda essa canseira recomeçava no dia seguinte.

Mas aos domingos tudo se modificava, mesmo atendendo aos que lhe procuravam, podia reservar um tempinho para a família. Após o almoço costumava tomar sua carruagem, puxada por quatro cavalos, e acompanhado da mulher, com dois ou três filhos, dirigir-se para Gericinó. Além de um agradável passeio, era também uma forma de saber as condições dos campos onde seu gado, costumeiramente, era levado para pastar. Em outras ocasiões faziam piqueniques nas margens do rio Guandu. Era assim nos primeiros anos

do século passado, tempo de poucas e inocentes diversões. Tudo se resumia a piqueniques, bailes com músicos tocando ao vivo, saraus e tertúlias. Nessa época os gramofones eram artigos de luxo, verdadeiras raridades e o rádio inexistia. O cinema, ainda mudo, só havia nos lugares providos de eletricidade, e estes eram poucos. Para se ter uma idéia da realidade local, é bom lembrar que na estação de Merity (Duque de Caxias), a primeira “rede elétrica” seria inaugurada em 1924, puxada do bairro carioca de Vigário Geral para a Fazenda do Engenho Velho, cujo proprietário era José Nunes Alves.

Ter uma “Casa no Campo”, como sugere a música de Zé Rodrix e Tavito, pode ser algo encantador hoje, na era da internet e do celular, mas em São Mateus, no tempo do coronel Elyseu, era diferente.

A Guarda Nacional

A Guarda Nacional surgira na conturbada Regência (1831-1840), período que segue logo após a abdicação de Pedro I.

A Independência ainda não completara dez anos e o “Defensor Perpétuo do Brasil” abdicara do trono em favor de seu filho Pedro de Alcântara, na época com apenas cinco anos. Nesse caso, a Constituição do Império estabelecia que o Brasil seria governado por uma regência composta por três pessoas eleitas pelo Legislativo, até que Pedro de Alcântara completasse dezoito anos.

Vivia-se um momento difícil, sacudido por uma série de rebeliões que pareciam conduzir o país à fragmentação, tal como acontecera na América Espanhola. Todas essas revoltas, rebeliões e revoluções refletiam contradições de classe e também as contradições dentro da própria classe dominante. Uma crise econômica, associada a insatisfação popular e ao autoritarismo do governo central, agravavam o quadro daquele período. *“O vulcão da anarquia - dizia Feijó - ameaça devorar o Império”.*

A Guarda Nacional fora criada em 1831, durante a Regência Trina Permanente; era subordinada ao Ministro da Justiça, o padre Antônio Diogo Feijó. Devemos entender que a criação da Guarda Nacional foi uma resposta da Regência à desconfiança generalizada para com o Exército. Não era possível confiar a defesa da Constituição, da independência, da liberdade, da propriedade e da ordem a uma instituição formada - com exceção dos oficiais - por gente de origem humilde, recrutada à força, submetida a uma disciplina severa, inclusive com castigos corporais e cujos soldos, baixíssimos, quase sempre estavam atrasados. Tudo isso agravado pela posição de muitos oficiais, francamente favoráveis à volta de Pedro I.

A criação da Guarda Nacional desobrigava também o governo de maior dispêndio de numerário para o pagamento de tropa de 1ª linha. Poucos gastos tinham os governos com a Guarda Nacional, os recrutados prestavam seus serviços gratuitamente à Nação. Cabia à autoridade apenas o fornecimento de armas, bandeiras, tambores, cornetas e material de escritório. Apenas os instrutores recebiam soldo.

Ao longo de seus 91 anos, a “milícia cidadã” mudara muito, principalmente após a reformas de 1850. Passou a trilhar caminhos que não condiziam com aqueles que haviam sido propostos em sua origem. Os conflitos no Prata e a Guerra do Paraguai vão atribuir uma grande importância às tropas de 1ª linha. A partir daí, a “milícia cidadã” vai decaindo de importância até desaparecer em 1922.

Elyseu assume funções públicas

Foi no quadriênio de Prudente de Moraes (mas não por indicação do Presidente da República) que Elyseu d’Alvarenga Freire entrou, em 1895, como Conferente Extranumerário, para a Mesa de Rendas do Estado do Rio de Janeiro. No dia 23 de dezembro do mesmo ano, conforme ato do Presidente do Estado, é nomeado Recebedor. Mais tarde passa a Conferente de Segunda Classe e, sucessivamente, promovido a Conferente de Primeira Classe, Subfiscal e, finalmente, Fiscal de Rendas, em 5 de janeiro de 1922.

Como subfiscal, fechou as fronteiras do Estado, criou e instalou postos fiscais cuja finalidade

era impedir a evasão de rendas. Anteriormente, a sonegação de taxas e tributos se fazia sem qualquer embaraço, devido à ausência de fiscalização. Elyseu organizou um criterioso serviço de fiscalização, incluindo também localidades que conhecia muito bem: Merity (hoje Duque de Caxias), Pavuna, Anchieta, Bangu e Campo Grande, dentre outras.

Todo esse esforço se fazia num momento em que a economia do Rio de Janeiro passava por grandes dificuldades.

A participação de Elyseu na política da Velha Província, tudo indica, começa a se intensificar quando ele se aliou à corrente florianista que procurava minar o governo de Francisco Portela (1889-1891), desgastado ao apoiar o golpe de Estado dado por Deodoro, no dia 3 de novembro de 1891. Floriano, ao assumir a presidência da República, procurou colocar gente de sua confiança nos cargos que julgava importantes, descartando, assim, os partidários de Deodoro.

Ao desavisado pode parecer estranho que um florianista com pruridos jacobinos fosse nomeado justamente no momento em que Prudente de Moraes era o presidente da República e Maurício de Abreu governador do Estado do Rio de Janeiro. O fato se revela com clareza quando percebemos as peculiaridades da política oligárquica fluminense que, a partir da derrubada de Portela e a ascensão de Porciúncula, começa a abrir espaço para a escalada de Nilo Peçanha.

Morre Afonso Pena, assume Nilo Peçanha (1909-1910)

Interessa-nos, sobretudo, a vida e a ação política de Nilo Peçanha, pois o político fluminense, foi amigo e companheiro de lutas de Elyseu d'Alvarenga Freire. Nilo e Elyseu tinham quase a mesma idade e, ambos, se identificavam por suas lutas contra a escravidão e pela adoção do regime republicano.

Nilo Procópio Peçanha, - também conhecido pelos apelidos de “O Menino da Padaria”, “Nilo Goiabada” e “Moleque Presepeiro” – nasceu no dia 2 de outubro de 1867, na Fazenda do Deserto, em Campos, Rio de Janeiro. Era filho de Sebastião de Souza Peçanha e Joaquina Anália de Sá Freire Peçanha.

Boa parte da infância de Nilo Peçanha foi passada no sítio do Morro do Coco. Quando chega a idade escolar, seus pais, que desejavam para o menino um futuro promissor, se instalam no centro de Campos e passam a viver dos rendimentos advindos de uma padaria que o pai comprara. Inicialmente, Nilo estuda no Liceu de Humanidades de Campos.

A padaria de Sebastião, cedo, se tornaria um centro de discussões políticas. Nilo as acompanhava com vivo interesse.

No Colégio Alberto Brandão, na capital do Império, completa o curso de Humanidades. Logo após, prepara-se para ingressar na Faculdade de Direito, inicialmente estudou em São Paulo - tal como fizera Elyseu -, depois, em Recife.

Voltando para Campos, monta seu escritório de advocacia, mas sua militância como causidico não o empolga tanto quanto a política. E Campos era um local perfeito para a atuação de Nilo Peçanha. Sendo um importante centro econômico do Estado do Rio de Janeiro, Campos fervilhava de contradições. Senhores de engenho, escravos e abolicionistas travavam uma luta sem tréguas.

As lutas em favor da proclamação da República ganharam força em Campos com as conferências de Silva Jardim, de quem Elyseu seria fiel seguidor.

Em 1903, elegeu-se senador, mas renuncia para assumir a presidência do Estado do Rio de Janeiro. Encontra um Estado arrasado financeiramente. Apesar dos esforços de seu mestre e amigo Quintino Bocaiúva, que tentara recuperar o Estado do abalo sofrido pela abolição dos escravos, a situação financeira da Velha Província era grave. Para se ter uma idéia superficial da crise, devemos lembrar que o funcionalismo não recebia o pagamento há mais de seis meses. Através de empréstimos, Quintino Bocaiúva tentava minimizar esses problemas.

Diferentemente de Quintino Bocaiúva, Nilo Peçanha evitou novos empréstimos que onerassem ainda mais o já falido Estado do Rio de Janeiro. Iniciou sua gestão promovendo corte drásticos nos gastos públicos. Começou pelo próprio vencimento, que foi reduzido em 25%; extinguiu a verba secreta do governo. Demitiu quatrocentos funcionários e reduziu os vencimentos dos demais. Rescindiou contratos, acabou com subvenções, reduziu repartições e serviços. Nem mesmo a Assembléia Legislativa escapou das medidas saneadoras de Nilo Peçanha: de 65 passou para 45 deputados que ainda tiveram os seus subsídios reduzidos em um terço. Só recebiam os que comparecessem às sessões. Foi extinto o Tribunal de Contas e as Secretarias de Estado foram unificadas em um só órgão. Juntamente com a redução de despesas, Nilo procurou elevar a receita do Estado. Em seu programa de reforma tributária, fez diminuir a carga de impostos que incidia sobre as exportações e aumentou o imposto territorial. Nem sempre estas medidas foram bem aceitas pelos atingidos. Para aplicá-las, Nilo teve que rever a Constituição e usar de poderes discricionários. Além disso, procurou cooptar antigos adversários, integrando-os aos seus projetos.

Ao renunciar, em 1906, para concorrer à vice-presidência da República, na chapa de Afonso Pena, o Estado do Rio havia superado a crise e Nilo Peçanha saía fortalecido como chefe político respeitado e administrador eficiente.

A morte de Afonso Pena, em 1909, levou Nilo Peçanha à presidência da República (14/06/1909).

Nilo assumiu a presidência enfrentando uma séria crise política que desaguarda na conhecida *campanha civilista*, promovida por Rui Barbosa. Ela se colocava contra a candidatura do marechal Hermes da Fonseca. Embora assumindo a presidência como homem de oposição, o novo mandatário procurou manter a mesma orientação administrativa, econômica e financeira de seu antecessor. Não custa lembrar que, no governo de Afonso Pena, o país experimentou um novo surto de progresso. Nele, foi estabelecido o protecionismo alfandegário, incentivada a entrada de imigrantes, houve expansão dos meios de transporte e o incremento à instalação de novas fábricas. Tudo muito próximo daquilo defendido por Nilo Peçanha. Pouco havia a mudar. Inclusive seu ministério foi organizado com finalidades conciliatórias.

Ao assumir a presidência, Nilo Peçanha estava com 42 anos, vê-se, portanto, que era bem jovem, mas nem por isso inexperiente. Mesmo aqueles que não o admiravam, reconheciam nele um grande administrador. Em seus 17 meses de governo (menos de um ano e meio) introduziu na administração pública importantes alterações. Uma das primeiras foi permitir o trabalho feminino nas repartições públicas, fato inédito e ousado para a época. Instituiu o Imposto Territorial; criaram-se o ensino técnico-profissional, o Serviço de Inspeção Agrícola, a Diretoria de Indústria Animal, a Diretoria de Meteorologia e o Serviço de Proteção ao Índio. Foi também organizado o Jardim Botânico, o Museu Nacional e a Junta de Comércio.

Em 1910, o país experimentava nova fase em seu desenvolvimento econômico, o capital investido na indústria, por exemplo, passaria de 12,4% para 18,5%. Havia 3424 empresas e cerca de 159.600 operários. Nilo vinculava o desenvolvimento econômico à estabilidade da democracia. Assim, defendeu o setor produtivo, criando bases para que ele pudesse impulsionar o progresso do país. Para Edmundo de Macedo Soares e Silva, Nilo Peçanha pode ser considerado o precursor de nossa siderurgia. Ao desejar a criação da siderurgia no Brasil, o presidente pretendia acabar com a velha prática que vinha dos tempos da colônia e agora vicejava sob o imperialismo: exportar matéria-prima em seu estado bruto ou *in natura* e importar o produto manufaturado.

Mas para implantar uma indústria no Brasil, Nilo teria primeiramente que formar técnicos e, conseqüentemente, criar escolas para isso. Daí sua quase obsessão pelo ensino profissionalizante e desprezo pelo academicismo, ainda hoje tão ao gosto de nossas elites.

Para Nilo, o que importava de fato era o estudo que aperfeiçoasse o homem para a sua ação transformadora sobre a natureza. Desprezava a erudição pela erudição, *“os teóricos da torre de marfim.”*

“Não saíram das academias os inventores da locomotiva, do navio, do telégrafo, do telefone, do farol, da fotografia em negro e em cores e das centenas de outras invenções, em que os seus autores, humildes representantes do trabalho manual e verdadeiros criadores da civilização moderna, sabiam fazer uma coisa que os sábios de hoje ignoram, isto é, servirem-se de suas próprias mãos.”

Acreditava que as escolas técnicas engendrariam uma forma de reação contra a divisão da sociedade entre os que nasceram para pensar e os que nasceram para trabalhar, submetendo estes àqueles.

Dentre todas as ações empreendidas por Nilo Peçanha, uma é, para todos nós que vivemos na Baixada Fluminense, importantíssima: o saneamento. Para isso, criou a Diretoria de Saneamento, posteriormente transformada, no governo de Getúlio Vargas, em Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

Mesmo sendo um defensor da industrialização e considerado precursor da siderurgia em nosso país, Nilo Peçanha jamais minimizou o papel da agricultura, ao contrário, incentivava-a de todas as formas possíveis. No dia 15 de novembro de 1910, Nilo Peçanha passou o cargo ao novo presidente, o Marechal Hermes da Fonseca.

Após deixar a presidência da República, vendeu a fazenda Loanda e viajou com a esposa para a Europa. A viagem à Europa irá confirmar seus ideais democráticos e reformistas, ampliando sua visão de estadista. Voltando da Europa, em 1912, elege-se, novamente, senador.

Uma nova campanha o levaria ao governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1914. Mas sua vitória se faria com muitas lutas, nas ruas e nos tribunais.

No dia 8 de julho de 1914, o coronel Elyseu receberia de Nilo Peçanha uma pequena carta em letra também pequenina e pouco legível. Nela o autor pedia-lhe ajuda para a sua campanha rumo ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

*“Meu amigo coronel Elyseu d’Alvarenga Freire.
Escusado é dizer ao amigo, de tantos anos, que estou em causa neste momento, e confio em ti como se fora a mim próprio.
Representante hoje da tradição e do influenciado saudoso Porto Sobrinho, nesse município, e notadamente nessa zona a sua lealdade e ao seu prestígio, entrego minha causa.
Com muita simpatia, Junto minha gratidão
Nilo Peçanha” Icarahy, 8 de julho de 1914.”*

Elyseu, mais uma vez, iria participar da campanha de Nilo. Não era de seu feitio alienar-se das lutas políticas, muito menos esquecer velhos companheiros, combatentes contra a escravidão e republicanos históricos. Apresentava-se agora uma oportunidade de mostrar o seu reconhecimento ao ex-presidente da República por atendê-lo no pedido de estender um ramal da Linha Auxiliar até São João de Meriti (11 de setembro de 1910), mesmo que isso contrariasse os interesses de um importante político da região.

Quando de sua passagem por Maxambomba (futura Nova Iguaçu), a Câmara Municipal se recusara a abrigar em sua sede o líder opositor. Entretanto, as personalidades mais representativas da cidade iriam receber Nilo, oferecendo-lhe apoio, e, entre elas estavam: o deputado federal Manuel Reis, a família França Soares, o major Pimenta de Moraes, os partidários do conde Modesto Leal, o deputado federal Porto Sobrinho e Elyseu d’Alvarenga Freire.

Se a campanha fora difícil, pior seria garantir a posse de Nilo Peçanha. Foi exatamente isso que aconteceu no Estado do Rio de Janeiro. Nilo Peçanha era o favorito, fizera um bom governo no Estado e em seus 17 meses na presidência da República confirmara sua fama de administrador eficiente. Entretanto,

Oliveira Botelho, eleito presidente (governador), em 1908, com o apoio de Nilo Peçanha, rompe com o antigo correligionário, passando a apoiar o senador Pinheiro Machado e, conseqüentemente, o candidato deste ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Feliciano Sodré, nome de pouca expressão. Diante da traição, Nilo Peçanha lança-se como candidato opositorista.

Para desequilibrar a vantagem de Nilo Peçanha, Oliveira Botelho, que tinha maioria na Assembléia Legislativa, afasta os nilistas da comissão que deveria julgar e referendar os resultados da eleição. A oposição nilista apresenta recurso no Supremo Tribunal Federal. Uma ordem judicial, restabelecendo a antiga mesa, é expedida pelo Tribunal Federal. Oliveira Botelho manda cercar a Assembléia com tropas policiais. Resulta disso a duplicidade de Assembléias, uma apoiada pelo governador e outra, nilista, gerada pelo acórdão do Supremo Tribunal Federal.

Resumindo: uma crise se estabelece entre os Poderes. Mas com a saída do Marechal Hermes e a posse de Wenceslau Braz o quadro se modifica. Pinheiro Machado começa a perder força política, devido aos seus desentendimentos com o novo presidente.

O dualismo de Assembléias provocara também a duplicidade de presidentes (governadores). Feliciano Sodré é empossado pelos governistas, Nilo pela oposição. Nesse momento, o Estado estava à beira de uma guerra civil. Essa ambigüidade se arrasta por vários meses. Entretanto, com o assassinato de Pinheiro Machado, os governistas fluminenses perdem sustentação. Além de tudo, Nilo contaria com o apoio do povo, que toma as ruas de Niterói, e da Polícia Militar, que se rebela contra o situacionismo. Nilo é empossado em 1914, governando até 1917, quando assume o Ministério das Relações Exteriores, durante o governo de Wenceslau Braz. Em 1918 deixa a chancelaria e retorna ao Senado. Em 1920, empreende nova viagem à Europa, retornando em 1921 para disputar a presidência da República com Arthur Bernardes. Nilo morreria aos 57 anos, na Casa de Saúde São Sebastião, no Rio de Janeiro.

Elyseu revolucionário

Quem visse aquele senhor, próximo aos 60 anos, educado, manso nas atitudes, elegante e fino, vivendo uma vida regrada, discreta e dedicada à família, ao trabalho e à sua comunidade, jamais imaginaria que a chama revolucionária ainda ardesse no seu coração. O que teria levado aquele homem, já maduro no físico e no espírito, a se envolver numa campanha perigosa, precariamente planejada e prenhe de um idealismo quase juvenil? Naquela altura, parecia algo temerário um confronto armado com as poderosas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

A resposta parece estar em seu próprio passado abolicionista e republicano. Ao atravessar diariamente a Baía de Guanabara, em direção ao trabalho, tinha a oportunidade de ler o *Correio da Manhã* na modorrenta barca a vapor que o levava para Niterói. Lia e refletia; aí um sentimento de frustração e culpa o aturdiu. Afinal, acreditara na República e por ela lutara, arriscando a própria vida. Valera a pena? Um “republicano histórico” deveria fingir que tudo ia bem, que um dia as coisas se ajeitariam, naturalmente, que a “questão social” era, como queriam alguns, “um mero caso de polícia”? Se muitos assim pensavam, este não era o seu caso. Sentia-se responsável também pelas mazelas trazidas pela República das oligarquias. Mesmo não sendo anarquista nem comunista, não admitia a repressão violenta às reivindicações operárias, ao fechamento e empastelamento de seus jornais, repugnou-se com o massacre dos sertanejos de Canudos e dos caboclos do Contestado. Sua tolerância parecia ter chegado ao fim. No governo de Epitácio Pessoa a repressão foi brutal, as prisões se sucediam; deportações, torturas e assassinatos eram comuns. Qualquer manifestação era dissolvida à bala.

Não era esta a República pela qual lutara. Algo estava errado. E se estava errado, era preciso consertar.

Tardava a hora de por fim a tal estado de coisas. Por isso, iria juntar-se a outros companheiros, pois haviam outros que, como ele, desejavam mudanças, mesmo que viessem pelas armas. Muitos eram civis, porém a

maioria pertencia aos quadros da baixa oficialidade, tenentes, como genericamente passariam a ser chamados.

Era preciso, urgentemente, dar um basta no mandonismo das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, que impunham à nação os seus presidentes e interesses econômicos, com prejuízo para os demais estados.

Fato é que, por seus pensamentos e, principalmente, por suas ações, Elyseu seria preso junto com o filho, José de Alvarenga, e assim permaneceria durante 30 dias, encarcerado no Palácio da Polícia Federal (Polícia Central) na rua da Relação, 42. Elyseu, mais maduro e habilidoso o suficiente para neutralizar a ação dos repressores, não foi molestado de maneira mais severa, mas José de Alvarenga, jovem e impetuoso rebelou-se ao ver um preso ser “suicidado” nas dependências daquela repartição. Foi trancafiado numa solitária, praticamente sem alimentação e tendo de beber água do vaso sanitário.

Mas o que, de fato, fez o coronel Elyseu? Exercendo notória liderança em São João de Meriti, o coronel Elyseu reuniu 50 homens armados que, no momento apropriado, se juntariam aos tenentes em seu movimento rebelde. Entretanto, não chegam a entrar em ação, pois são delatados por um dos participantes, o Calça Branca, na verdade um informante infiltrado no grupo.

Era quase meia-noite quando o coronel Elyseu e sua família foram acordados com gritos para se render, pois a casa estava cercada. Eram policiais e soldados que, sem esforço, prenderam Elyseu e seu filho José.

A desdita da família Alvarenga Freire começaria com a adesão de Elyseu à “Reação Republicana” e, conseqüentemente, iria culminar com a sua prisão num dos vários movimentos armados que hostilizavam Artur Bernardes, desde a eleição, em 1922, até 1926, quando em 15 de novembro, seria substituído por Washington Luís.

Mas outra pergunta fica no ar: como Elyseu conseguiu livrar-se da prisão? Relatos de familiares afirmam que isso se deveu a um fato acontecido no auge da campanha presidencial de Artur Bernardes. Em certa ocasião, partidários de Bernardes resolveram fazer um comício em favor de seu candidato em São João de Meriti. Imediatamente, opositores de Bernardes, ligados à Reação Republicana, resolveram impedir a realização do comício, mesmo que tivessem de usar métodos violentos. Elyseu, que exercia a função de subdelegado de polícia e sempre se pautou por soluções civilizadas, não concordou com esta atitude antidemocrática e truculenta, proibindo, energicamente, qualquer manifestação que pudesse gerar conflito com os participantes do comício. Este fato, tudo indica, favoreceu o abrandamento de sua punição. Somado a isso, todos sabiam que Elyseu era um homem justo, respeitado e admirado na comunidade meritiense, mesmo por seus adversários políticos.

Pelos serviços que prestou, teve o seu nome colocado, ainda em vida, numa das mais importantes ruas da antiga Merity. Por sugestão do deputado Manoel Reis, junto ao interventor Arruda Negreiros, a rua Ingá passaria a se chamar José de Alvarenga.

Era tempo de parar

“O Presidente do Estado do Rio de Janeiro Concede, usando da atribuição que lhe confere o art. 56, n°4 da Reforma Constitucional e de acordo com Acórdam proferido pelo Tribunal de 28 de Novembro próximo findo, aposentadoria com os vencimentos integrais de doze contos novecentos e sessenta mil reis (12:960\$000) anuaes, sendo:-6:400\$000 de ordenado, 3:200\$000 de gratificação ordinária e 3:360\$000 de gratificação adicional, ao Fiscal de Rendas, addido, Elyseu d’Alvarenga Freire, a partir da data em que deixar o effectivo exercício; de acordo com o art. 125, parágrafo 4º do Decreto n° 2036, de 23 de Junho de 1924. Palácio do Governo, em Nictheroy, 2 de Dezembro de 1927.”

Com este ato do presidente do Estado do Rio de Janeiro, Feliciano Pires Sodré, Elyseu d'Alvarenga Freire encerrava suas atividades na Inspetoria de Rendas do Estado do Rio de Janeiro (antiga Mesa de Rendas). E encerrava com um certo amargor. Afinal, a partir da eleição de Artur Bernardes, com sua intervenção no Estado do Rio de Janeiro e culminando com a morte de Nilo Peçanha (1924), a política mudara muito. Agora, os opositores de Nilo Peçanha ganhavam espaço na Velha Província, e, com a interventoria de Aurelino Leal, ex-chefe de polícia do Distrito Federal, passou-se a dismantlar a máquina eleitoral, pacientemente montada por Nilo e seus correligionários. Os tempos eram outros. Elyseu tinha consciência de que o momento não lhes era mais propício. O nilismo estiolava-se. Agora era procurar novos caminhos para fazer avançar seus ideais em busca de maior justiça política e social. Iria se aposentar da Inspetoria de Rendas, mas não da vida pública. Sabia que sentiria falta de uma rotina de 32 anos, muitas vezes enfadonha e cansativa, viajando de São João de Meriti para o centro do Rio, onde tomava o bonde para as barcas que se dirigiam para Niterói. Mas, também sabia que, com 63 anos de idade, ainda tinha vigor e ânimo, suficientes, para novas lutas.

Naquela manhã ensolarada de dezembro de 1927, como fazia todas as manhãs, Elyseu tomou a barca em direção a *Nictheroy*, seria talvez a derradeira viagem que faria para a Inspetoria de Rendas. Era seu último dia de trabalho, enfim, agora, estaria livre das canseiras das longas viagens para a Inspetoria e dela para municípios distantes em busca de sonegadores de impostos. Aquela reviravolta repentina em sua vida, entretanto, deixou-o preocupado. Sentiu uma estranha sensação que mediava entre a saudade e a inutilidade. Mais da metade de sua existência fora passada trabalhando sem descanso na Inspetoria, e, agora, de repente, via-se como um objeto que, por falta de utilidade, era deixado de lado. Quebrando a rotina, não abriu o seu Correio da Manhã.

Enquanto os pensamentos martelavam o seu cérebro, aproveitou para observar, naquela última travessia em direção ao trabalho, as pessoas que com ele viajavam no lento mas eficiente *"ferry-boat"*. Sempre apressado e preocupado com a política, assim que embarcava, abria o jornal e mergulhava o olhar nas notícias. Com sofreguidão, até chegar ao outro lado da Baía, lia quase todo o matutino, não desviava, um só instante, a atenção daquelas letrinhas reveladoras de um país à beira de uma convulsão social. Mas, naquele dia ensolarado, esqueceu os velhos hábitos e aproveitou para se despedir daquele povo que cotidianamente o acompanhava na travessia para Niterói. Uma despedida diferente, silenciosa, sem apertos de mão ou abraços. Ali, estava representada uma fração do mesmo povo pelo qual, como abolicionista e republicano, lutara e aprendera a amar. Observou-lhes as fisionomias, os gestos, procurando descobrir em cada uma daquelas pessoas as suas próprias angústias, as suas próprias dúvidas, aflições e desejos. Uma gente que, em sua maioria, não deveria entender muito bem o país em que vivia, constantemente ameaçado por revoluções, crises financeiras, desemprego e fraudes de todos os tipos. Era certamente a última viagem, mas não seria o final de sua caminhada. Como um republicano histórico, achava que devia algo àquelas pessoas. Mas, pagar, como?

Quando a pesada embarcação manobrou e começou a se deslocar para Niterói, pode ver a Ilha Fiscal e, com a velocidade de um relâmpago, lembrou-se do famigerado baile, prelúdio da derrubada da Monarquia, que expirara há 38 anos. Ainda retinha na memória as notícias que lhe chegaram do inopinado e suntuoso baile, aparentemente para homenagear a tripulação do cruzador chileno Almirante Cochrane, mas que alguns historiadores contestam; outros motivos haviam, pensam eles. Seja como for, Elyseu em seus 25 anos de idade, como a maioria das pessoas, ficara espantado com a ostentação descabida daquele evento. Mas isso já ia longe e se apagando ao longo de quase quatro décadas. Agora os tempos eram outros...

Pôde notar também toda a beleza da baía e relembrar as tragédia e "lutas inglórias" guardadas em suas verdes águas: Custódio de Melo, Saldanha da Gama, João Cândido. Também não lhe passou despercebida a generosidade daquele mar, que todas as manhãs oferecia aos passageiros uma guarda-

de-honra formada por alegres golfinhos que, ladeando o *ferry*, lhes acompanhavam até Niterói. Agora, o que importava era chegar na repartição, esvaziar as gavetas, despedir-se dos colegas e esperar o porvir. A Inspetoria de Rendas era mais uma página virada em sua vida.

Um ano e meio depois de se aposentar, Elyseu seria eleito vereador para a Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Pela primeira vez exerceria um cargo no Poder Legislativo, mostrando, pelo voto, o seu prestígio político junto ao povo de São João de Meriti. No processo que o elegeu, seriam eleitos também os seguintes vereadores: capitão Gaspar José Soares, capitão Innocencio dos Santos, coronel Peregrino Esteves de Azevedo, dr Américo Vespúcio de Barros Souza e Mello, dr. João Barbosa Ribeiro, João de Castro Vieira, José Antonio Martins Porto, Major Izaac Manoel da Câmara, Manoel da Costa Pereira e Otavio Ascoli.

Entretanto, no dia 27 de maio de 1930, aproximadamente oito meses após esta vitória nas urnas, morreria vitimado por um edema pulmonar agudo. Apesar de prontamente atendido pelo dr. Pimenta (Oscar Pimenta Soares), que aplicou-lhe uma sangria terapêutica, Elyseu não resistiu.

As fontes, escassas ou inexistentes, não nos permitem afirmar como foi a sua curta atuação na Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Mas, mesmo se a morte não o tivesse ceifado, com certeza, teria o seu mandato interrompido pela Revolução de 1930. Acreditamos que, por seu perfil político, tenha se engajado de corpo e alma no "aliancismo".

Sua morte, como não poderia deixar de ser, provocou grande comoção na sociedade meritiense. "O Limite" - jornal que se intitulava "*Porta-voz dos oprimidos*" e cujo lema era: "*Unidos pleiteamos o saneamento moral e o progresso social de São João de Merity*" - chegou a rodar, no dia 27, uma edição extraordinária, noticiando a morte do Coronel Elyseu d'Alvarenga Freire.

Um fato que exemplifica sua competência e o respeito que as autoridades, quer municipais, quer estaduais ou federais, lhe devotavam, foi a questão do "Contestado de Pavuna". Ficou conhecida como "Contestado de Pavuna" a disputa travada entre o antigo Distrito Federal e o município de Iguassú pela posse das terras daquele bairro carioca. Para defender os interesses do município de Iguassú são escolhidos os meritienses Coronel Elyseu de Alvarenga Freire e o Juiz de Paz Dr. Pedro Telles Barreto de Menezes. Como prepostos dos interesses do Distrito Federal, estavam técnicos, funcionários graduados, além de historiadores e geógrafos. Noronha Santos foi um dos componentes dessa "comissão" formada pelo Distrito Federal. O historiador Gênesis Torres, em artigo escrito no livro "*Em Busca da Memória*", assim se manifestou sobre a perda da Pavuna para o Distrito federal:

"Diante das infinitas posições favoráveis ao Distrito Federal, as defesas históricas dos meritienses Cel. Elizeu de Alvarenga Freire e do Juiz de Paz Pedro Telles Barreto de Menezes, não lograram êxito. Frustraram, assim, as intenções de São João de Meriti como 4º Distrito de Iguassú de ter em seu território as terras da Pavuna, ficando como seu limite o histórico rio Meriti com o seu afluente o Pavuna na sua margem esquerda..."

Não é nossa intenção descobrir com quem estava a razão em relação à posse da região na qual hoje está localizado o bairro carioca da Pavuna, se com o antigo Distrito Federal ou com o município de Iguassú. O que desejamos enfatizar é a atuação de Elyseu no episódio. Ainda em outras ocasiões, o coronel Elyseu seria consultado por autoridades desejosas de informações sobre o "Contestado da Pavuna". Por tudo que fez pelo antigo 4º Distrito de Iguassú, o Coronel Elyseu d'Alvarenga Freire recebeu da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias uma pequena mas justíssima homenagem: teve o seu nome colocado em uma de nossas escolas. Justa e coerente homenagem, pois, Elyseu, logo que chegou em Iguassú, exerceu o professorado, sendo, portanto, um dos pioneiros no magistério da Baixada Fluminense. A Escola Municipal Coronel Elyseu funcionou, inicialmente, na rua Prefeito Bitencourt, s/n – Parque Lafaiete.

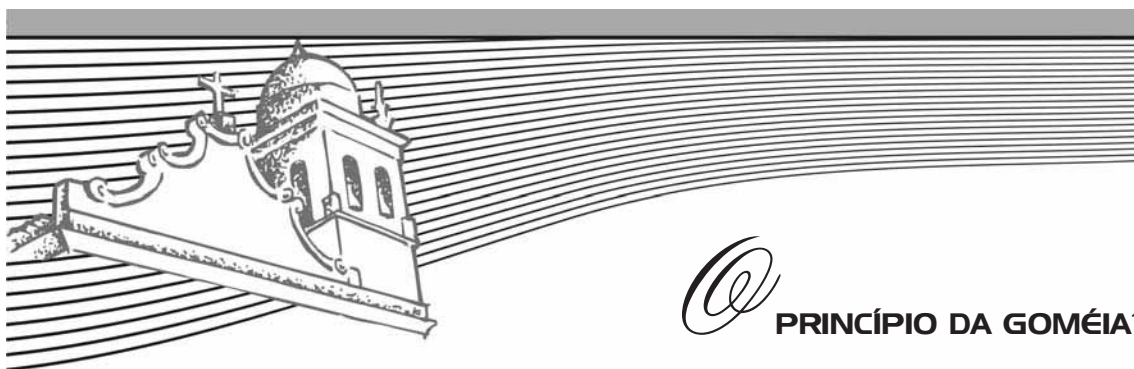
À Guisa de Fontes

Uma grande quantidade de livros foi consultada; seria uma obra hercúlea, quase impossível, todos aqui citar. Mencionaremos os principais:

- 1- "*A Abolição*" - Emília Viotti da Costa (Global-1982)
- 2- "*A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*"-Jeanne Berrance de Castro – (Brasiliense – 1977)
- 3- "*A Evolução Urbana do Rio de Janeiro – Início do Século XX – A Reforma Pereira Passos*"- monografia (inédita) da professora Tania Amaro, diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto da Câmara Municipal de Duque de Caxias
- 7- "*Aos Trancos e Barrancos*"-Darcy Ribeiro (Editora Guanabara 2ª edição - 1985)
- 4- "*A República na Velha Província*" – Marieta de Moraes Ferreira –coordenadora (Editora Rio Fundo-1989)
- 5- "*A Vida de Nilo Peçanha*"- Brígido Tinoco (Livraria José Olímpio Editora- 1962)
- 6- "*A Revolta da Chibata*" – Edmar Morel (Editora Letras e Artes-1963)
- 7- "*Cana, Café & Laranja*"- Waldick Pereira (Fundação Getúlio Vargas/SEEC-RJ 1977)
- 8- "*Cidades Mortas*"- Monteiro Lobato (Editora Brasiliense – 1959 – 9ª edição)
- 9- "*Do Descobrimento do Campo Alegre Até a Criação da Vila de Resende*"- Dr. João Azevedo Carneiro Maia. Livro reeditado pela prefeitura de Resende 1986, ao ensejo do centenário da primeira edição.
- 10- "*Em Busca da Memória*"- Gênesis Torres (WAK Editora - 2003) - 20 - "História da República" - José Maria Bello (Companhia Editora Nacional, 6ª edição - 1972)
- 11- "*História do Estado do Rio de Janeiro*" - Clodomiro Vasconcellos (Companhia Melhoramentos de São Paulo – 1928)
- 12- "*João Cândido - O Almirante Negro*" – coletânea de textos de vários autores (Fundação Museu da Imagem e do Som-1999)
- 13- "*Memória Histórica de São João de Meriti*"- Arlindo de Medeiros (obra patrocinada pelo prefeito Domingos Corrêa da Costa – 1958)
- 14 - "*O Café em Resende no Século XIX*"- Maria Celina Whately (José Olímpio Editora-1987)
- 15- "*O Rio de Janeiro do Meu Tempo* - Luiz Edmundo"- (Conquista - 1957)
- 16- "*Presidentes do Brasil (de Deodoro a FHC)*"- organizada por Fábio Koifman e publicada pela Universidade Estácio de Sá, em 2002
- 17- "*Uma História da República*" – Lincoln de Abreu Penna (Editora Nova Fronteira-1989).

Jornais e Revistas

- 1- "O Correio da Lavoura"-Edições - 30 de outubro de 1919 e 10 de outubro de 1930
- 2- "O Limite"- Edição Extraordinária – 27 de maio de 1930 – Ano IV – nº16 – São João de Meriti.
- 3- "O Limite"- Edição Ordinária – 30 de maio de 1930 – Ano IV – nº 16 – São João de Meriti.
- 4- "Municípios em Destaque" - Edição Especial – Dezembro de 1987 – São João de Meriti – R.J.
- 5- "Revista Fatos & Fotos"- Edição de 3 de agosto de 1963.
- 6- "A Voz do Grande Rio"- Edição de agosto de 2007.



Waldemar Alvarenga Neto²

Dizem que o Padre José de Anchieta circulou pelo interior do estado da Bahia para catequizar os índios. Em uma destas expedições encontrou uma tribo à margem esquerda do rio Inhambupe onde hoje se encontra o cemitério atual da mesma cidade!

Em 1572 o português Alexandre Vaz Gouveia expulsou os índios e instalou-se no local (Praça Anchieta e colégio Dr. Luiz Coelho e quadra). Em 1624 o Marechal Guilherme Garcia pediu posse ao General Diogo de Mendonça Furtado, iniciando a povoação da cidade. Vasco Fernandes Cezar de Menezes, elevou o povoamento a categoria de vila através da resolução de 24 de abril de 1728. A criação do Município de Inhambupe só aconteceu em 07 de novembro de 1818; em virtude da lei estadual nº 134 de 06 de agosto de 1896, foram concedidos foros de cidade.

Os naturais do município denominam-se inhambupenses, devido ao som homófono indígena que significa duas grandes ilhas que pareciam formar um rio, sendo o mesmo apelidado de Bupe. Nos tempos coloniais era chamado de Ilha Bupe.

E foi nessa cidade da Bahia a 153 quilômetros de Salvador que em 27 de Março de 1914 nasceu João Alves Torres Filho, ou melhor, dizendo Joãozinho da Goméia. Filho do alfaiate João Alves Torres e da dona de casa Maria Vitoriana Torres conhecida mais tarde como Vó Senhora, era neto de ex-escravos africanos, foi coroinha do Padre Camilo Alves de Lima, supostamente na Igreja da Invocação do Divino Espírito Santo de Inhambupe. Temia qualquer coisa relacionada ao candomblé e sonhava ser um sacerdote católico.

Ainda jovem foi morar na capital, seu primeiro emprego foi em um armazém de secos e molhados onde era caixeiro e ganhava o salário de vinte e cinco mil réis com direito a pernoitar no depósito onde dormia sobre sacos e caixotes.

O Mestre Jubiabá

Reza a lenda que ainda criança, sonhava com um homem vestido de penas e tinha uma constante e forte dor de cabeça. Sua madrinha que era do Candomblé percebeu que era cobrança do Santo para iniciá-lo na religião, e o levou a casa do Mestre Jubiabá. Muitos acreditam que este não existiu e foi uma simples estória de ficção do romance publicado em 1935 por Jorge Amado.

Mas para surpresa de alguns, este Zelador de Santo existiu e nasceu em 20 de abril de 1886, era de fato um capitão do Exército que respondia pelo nome de batismo Severiano Manoel de Abreu.

¹Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Fisioterapia da UNISUAM, em 13 de novembro de 2008, como parte dos requisitos didáticos da disciplina Metodologia de Trabalho Acadêmico.

²Pesquisador interessado na história do município de Duque de Caxias.

Quando jovem trabalhava como lavador de frascos em uma farmácia de manipulação e a noite dedicava-se ao mundo espiritual. Após a morte do parente de um amigo, tornou-se médium de um Centro Espírita na antiga cidade de Palha. Local marcante pela presença de candomblés de todas as nações. Incorporava um espírito chamado Cândido Ribeiro, mais tarde passou a frequentar outra sessão espírita, na zona das docas, é nesta época que começa a incorporar o caboclo e curandeiro Jubiabá. Passou a trabalhar por conta própria e abriu uma sessão de caboclo em sua própria casa, na época situada na rua Nova do Queimado. Mudou-se mais uma vez, antes de se firmar próximo ao largo da Cruz do Cosme, mais precisamente na Avenida São Tomé, na verdade, uma rua estreita que compreende três becos, todos com o nome de 1a, 2a e 3a travessas São Tomé. Hoje o local é conhecido como Largo do Tamarineiro.

A notoriedade trouxe vários problemas, entre eles uma série de prisões sob acusação de “Falsa medicina” e “Bruxaria”, a perseguição dava força e fama aos trabalhos realizados no “Centro Espírita Paz, Amor e Caridade”, do Capitão Severiano.

Foi pelas mãos deste famoso zelador, que para alguns era a própria reencarnação de São Tomé que seu Joãozinho da Goméia conheceu e nasceu para o mundo do Candomblé no final dos anos 20 sendo raspado na raiz Angola, consagrando sua cabeça a Oxossi e batizado com a digina de Londirá.

Supostamente esse romance seria uma homenagem do escritor Jorge Amado, que foi Ogân do Caboclo Pedra Preta, ao seu avô de Santo Jubiabá. Em 1932 Joãozinho era conhecido na Bahia como João da Pedra Preta, pois dava consultas com o espírito deste Caboclo na Rua da Liberdade, 561. Mais tarde fundou o seu Candomblé de Angola na Rua da Goméia, no bairro de São Caetano, Bahia. Por causa do nome da Rua, passou a ser o conhecido “Joãozinho da Goméia”.

Mesmo sendo homossexual, no dia 20 de junho de 1945, casou com Maria Luisa, a conhecida Isa do Candomblé da Bahia. Teve como padrinhos de casamento o capitão-dos-portos da Bahia, o Almirante Lemos Basis e o médico Fortunato. Esse casamento durou apenas sete dias.

Rio de Janeiro

A Bahia tornou-se pequena e Joãozinho da Goméia queria fazer nome no Rio. A primeira vez que pensou em vir, não teria pedido autorização aos Orixás e estes incorporaram não o deixando partir. Na segunda vez, lembrou de fazer o pedido e o Caboclo Pedra Preta deu o seguinte recado consentindo. “Já que quê tanto vai mais logo vorta”.

Era 1942, o governo era de Getúlio Dornelles Vargas. A perseguição aos feiticeiros era grande. Não poderiam deixar um negro, homossexual e macumbeiro fixar-se na capital. O chefe de polícia, General Alcides Etchegayen, apoiado pela 4ª Delegacia que tinha como titular, o delegado Dulcídio Gonçalves, queriam ver João da Goméia preso e conseguiram. Graças a um plano elaborado para tirá-lo de circulação. Supostamente Pai João foi acusado de fazer um trabalho no Palácio do Catete para fortalecer a posição do presidente que passava por uma crise. A sorte foi que o Professor Vieira de Melo intercedeu por ele diretamente no gabinete do presidente. Este resolveu dar liberdade para o prisioneiro com uma condição, que embarcasse imediatamente para Bahia.

Em 1946, assumiu a presidência o General Eurico Gaspar Dutra. A perseguição passou a ser outra, os jogos de cassino. Em 1948, Joãozinho despediu-se de Salvador com uma festa no Teatro Jandaia, apresentando danças típicas do Candomblé, a convite do Jornalista Orlando Pimentel. Volta a Capital Federal sendo apresentado a Joaquim Rollas, e contratado como coreógrafo do cassino da Urca, pois sem a prática dos jogos o mesmo tornou-se uma grande casa de shows. Recebeu incentivo do professor João de Freitas e do Jornalista Canuto Silva que o ajudavam na assessoria de imprensa.

Desta vez tinha vindo acompanhado de Tossilondei, Maria de Lurdes Ramos equedy de seu Oxossi e hospedou-se na casa de sua filha de santo Kilondirá no bairro 25 de Agosto em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Pouco tempo depois, aluga uma casa na Rua das Vassouras, 174 no bairro Itatiaia também na Baixada Fluminense, onde iniciou algumas pessoas em um barracão de madeira no fundo do quintal, hoje a rua chama-se Castro Alves e o número passou a ser 194; a construção infelizmente foi derrubada.

Ganhava dinheiro como alfaiate, costureiro, compositor e dançarino. Ajudado por suas Filhas de Santo, que vendiam comidas típicas da Bahia em tabuleiros pelas ruas da cidade. Nos anos 50, compra por 50 mil cruzeiros os lotes 2805, 2806 e 2807, no loteamento Vila Leopoldina IV. Este endereço é mais conhecido como Rua General Rondon, 360. Parte da antiga fazenda Jacatirão que deu nome a uma das ruas do bairro, assim como Dr. Laureano, Ipanema e Copacabana, desta forma as pessoas começaram a utilizar os nomes das ruas como definição de bairro gerando confusão até os dias atuais.

O Terreiro foi construído aos poucos, quem podia contribuía com quatro contos de réis por mês, além disso, passavam uma cestinha pedindo ajuda. No dia 10 de maio de 1950, Mãe Ilcey da Silva chega da Bahia trazendo a muda da Juremeira, árvore consagrada ao Caboclo Pedra Preta, para plantar na Goméia. Poucos anos depois, este trecho da rua passou a ser chamado de Avenida Copacabana. Devido a grande procura e movimentação a empresa de ônibus da Viação União, criou a linha “Caxias - Copacabana”, no pára-brisa lia-se em uma placa “Via Joãozinho da Goméia”. Em 1978, mais uma vez esta rua muda de nome, passando a ser chamada “Rua Prefeito Braulino de Matos Reis”.

Freqüentemente era chamado para apresentar-se a pessoas famosas. Inclusive na vinda da princesa Elizabeth ao Rio de Janeiro que ficou encantada com as danças apresentadas por seu João e falou ao presidente Juscelino Kubitschek que se houvesse um Rei neste negócio de macumba, seria Joãozinho da Goméia; daí o povo começou a chamá-lo de Rei do Candomblé. Quando esta Princesa foi coroada a cerimônia era anunciada por um grande sino de ouro, que no fim da solenidade era derretido. Gerando algumas miniaturas distribuídas para convidados especiais. Joãozinho da Goméia não foi, mas ela mandou o presente para ele pelas mãos do embaixador Assis Chateaubriand. O folclorista Edgar de Souza foi um dos poucos a ver esta relíquia que hoje está perdida.

Nas décadas de 50 e 60, o Terreiro da Goméia passou a ser referência no Município de Duque de Caxias, não só por ser um dos primeiros terreiros de candomblé na região Sudeste, mas pelos seus freqüentadores. Políticos e artistas de todos os lugares entre eles Embaixadores da França, Inglaterra e Paraguai, Cauby Peixoto, Dorival Caymmi, Emilinha Borba, Francisco Alves, Getúlio Vargas, Henrique Teixeira Lotte, Maria Antonieta Pons, Marlene, Ninon Sevilha, Paulo Gracindo, Solano Trindade, Tenório Cavalcanti, Djalma de Lulu e José Bispo dos Santos ou Pai Bobó, como era conhecido. Veio para o Rio e por alguns anos esteve ao lado de Joãozinho da Goméia, auxiliando-o nas funções sacerdotais. Em 1957, Pai Bobó foi para São Paulo e na cidade de Santos fundou o primeiro Candomblé do estado. A quem diga que em 1961 após a inauguração da Petrobras o presidente Juscelino Kubitschek pediu para desviar o caminho indo ao encontro do Rei do Candomblé.

As propagandas das atividades do Centro eram vistas nas paredes dos mercadinhos e jornais. Anunciavam distribuição de comida, agasalhos, festas, ensaios e etc... Joãozinho da Goméia bancava festas, enterros, remédios, fazia partos, pagava aluguéis e chegou a sustentar mais de 20 pessoas na Goméia. As consultas eram realizadas nas terças e quintas pela manhã e o pagamento era o que o cliente queria ou podia pagar. As Inkises de seu João vestiam os melhores panos franceses e africanos, brilhantes, esmeraldas, prata, ouro e apetrechos de ferro.

Seu João era homossexual assumido e sofreu fortes críticas por alisar os cabelos com ferro quente. Muitos diziam que os Orixás não desciam na cabeça que recebeu calor. O carnaval era a segunda paixão, por ser excelente dançarino desfilou no Império Serrano e na Imperatriz Leopoldinense, apesar de não admitir que falassem de carnaval dentro do Terreiro, muitos o acusavam de levar o luxo dos palcos para o culto afro-brasileiro.

Em 1955, saiu fantasiado em uma mortalha estampada de letras, um cetro de microfone e uma maquete do prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) na cabeça. Uma homenagem à imprensa.

Fantasiou-se de Cleópatra e entrou no Teatro Municipal, empunhando um enorme leque de plumas, deitado em uma liteira coberta com panos dourados e vermelhos e alçado por quatro negros, fantasiados de escravos núbios.

Pouco antes da meia noite do ano de 1956 no Teatro João Caetano, entrava uma figura exuberante, plumas na cabeça, maquiagem no rosto, maiô justinho ao corpo, sapato plataforma, pernas bem torneadas, envolvidas por uma meia arrastão. Fantasiado de vedete Arlete, tema de uma marchinha de carnaval que “zombava dos travestis”.

Sua postura foi julgada em um tribunal formado pela diretoria da Confederação de Umbandistas, sendo absolvido pelo jogo de búzios com uma condição: Que não se repetisse este ato. É bom lembrar que seu João também era católico e não gostava que se confundissem as coisas chamando Orixás pelo nome dos Santos.

Durante quatro anos morou em uma casa de altos e baixos na Avenida Paris, 55, em Bonsucesso. Seu último endereço tornou-se um estacionamento à frente da UNISUAM (Centro Universitário Augusto Motta). O aluguel custava CR\$500,00 e era pago por três amigos freqüentadores da Goméia. Foi nesta moradia no Município do Rio de Janeiro que recebeu o Ogã Costinha que trazia um pedido de ajuda de D. Menininha do Gantois que em 1966 passou a ser Zeladora de Santo desta Lenda.

Momentos Finais

No dia três de fevereiro de 1971 desejava resolver todos os seus compromissos antes do carnaval. Seu Filho de Santo Gitadê, o advogado Sebastião Paulo da Silva feito de Omolu, o acompanhou como sempre fazia na cidade de São Paulo. Foram na casa de uma Filha de Santo de seu João dar obrigação. Depois passaram na festa de um Terreiro de conhecidos, no meio da dança Joãozinho da Goméia caiu desacordado. Foi levado para o Hospital das Clínicas Paulista, mas por falta de vagas foi transferido para a Beneficência Portuguesa. Três dias depois voltou para o Hospital das Clínicas em coma.

Além do aneurise cardíaco, havia um tumor cerebral na região frontal. Consultado sobre a operação, concordou e disse que seu desejo era que se cumprisse à vontade de Deus.

Joãozinho da Goméia seria o principal destaque da escola Imperatriz Leopoldinense, mas teve de ser substituído por Raimundo Nonato dos Santos, a fantasia de “Chico Rei” de seu João não pode ser aproveitada por seu substituto muito mais alto e magro que ele.

A saúde de Pai João já não andava boa; em 1966 ele caiu no terreiro por causa de um derrame cerebral. Outros sinais vieram de Orun (céu) na última festa que Joãozinho realizou para Iansã, ela relutou muito para incorporar. Além do suicídio de um Filho de Santo, Adilson de Oxalá, que prenunciava o mal para o Zelador. Eram quase dez horas do dia 14 de março, a imagem de Santa Bárbara que ficava em uma prateleira sobre a cadeira do Babalorixá havia se desprendido da parede e caído no chão.

Momentos antes de viajar para São Paulo, até o caboclo Pedra Preta sacudiu Joãozinho quatro vezes, mais não incorporou. As folhas da Juremeira secaram e a canjica servida para Oxalá repentinamente azedou e pela primeira vez o Terreiro de Duque de Caxias encheu com as fortes chuvas de janeiro, sujando os assentamentos de lama.

Ninguém deu ouvidos ou entendeu os recados. E no dia 19 de março de 1971, morria o Rei do Candomblé. Gitadê providenciou o embalsamento do corpo no Hospital da Faculdade de Medicina de São Paulo, na Vila Clementina.

Conduzido em uma Kombi do serviço funerário da Prefeitura de São Paulo, o corpo deixou a capital paulista às oito horas, seguido por uma caravana de 30 carros. O povo impediu que o veículo levasse o caixão até a porta do Terreiro e o carregaram nos últimos 50 metros. Cerca de mil pessoas entre desmaios e gritos histéricos tentaram tocar o caixão, que quase chegou a ser aberto na rua.

O médico Antônio Monteiro, também Filho de Santo do Rei do Candomblé, pedia a todos que cumprissem alguns dos seus muitos desejos: a manutenção de seu Terreiro e das suas obras de caridade.

No momento em que o caixão, suspenso por seis homens, entrou em um corredor de médiuns trajando roupas brancas que entoavam hinos a Iansã, quatro dos oito Ogãs começaram a bater os atabaques para chamar respectivamente Iansã e Oxossi os santos do morto.

Foram sacrificados três carneiros e Tião de Irajá se aproximando do corpo, derramou um pouco de sangue sobre a cabeça do morto. Lavando-a em seguida com uma mistura de ervas. Fazendo um pequeno risco na testa do cadáver. Com isto, cessava a capacidade daquele corpo para receber o santo e iniciar pessoas na religião. Coube a Tião a realização do rito, de vez que nenhum Babalorixá feito por João teria capacidade para colocar a mão na cabeça de quem lhe fez o santo.

Logo depois, aumentou o ruído dos atabaques para o espírito se desprender do corpo. Todos os Orixás se manifestaram e dançaram, menos Iansã e Oxossi.

Encerrado o ritual, as portas se abriram para que o público pudesse ver o corpo velado por 26 horas. Outra cerimônia foi realizada pela Igreja Católica Apostólica Brasileira, por Dom José Antônio da Silva e Dom Hugo da Silveira Lino.

O cortejo saiu pelas ruas, à frente de todos, três Ogãs, um com uma grande bandeira branca, outro com um incensário que espalhava o cheiro de mirra e benjoim e Valentim que entoava canções.

Ninguém chamou mais atenção do que Iansã, que dançou docemente fazendo gestos com os braços. Algumas vezes, soltava seu grito como um lamento pela perda daquele homem.

Rosas eram jogadas pelo caminho. Ao chegar no cemitério, o caixão, na cor ouro velho, estava coberto com um pano verde. O céu estava azul, o calor era enorme e no momento em que cobriram o vidro da urna com a tampa de madeira, o vento envergava as árvores enchendo de folhas o chão, que vez ou outra subiam em rodadoiro; no Cruzeiro das Almas, as velas se apagaram. O dia tornou-se noite clareada apenas pelos relâmpagos e raios que riscavam o céu, começou a chover, e a multidão olhava para cima e aplaudia.

A Filha de Santo de Seu João, Zuleica Pereira Rodrigues, estava de mãos dadas com seu filho de 12 anos Sebastião Rodrigues Filho, quando inexplicavelmente o menino desapareceu dentro do cemitério alguns juraram ter visto o garoto desaparecer no ar, carregado pelo vento.

Em poucos minutos, o temporal alagou tudo e a água correu forte por entre as sepulturas. Pessoas caíam dentro de túmulos, uma jovem que carregava os sapatos na mão, deixou-os cair no interior da catacumba que a água enchia enquanto o caixão descia. Outros entravam em transe espiritual. Eram 16h e 40min, os funcionários do Cemitério do Belém, no Bairro Corte Oito, testemunhavam no dia 21 de março de 1971, o temporal que batizava aquela sepultura de número 7188. Mostrando que Iansã se fazia presente no enterro de seu mais importante filho.

Sete dias depois, Tião de Irajá não queria jogar os búzios. Maneira que os Orixás falam aos iniciados, para indicar quem herdaria o trono da Goméia. Porém, foi escolhido para realizá-lo. Segundo a própria Menininha do Gantois, só ele tinha condições de fazer o jogo naquele momento. Antes de fazer o jogo ele declarou a todos que estavam presentes que faria sabendo que depois, dos quatro mil amigos que tinha naquele local não lhe restaria mais de quinhentos. Disse também que o jogo seria assistido por todos, utilizou os mesmos búzios da cerimônia do Axexê e fez questão inclusive que os Ogãs e os mais velhos ficassem ao seu lado naquele momento.

Para surpresa, os Búzios indicaram Seci Caxi, Sandra Reis dos Santos, filha carnal de Kitala Mungongo, Adalice Benta dos Reis e de Demivaldo dos Santos, um sargento da Marinha. Espiritualmente Sandra era filha de Angorô, o Oxumarê Nagô, representado por uma serpente e o arco-íris, ela só tinha nove anos de idade. Com isto, começou a briga pelo poder na Goméia e Tião foi acusado de forjar o jogo e teve de se defender em jornais, apesar de na época ter sido filmado e transmitido pela televisão. Ignoraram

os fatos; Oxossi, Iansã, Omolu, Oxalá e Oxumarê responderam e bateram cabeça. Sandrinha foi carregada e colocada no trono, sem que ninguém fosse contra a isso, naquele momento.

Sandra nasceu dentro da Goméia no dia primeiro de novembro de 1961, seu João foi quem fez o parto. A recém nascida, além de ter sido cercada de cuidados, tomou banho de sete dias na bacia de Iansã. Quando estava com apenas um mês de nascida foi retirada do colo de sua avó pelo Oxossi de Pai João que a tomando nos braços, levou-a até o meio do ariaxé (nome dado a um lugar isolado onde os praticantes da religião se recolhem para obrigações). Embrulhou-a então com axoxó (milho vermelho) e depois suspendeu o bebê, devolvendo-o à avó.

No dia quatorze de julho de 1961, com oito meses de vida Sandra teve de ser raspada por motivos de doença. Seu nome passou a ser Seci Caxi e Seu João além de padrinho de batismo, passou a ser Zelador de Santo dela.

O Juiz de Menores de Caxias, Sr. Eduardo Peres Carnota, decidiu não intervir no problema, pois estava restrito à esfera religiosa e as liberdades de culto estão asseguradas pela Constituição e devem ser respeitadas.

A autoridade dela seria apenas simbólica. A parte prática seria desempenhada por seu tutor, o ogã Valentim. Seci teria de ocupar o trono somente durante as danças e os cânticos no terreiro. As obrigações (oferendas) só seriam feitas de madrugada, quando Seci já estaria dormindo.

O Legado

No fim do mesmo ano Tião faleceu. Começou a disputa, Deuandá, Miguel Grosso, Odecoiaci, Samba de Amongo, Ogejican, Iley e Dundum Ame, Paulo Sergio Nigro que ficou a frente da Goméia enquanto seu João esteve doente, lutavam pelo direito do trono. José Santos Torres, filho adotivo de seu João denunciou o roubo das peças dos Santos; Oxalá, Iansã, Oxossi, Obaluaê e treze Exus. Janelas, telhas e madeiras eram levadas como lembranças do que foi a Goméia do Rio. Sandra morava com a madrinha no bairro de Copacabana no Rio de Janeiro. Sua mãe temia pela vida dela na luta do poder.

E bom lembrar que na maioria das matérias o nome de batismo de Seci Caxi e apresentado como Sandra Regina dos Santos. Na verdade seu nome de batismo é Sandra Reis dos Santos. O nome era alterado pelos parentes e amigos temendo que fizessem feitiçaria contra ela, utilizando o nome original.

O Professor José Ribeiro de Souza, do Palácio de Iansã, passou a utilizar o título de “Rei do Candomblé” nomeado por um Conselho de Sacerdotes com mais de 50 anos de iniciação na religião, presidido por Tancredo da Silva Pinto.

A briga passa a ser entre duas correntes, a de Ogã Valentim, do lado de Sandra Reis dos Santos e do outro lado, Mãe Iley tendo como escolhido Raimundinho. A luta pelo poder e a lenda do tesouro enterrado na Goméia, fez com que as atividades do Centro fossem encerradas em 1983.

Seu João conheceu Argentina, Peru, Uruguai, França e Inglaterra. Foi convocado para várias seções no coração da África, onde era tido como Rei Nagô. Sendo convidado até para assumir uma das muitas tribos de Angola². Fundou uma companhia de Dança Folclórica com a Bailarina Mercedes Batista, gravou um LP pela Continental intitulado de “Joãosinho da Goméia - Rei do Candomblé”. Participou de filmes como “Nina, a Mulher de Fogo” e “Copacabana Mour Amour” no papel dele mesmo. Foi tema do samba de três escolas, União Imperial (SP), União da Ilha e Grande Rio. Homenageado pelo Museu de Londres e músicos como Nei Lopes, Zeca Pagodinho, Baden Powell, Vinícius de Moraes e o grupo Raça Negra. Parte da trajetória de Joãosinho da Goméia foi escrita em 1971, no raro livro “Vida e Morte de Joãosinho da Goméia” de P.Siqueira, lançado pela editora Nautilus.

²Jornal Última Hora - 23/3/71 - Filha de Oxum no trono da Goméia. Reportagem, Amado Ribeiro.

Por causa de sua personalidade, foi criado na Bahia o Centro de Referência e Cidadania Homossexual Joãozinho da Goméia, instituição localizada a Rua Frei Vicente, nº 24 – Pelourinho, Salvador. O local colhe denúncia de agressões e discriminação, a iniciativa partiu do Grupo Gay da Bahia, para ser mais preciso de Marcecelus Bragg.

O Candomblé da Goméia baiana teve um triste fim. No ano de 1974 foi alugado para Marcel Camus realizar as filmagens de “Os Pastores da Noite” baseado na obra com o mesmo nome de autoria de Jorge Amado. Sendo vendido e ocupado hoje por instalações da EMBASA com uma enorme caixa d’água ocupando aquele sagrado local.

No dia 22 de setembro de 1987, o vereador Luiz Braz de Luna, indicou à mesa da Câmara Municipal de Duque de Caxias através de ofício, a desapropriação do imóvel onde funcionou o “Terreiro da Goméia” para criação do “Centro Cultural Afro-Brasileiro Joãozinho da Goméia”.

Na época o ato de desapropriação teria o objetivo de resgatar a memória da Goméia restaurando as edificações do barracão que ainda estavam em pé e inaugurando o CCABJG no dia 13 de maio de 1988, precisamente no primeiro centenário da libertação dos escravos. Porém o prefeito Juberlan de Oliveira por algum motivo não quis e preferiu engavetar a indicação.

No ano de 2003, governo do prefeito José Camilo Zito dos Santos, a Goméia foi desapropriada por indicação do vereador Airton Lopes da Silva, para construção de uma creche. A indenização de R\$ 25.000,00 foi depositada na conta de Gitadê, Sebastião Paulo da Silva, Filho de Santo de Joãozinho da Goméia que possui um Centro Espírita em Franco da Rocha, São Paulo onde estão os assentamentos dos Santos de Seu João.

A preocupação de preservar a memória daquele patrimônio histórico, garantido pela Constituição Federal nos artigos 215 e 216, reuniu adeptos do Candomblé na tentativa de realizar o projeto da primeira indicação o “Centro Cultural Afro-Brasileiro Joãozinho da Goméia”, mantendo vivo o nome do Rei do Candomblé.

No seminário “Cultura para Todos” realizado em dezembro de 2003 em Nova Iguaçu, a sub-secretária de Cultura do Município de Duque de Caxias Silvia de Mendonça, com vários artigos de minha autoria, conversou com o Ministro da Cultura Gilberto Gil (Ogân do Gantois) que passou a responsabilidade da preservação para as mãos da Fundação Palmares que em parceria com a Secretaria de Cultura de Duque de Caxias, realizou no dia 05 de março de 2004 um encontro sobre africanidade no Teatro do SESI em Duque de Caxias.

Mediei a última mesa com a pauta “Terreiro Joãozinho da Goméia: patrimônio da cultura nacional”. Entre os presentes na mesa estavam Seci Caxi, Sandra Reis dos Santos e Omidarewa, Gisele Cossard (a Francesa do Candomblé). O encontro não gerou frutos, sendo o ano seguinte marcado por eleições.

Hoje no local ainda existe uma pequena construção do que sobrou da Goméia onde mora Oyá Guerê, Euclides Costa Santos, um Filho de Santo de seu João, as árvores sagradas, pois representam os Orixás da nação Angola, uma amendoeira plantada pelo próprio Joãozinho da Goméia e a base de uma nova construção.

A Creche é importante e talvez seja a única maneira de não invadirem o terreno. Porém, a restauração do que sobrou de pé para construção de um Memorial a Joãozinho da Goméia ajudaria muito a preservar a história e seria importante que as árvores também não fossem cortadas, pois estão incluídas nesse conjunto.

Os patrimônios da época de ouro de Seu João foram exterminados sem nenhum respeito cultural e as únicas lembranças de sua vida em Duque de Caxias são esta construção, a sepultura no cemitério do Corte 8 e a rua próxima a Goméia, a qual o vereador José Carlos Lacerda apresentou pedido a Câmara de Duque de Caxias, no dia 23 de março de 1971, para que a antiga Rua Cascatinha passasse a se chamar João Alves Torres Filho.

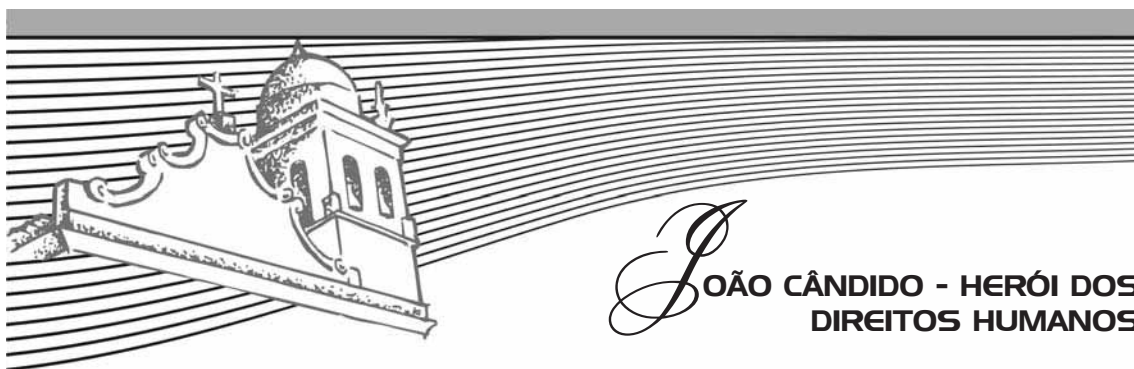
Resta saber se com a revitalização do terreno, a lenda criada por moradores próximos a Goméia, que afirmam escutar cantigas e toques de atabaques além dos Orixás, Exús, Caboclos e o espírito do próprio Joãozinho da Goméia que são vistos no terreno, protegendo o tesouro enterrado irá aumentar ou terminar?

Bibliografia

- AMADO, Jorge. Macumba. *"Bahia de todos os santos"*; S.Paulo - Martins Editor, 1970
- COSTA, Fernando. *"A Prática do Candomblé no Brasil"*; Rio de Janeiro - Editora Renes, 1974
- PERALTA, Antônio Carlos Lopes. *"Um Vento de Fogo"* - Programa de Mestrado em História - Vassouras - 2000.
- NASCIMENTO, Andréa dos Santos. *"De São Caetano a Caxias"* - Programa de Licenciatura Plena em História da UERJ - Rio de Janeiro - 2003.

Fontes Impresas

- GABAGLIA, Mariza. *"Da Goméia ele sabe de tudo"*. In: Jornal Última Hora. Rio de Janeiro, 20 de março 1970.
- MACIEL, Luis Carlos. JUNIOR, Chico. *"A Umbanda é Mentira"*. In: Jornal O Pasquim. Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1970.
- JORNAL DA TARDE. *"O Pai-de-santo da Goméia saúda oba tunké"*. Rio de Janeiro, 02 de Outubro de 1970.
- JORNAL O GLOBO. *"Joãozinho da Goméia em estado grave"*. Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1971.
- JORNAL ÚLTIMA HORA. *"Joãozinho da Goméia continua em estado grave"*. Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 1971.
- JORNAL DO BRASIL. *"Joãozinho da Goméia piora em São Paulo"*. Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 1971.
- JORNAL DO BRASIL. *"Joãozinho da Goméia não melhora"*. Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1971.
- JORNAL CORREIO DA MANHÃ. *"João o Pai-de-santo morreu"*. Rio de Janeiro, 20 de Março de 1971.
- REVISTA FATOS E FOTOS. *"Consternação e lágrimas na morte de João da Goméia"*. Rio de Janeiro, 20 de Março de 1971.
- JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA. *"Era assim o macumbeiro nº 1 do Brasil"*. Rio de Janeiro, 20 de Março de 1971.
- JORNAL DO BRASIL. *"Joãozinho da Goméia morreu de câncer e corpo vem para Caxias"*. Rio de Janeiro, 21 de Março de 1971.
- FONSECA, Edmundo. *"Morreu Joãozinho da Goméia babalaô, filho dos orixás"*. Jornal Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 21 de Março de 1971.
- JORNAL DO BRASIL. *"Caxias recebe com rito corpo de Joãozinho da Goméia"*. Rio de Janeiro, 22 de Março de 1971.
- JORNAL O GLOBO. *"Temporal cumpre sua promessa no enterro de João da Goméia"*. Rio de Janeiro, 22 de Março de 1971.
- JORNAL A NOTICIA. *"Sucessão de Goméia dividi os terreiros de candomblé"*. Rio de Janeiro, 23 de Março de 1971.
- JORNAL ÚLTIMA HORA. *"O bom pagé da Goméia e as suas pílulas de esperança"*. Rio de Janeiro, 23 de Março de 1971.
- RIBEIRO, Amado. *"Filha de Oxum no trono de Goméia"*. In: Jornal Última Hora. Rio de Janeiro, 23 de Março de 1971.
- _____, *"Rainha virgem dos orixás"*. In: Jornal Última Hora. Rio de Janeiro, 24 de Março de 1971.
- JORNAL DO BRASIL. *"Juiz aceita escolha de menina como sucessora de Joãozinho da Goméia"*. Rio de Janeiro de 1971.
- JORNAL DO BRASIL. *"Caxias joga búzios para que santo indique sucessor de Joãozinho da Goméia"*. Rio de Janeiro, 29 de Março de 1971
- JORNAL O GLOBO. *"Candomblé perde sua rainha numa cisão"*. Rio de Janeiro, 29 de Março de 1971.
- JORNAL O GLOBO. *"Filha de Oxumarê troca bonecas pelo trono de Joãozinho da Goméia"*. Rio de Janeiro, 30 de Março de 1971.
- JORNAL O GLOBO, *"Juiz dirá se menor pode ser lalorixá"*. Rio de Janeiro, 31 de Março de 1971.



Guilherme Peres¹

Filho de João Cândido Velho e Dona Inácia Cândido, João Cândido Felisberto, o líder da Revolta da Chibata na Marinha, nasceu em 1880 na fazenda da Coxilha Bonita, município de Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Na adolescência ocupou pequenos empregos na cidade de Porto Alegre, até inscrever-se aos 16 anos na Escola de Aprendizes de Marinheiro de seu Estado. Pouco depois foi enviado para o Rio de Janeiro onde assentou praça de grumete na Base Naval da Ilha de Villegagnon.

Durante os tempos que se seguiram, João Cândido, então com 26 anos, serviu a bordo de alguns cruzadores, mas sua maior missão foi embarcar com uma turma de marinheiros que viajaram para a Inglaterra, para acompanhar a construção final do maior vaso de guerra já construído nos estaleiros de New Castle encomendado pelo Brasil, o encouraçado “Minas Gerais”.

Incorporado à Marinha de Guerra em 1910 sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Baptista das Neves, fez-se ao mar com toda a tripulação, dando entrada no Rio de Janeiro em abril do mesmo ano.

CASTIGO

Na Baía de Guanabara, o sol dourava o mar naquela manhã de 16 de novembro de 1910. Vários barcos à vela e a vapor balançavam ao sabor das ondas serenas que chegavam à praia.

Ancoradas mais distante, duas belonaves: os encouraçados “São Paulo” e o “Minas Gerais”. Este, considerado na época, a mais potente arma de guerra no mar então existente, adquirida recentemente pela Marinha Brasileira aos estaleiros da Inglaterra. Nem mesmo as armadas do Japão, Itália, Rússia e França contavam com esse poderoso armamento.

No convés do “Minas Gerais”, a marujada perfilada com o uniforme de cerimônia diante da chegada de seu comandante João Baptista das Neves, acompanhado por oficiais fardados portando luvas e espadas.

Fez-se silêncio. Ao rufar dos tambores e ao toque breve dos clarins, leu-se o capítulo das penalidades contido na “Companhia Correccional” que permitia, após 22 anos da abolição, o açoite de marinheiros.

Marcelino Rodrigues de Menezes, marinheiro, havia sido condenado pelo “crime” de tentar entrar no navio com duas garrafas de aguardente. Denunciado pelo cabo Valdemar Rodrigues de Souza, tentou agredi-lo com uma navalha.

¹Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti. Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense – IPAHB. Sócio fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

Após a leitura, o comandante fez um discurso ressaltando o dever da disciplina que cada marinheiro subalterno deveria cumprir. No castigo agora presenciado por toda a tripulação formada, Marcelino receberia 250 chibatadas, vítima do rancor de uma elite, cuja maioria de oficiais era filhos de fazendeiros ex-donos de escravos, que após a abolição, ainda mantinham o distanciamento social geridos nas senzalas, durante os tempos do Império.

Examinado pelo médico, o indiciado teve suas mãos amarradas, as costas desnudas e, após um sinal do comandante, o carrasco rodopiou no ar a primeira chicotada.

Um marinheiro negro perfilado no convés, chamado João Cândido, franziu o cenho sentindo a dor do companheiro sacrificado. Seus olhos acompanharam o suave vôo de uma gaivota riscando o céu em direção ao horizonte, num prenúncio de liberdade. O amanhã nunca mais seria o mesmo.

“Em 1910, as condições de vida e de trabalho dos marinheiros eram degradantes. Alistar-se na marinha de guerra era um castigo. Os vencimentos eram péssimos. A comida era ruim. Era comum que carne deteriorada fosse servida como refeição. O trabalho era pesado. Para manter uma disciplina despótica, os oficiais utilizavam habitualmente o castigo físico. Compreende-se por que motivo os voluntários fossem raros”

Considerado como rotineiro durante o período da escravidão, esses castigos haviam sido abolidos após o advento da república em 1889, e retornado a rotina disciplinar na Marinha devido ao desejo da alta oficialidade, criando um novo decreto em 12 de abril de 1890, chamado de “Companhia Correccional”, qual levava a assinatura de Rui Barbosa. “Segundo o regimento, a pena máxima física era de 25 chicotadas por dia. Porém, castigos maiores eram deixados ao “prudente arbítrio do comandante”, sendo comum os golpes acima de duzentas chicotadas.

Com 90% da tripulação composta de negros e mulatos entre os marinheiros, a Marinha de Guerra era uma das últimas opções de trabalho para as classes pobres, “diante de uma oficialidade branca e aristocrática, descendentes em boa parte dos antigos senhores de escravos. O povo negro era, ontem como hoje, o grupo social mais marginalizado do Brasil”.

O LEVANTE

No mesmo dia a bordo do “Minas Gerais”, ficou praticamente acertada o início da revolta, que já estava sendo planejada meses antes, mas, o caso Marcelino, precipitou tudo; seria no dia 22 de novembro.

Às 22 horas, os toques de clarim naquela noite, ordenando silêncio repetidos da proa à popa, significava combate. Um grupo de cinco marinheiros resguardou cada canhão, com ordem de atirar para matar.

Gritando vivas à “liberdade” e “Abaixo a chibata”, os marinheiros cercaram os oficiais em luta corporal com estes, até o domínio dos revoltosos. “As dez para as onze da noite, quando cessa a luta, João Cândido, líder absoluto da revolta, manda disparar um tiro de canhão, sinal combinado para dar o alerta aos outros navios envolvidos”. Responde o “São Paulo”, seguido do “Bahia” e o “Deodoro”. Todos os holofotes iluminam o Arsenal de Marinha, as praias e as fortalezas. “Um rádio é expedido para o palácio do Catete, exigindo o fim dos castigos corporais”.

No outro dia, os mortos são enviados para a terra enquanto a bordo inicia-se a rotina de guerra. No Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento da situação, a população apavorada procura refugiar-se nos subúrbios, enquanto os navios sob o comando de João Cândido se deslocam na Baía de Guanabara “tudo feito com maestria”, como noticiou um jornal da época.

Diante da inoperância do governo, o deputado federal pelo Rio Grande do Sul e comandante da Marinha, José Carlos Carvalho, é convidado para dialogar com os revoltosos. Ao desembarcar no navio, com todas as honras destinadas às autoridades, perguntou: “quem é responsável por esses atos? “todos”, respondem. E um deles acrescenta: “Navios poderosos como esses, não podem, ser tratados, nem

conservados, por meia dúzia de marinheiros que estão a bordo; o trabalho é redobrado, a alimentação é péssima e mal feita e os castigos aumentam a cada dia”. Mandam vir à presença do deputado o marinheiro castigado na véspera. “Esse pobre homem mais parece uma tainha lanhada para ser salgada”, diz o deputado, e pede que o ferido volte com ele para terra, a fim de tratá-lo no Hospital da Marinha.

Ao entregar a mensagem dos amotinados no Palácio do Catete, ao presidente e seus ministros, datada de 22 de novembro, que exigia “retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira. Reformar o código imoral e vergonhoso que nos rege, a fim que desapareça a chibata, o bolo e outros castigos semelhantes” entre outras reivindicações, concluía: “Tem V. Excia. o prazo de 12 horas para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a pátria aniquilada”.

O comando geral da revolta estava a cargo de dois líderes: Francisco Dias Martins, o “Mão Negra”, o intelectual que redigia as mensagens transmitidas em notas pelo rádio e captadas pelos marujos rebeldes, e João Candido, “O Almirante Negro”, como passou a ser chamado pela imprensa. Homem prático: “Executava sua liderança com firmeza e habilidade na condução da esquadra, graças às lições tomadas na Inglaterra”. Diferenciava dos demais marujos, por “um lenço vermelho que levava amarrado ao pescoço”.

“ANISTIA”

No Senado Federal, Rui Barbosa apresenta um projeto concedendo “anistia aos insurretos da parte de navios da Armada Nacional”. Entretanto, um plano cruel estava em andamento. Depois da liberdade, foram presos, sendo quase todos eles mortos na Ilha das Cobras, asfixiados durante vários dias em cubículos fechados após receberem uma ducha de água com cal virgem. Dos 18 encarcerados, apenas João Cândido e João Avelino sobreviveram.

Em uma entrevista João Candido revela: “os gemidos foram diminuindo, até que caiu o silêncio dentro daquele inferno, onde o Governo federal, em que confiamos cegamente, jogou 18 brasileiros com seus direitos políticos garantidos pela Constituição”.

Expulso da Marinha com apenas 32 anos de idade, a tuberculose minava-lhe o corpo após 18 meses de prisão, passando a freqüentar a Praça XV em busca de emprego, tentando trabalhar em algum navio cargueiro que fazia a costa brasileira.

Operou no “Antonico” como timoneiro, fazendo carregamento de açúcar para o Sul com mais 14 tripulantes. Na volta ao Rio de Janeiro casou-se com a jovem Marieta, uma das filhas do carpinteiro que lhe deu hospedagem em sua casa.

Após um ano embarcado, foi demitido por pressão do comandante dos Portos de Santa Catarina e ex-oficial do “Minas Gerais” Ascânio Montes. Outro longo período desempregado até que aceitou descarregar café no cargueiro “Ramona”, porém, com a saúde abalada não agüentou o trabalho pesado.

Em 1917 falece sua primeira mulher. Três anos depois conhece Maria Dolores e vêm morar em São João de Meriti. João Candido é agora empregado na descarga de peixe no mercado da Praça XV. Aqui nasceram quatro filhos. Após oito anos de luta pela sobrevivência, a ausência do marido nas noites de trabalho, faz com que Maria Dolores num gesto tresloucado de ciúmes, pusesse fim à vida.

Não tem fim o sofrimento do velho marinheiro. Em 1930, é preso “por ter sido procurado por lideranças políticas, sobretudo de esquerda, que vêem nele um símbolo de resistência”. Naquele momento político conturbado na vida da Nação, achavam que João Candido estava envolvido em um partido de esquerda, representado pelo jornal “A Nação”, que incitava os deputados a formarem o bloco Operário e Campoês.

ANOS TRINTA

No começo dessa década, João Candido conheceu Ana Nascimento, natural de Paraíba do Sul e resolveram morar juntos, mudando-se para outra casa em São João de Meriti, no bairro Vila Rosaly. Ali teve alguma tranqüilidade apesar da febre que o envolvia nas madrugadas frias de trabalho no mercado de peixe da Praça XV.

VILA ROSALY

Casado com Dona Rosaly de Araújo Farrula, o Dr. Rubens Campos Farrula comprou em 1928, parte das terras da antiga fazenda do Carrapato, pertencente ao espólio da família do comendador Tavares Guerra, transformando-a em área de loteamento com o nome de Vila Rosaly e conseguindo com sua influencia, desviar a Estrada de Ferro Rio D'Ouro de seu leito original para que passasse dentro de sua propriedade.

O artista plástico Moacir Campos, membro da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti, em depoimento a este cronista, declarou que ainda criança, foi um dos primeiros habitantes desse loteamento junto com seu avô, o administrador Sr. José de Oliveira Campos, testemunhando durante vários anos a presença de João Cândido assistindo as partidas domingueiras no campo de futebol do Brasil Novo F.C., cuja residência ficava atrás dessa quadra de esporte, voltada para a Av. Fluminense.

DECEPÇÕES

Na sua ingenuidade, é envolvido por integrantes da Marinha, filia-se à Ação Integralista Brasileira, freqüentando periodicamente o núcleo criado na Pavuna. Uma tentativa de golpe dessa facção é abortada pelo presidente Getulio Vargas em maio de 1938 e Plínio Salgado, seu líder, foge para a Europa deixando seus seguidores à mercê das tropas da Polícia Política. Mais uma decepção na vida de João Cândido que atravessou incólume esse revés.

Em 1961, viajou para o Rio Grande do Sul de avião para receber uma homenagem da Câmara Municipal de Porto Alegre, “seria também recebido no Palácio Piratini pelo governador Leonel Brizola e ganharia um busto em praça pública”.

Pressionados por oficiais da Marinha as homenagens são canceladas e a audiência com o governador é suspensa. Em Rio Pardo, terra natal de João Cândido a recepção ao homenageado pela Câmara tem o mesmo destino, valendo apenas a aprovação de uma pequena pensão de oito mil cruzeiros recebidos mensalmente no Rio de Janeiro através do Banco da Província do Rio Grande do Sul.

Várias tentativas de conceder-lhe uma pensão através de projetos apresentados à Câmara Federal foram barradas pela Comissão de Justiça. Enquanto isso, os jornais divulgavam freqüentemente o mau estado de saúde do velho marinheiro. O Governador do Rio de Janeiro Roberto Silveira, sensibilizado com sua situação, recebe-o no Palácio do Ingá e põe à sua disposição “um cheque de 200 mil cruzeiros da verba de representação pessoal do gabinete, para construir uma casa própria”.

“Candinho, o filho de João Candido, havia comprado um terreno na periferia de São João de Meriti, na Rua Turmalina, lote 18, quadra 50, em Coelho da Rocha. Ali João Cândido vive seus últimos anos, numa casa própria, construída sobre um barranco, numa rua sem asfalto, empoeirada”, diz Fernando Granato em “O Negro da Chibata”.

Aos 84 anos, é envolvido mais uma vez com os movimentos sindicais, sendo levado para a sede do Sindicato dos Metalúrgicos na célebre rebelião dos marinheiros como um troféu, numa tentativa de valorizar a liderança do cabo Ancelmo, que culminaria com o golpe militar de 1964.

Durante os “anos de chumbo”, o herói dos direitos humanos, “já quase sem enxergar, procura ficar incógnito em sua casinha da Rua Turmalina. Sai de casa apenas para fazer compras. Usando uma bengala vai a pé até o centro do subúrbio onde compra mantimentos num pequeno armazém”.

DEPOIMENTO

Em 1968, João Cândido é conduzido secretamente ao Museu da Imagem e do Som para dar uma entrevista com sua voz fraca e claudicante:

“Nós, que viemos da Europa” diz João Cândido em seu depoimento, “em contato com outras marinhas, não podíamos mais admitir que na Marinha do Brasil ainda um homem tirasse a camisa para ser chibatado por outro homem. Nós queríamos combater os maus-tratos, a má alimentação na Marinha. E acabar definitivamente com a chibata, o caso era só esse”.

“Muitos oficiais da Marinha não conseguiam comandar o “Minas Gerais” e eu tive o poder de dominar, fazer o que jamais fariam, na Baía do Rio de Janeiro. Quando recebi o ofício dizendo que a esquadra seria atacada pelo Governo, não dei resposta. Preparei meus navios e me fiz ao mar... esperei 24 horas, não apareceu ninguém”.

Depois desse episódio, tornou-se um símbolo de contestação. “E o que se percebe em suas palavras, é que João Cândido foi muito mais utilizado nas mãos de oportunistas políticos, do que motivado por ideologia própria”, diz Granato.

O ato de ter realizado uma manobra de guerra com uma esquadra, a bordo de um encouraçado com aquele poder de fogo, comandada por um marinheiro negro e subalterno, nunca seria aceito pela Marinha como protesto para terminar a tortura, e sim como uma manifestação de rebeldia.

“Depois que saí da cadeia, ainda tentei trabalhar no mar, mas fui sempre muito perseguido, até na Marinha Mercante”, finaliza João Cândido.

DESCANSO ETERNO

O tempo chuvoso antecipou a chegada da noite naquela tarde de seis de dezembro de 1969. Ao ser levado ao Hospital Getúlio Vargas sentindo fortes dores no abdômen, João Cândido foi desenganado pelos médicos devido ao câncer em adiantado estado de desenvolvimento, falecendo poucas horas depois.

Liberado o corpo no outro dia, “o pequeno cortejo com a família, num táxi, rumo para o cemitério do Caju”, onde foi sepultado na quadra 45 com a solidariedade de quatro conselheiros da ABI e “a presença de policiais com máquinas fotográficas. Na porta do cemitério uma radiopatrulha permaneceu estacionada”.

“O MESTRE SALA DOS MARES”

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu

Conhecido como navegante negro
Tinha a dignidade de um mestre sala

Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais

Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

Proibido pela censura no começo dos anos setenta, este samba exaltação de João Bosco e Aldir Blanc estourou nas rádios na voz de Elis Regina. Antes, porém, teve sua letra modificada várias vezes para poder ser gravada e divulgada na mídia. “Os dois foram chamados pelo Departamento de Censura para explicar a música que trazia à tona um assunto proibido pelas forças armadas”.

Foram trocadas palavras como, por exemplo, almirante por navegante, substituindo outras por polacas, mulatas, baleias etc., terminando com a hilariante desculpa de um dos agentes descrito por Aldir Blanc: “O cara chegou com a letra na mão e me disse: o que ta pegando mais não é o lado político e sim a questão da exaltação da raça, por que essa música faz uma tremenda exaltação ao negro”.

Bibliografia

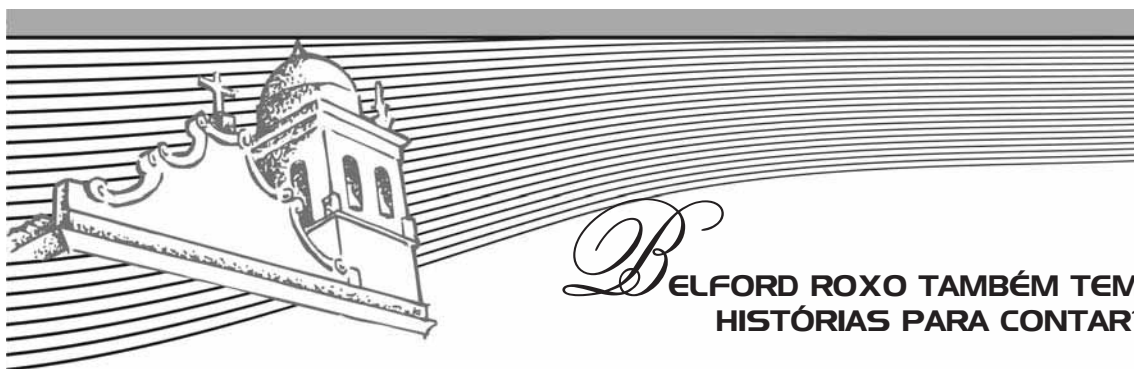
MAESTRI, Mário – *“Cisnes Negros”* – Ed. Moderna – 2000 SP.

MOREL, Edmar – *“A Revolta da Chibata”* – Ed. Graal – 1996 RJ.

GRANATO, Fernando – *“O Negro da Chibata”* – Ed. Objetiva – 2000.

Jornal *“A Voz Popular”* – Centenário de Nascimento do Almirante Negro – 29/11/1980 – S. J. Meriti – RJ.

Moacir Campos – Depoimento oral – 2008.



Rubens de Almeida²

Das terras da velha Fazenda do Brejo nasceu o Município de Belford Roxo. A área de nossas terras que abrange o complexo industrial da Bayer, a UNIABEU e o centro do município, outrora fazia parte do território da fazenda. Nesta fazenda funcionava um importante engenho de açúcar, já no início do século XVII. A Fazenda do Brejo consistia apenas uma parte do município de Belford Roxo, o que seria a sua região central, mas também colaborou para a formação do nosso município, as terras da Fazenda do Calundu e as da Fazenda do Iguçu (pertencente ao Mosteiro de São Bento).

Habitadas anteriormente pelos índios Jacutingas, as terras hoje pertencentes ao município de Belford Roxo foram assinaladas pela primeira vez no mapa elaborado por João Teixeira Albernás, em 1666, entre os rios “Merith, Simpuiy e Agoassu.”, ou seja, Meriti, Sarapuí e Iguçu, onde apareciam alguns núcleos de povoamento nesta região, as muitas áreas eram chamadas de “Ipuera” (o que foi água) pelos tupinambás, ou simplesmente “Brejo” (terreno alagadiço ou pântano) pelos portugueses. Com seus atrativos, as terras que pertenciam a Capitania de São Vicente de propriedade de Martim Afonso de Sousa, porém abandonadas pelo donatário, despertava a cobiça dos franceses aliados aos índios Tamoios.

A partir da primeira metade do século XVI, após o massacre aos tupinambás, os portugueses foram se estabelecendo pelos vales e margens dos rios Iguçu, Meriti, Sarapuí, Pilar, Jaguaré entre outros, que atraídos pela fertilidade das terras e as veias abertas pelos rios da região, doavam **sesmarias** e fundavam freguesias, iniciando uma colonização no local.

Em terras recebidas em 3 de agosto de 1568, por Brás Cubas³ – integrante da expedição colonizadora de Martin Afonso de Sousa - transformada em uma grande sesmaria de 3.000 braças de testada pela costa do mar e 9.000 de fundos pelo rio Meriti, surgirá mais tarde a Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. A freguesia nasceu nos meados do século XVII, que vai fazer parte do conjunto das freguesias que irão compor o município de Nova Iguçu.

Em 24 de agosto de 1568, Pedro Cubas, filho de Brás Cubas, recebe sesmaria na região de Jacutinga, nas cabeceiras das terras de seu pai. Em 11 de fevereiro de 1577, Antonio Vaz, cavalheiro da casa de El-Rei, recebe terras que foram desmembradas daquelas dadas a Brás Cubas tendo como referência a área de Jacutinga⁴. No seu período não há registros de doação de terras para a construção de

¹Pesquisa realizada em parceria com as escolas municipais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Belford Roxo. O projeto foi coordenado pelo autor entre 2005 e 2007, através do levantamento de fontes primárias e bibliográficas.

²Licenciado em História pela FEUDUC. Pós-graduado em História Social do Brasil pela FEUDUC. Prêmio de Historiador 2007 pelo Fórum Cultural da Baixada Fluminense. Professor das redes públicas do estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura Municipal de Belford Roxo, e das redes particulares de Duque de Caxias no Centro Educacional São Jorge e Centro Educacional Ômega

³FRANCO, Francisco de Assis. Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil, séculos XVI – XVII – XVIII. Rio de Janeiro: Serviço de Comemorações Culturais, 1935.

⁴PRADO, Walter. História Social da Baixada Fluminense: Das sesmarias a foros de Cidade. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000, pp.189-199.

capelas. Com a sua morte, suas terras foram redistribuídas para outros **sesmeiros** locais.

Dentro da estrutura fundiária surgida neste recanto guanabarrino, respeitando os aspectos administrativos e religiosos implantados em Iguaçu, foram criadas seis freguesias a saber: Pilar, São João Batista do Trairaponga, Nossa Senhora da Estrela dos Mares, Marapicu, Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu e a de Santo Antonio de Jacutinga, esta última que vai dar origem ao município de Belford Roxo.

O território que faz parte hoje do município de Belford Roxo, devido às enchentes provocadas pelo movimento das marés, que retornando as águas do mar para os rios da região, provocava vários transbordamentos locais alagando as áreas nas margens desses rios formando brejos e mangues, nossas terras, que eram atingidas por esses contrastes fluviais, era conhecida devido a essa situação como o **“Brejo”**.

Na carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro, feita por Manoel Vieira Leão, em 1767, aparece claramente nesta região a Fazenda do Brejo, que teve em Cristóvão Mendes Leitão, desde 1739, um de seus primeiros ocupantes, que estabeleceu os limites da fazenda com seus confrontantes, chamados **beireós**. Recebida por Cristóvão Mendes Leitão, em 23 de fevereiro de 1739, possivelmente, a partir dessa data surgiu a Fazenda do Brejo, onde se construiu um engenho para o beneficiamento da cana-de-açúcar, que vai se tornando o principal incentivador da formação de um pequeno arraial no local. Nossa região recebia negros principalmente vindos de Guiné, por isso em sua população atual vemos uma forte presença dessa etnia.

No ano de 1720, havia no rio Sarapuí, que cortava a fazenda, um porto responsável pelo escoamento das mercadorias entre as fazendas da região e a corte do Rio de Janeiro, por esse porto se transportava açúcar, arroz, feijão, milho e aguardente. A produção de cana descia através de carros de boi, onde, através de chatas, destinava-se ao porto do Rio de Janeiro. O principal acesso ao Engenho do Brejo era o rio Sarapuí, que recebia também cargas de outros engenhos vizinhos. Dessa maneira podemos afirmar que desde a época da Vila de Iguaçu (1883-1891) o **Velho Brejo** era uma das localidades mais importantes no contexto iguaçuano.

Na primeira estatística realizada no Brasil, no governo do Marquês do Lavradio, entre 1769 e 1779, mostra-se que o Brejo fazia parte da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Nesta época, a Fazenda do Brejo era de propriedade do capitão Apolinário Maciel e seu irmão o padre Antonio Maciel, com 35 escravos, produzindo açúcar e aguardente. Em 1815, as terras da fazenda do Brejo pertenciam ao padre Miguel Arcanjo Leitão, e em menos de um ano as revendeu para o Barão de Jacutinga.

A região do Brejo era propícia para existir no local várias fazendas e portos fluviais. O transporte de mercadorias no local era realizado pelos tropeiros que levavam as mercadorias das fazendas e retornavam dos portos carregadas de material que vinha da corte. O porto do Rio Sarapuí funcionou até 1858 quando foi construída a Estrada de Ferro D. Pedro II, que ia de Queimados ao Rio de Janeiro.

Sobre este rio de águas límpidas com trechos encachoeirados, escreve Monsenhor Pizarro:

“Da Serra da Cachoeira chamada Pequena, situada ao norte, por onde se divide a mesma Freguesia com a de Santo Antônio de Jacutinga, e forma junto à Fazenda de São Mateus, um pântano, do qual nasce o Rio Pioim, cuja grossura por curvas águas, ou descida de lugares altos, ou depositadas pelas chuvas. Para esse pantanal aflui a Cachoeira Grande, que se fermenta na Serra do mesmo nome, e está nos limites da Freguesia de Jacutinga, e misturadas umas às outras águas, confluindo igualmente às dos lagos e campos por que passam, se ensoberbecem a ponto de negarem passagem a cavalo (em direitura da Matriz), e permitem entrada a barcos grandes. Impedindo por isso o trânsito da Estrada Geral para o distrito da Freguesia do Pilar, por cujo caminho se

vai à Serra dos Órgãos, mandou a Câmara fazer, em lugar que pareceu mais apto, uma ponte, para facilitar a comunicação dos moradores do continente, e também o comércio das Minas Gerais. Conservando a Cachoeira Pequena o seu nome, até se confundir com o Rio Pioim, aí o perde, substituindo-lhe a denominação desse rio, porque é conhecido até a estrada do território de Jacutinga, onde principia a ser Rio de Antônio; mas Fazenda do Brejo, em que há uma ponte, toma o apelido de Rio do Brejo e com ele chega à ponte do distrito de Serapuí de cujo sítio continua com o nome de Rio de Serapuí, até o mar.”⁵

Durante o século XIX, na região do Brejo, entre as freguesias de Santo Antônio de Jacutinga se estabeleceram vários quilombos que resistiram até o fim da escravidão. Os quilombos da região incomodavam tanto, que, em 1862, o ministro da Justiça de D. Pedro II, comparava os quilombos da região do Brejo com a personagem da mitologia grega, Hidra de Lerna, que era uma serpente que vivia em um pântano com duas cabeças. Apesar de várias tentativas de destruir os quilombos locais, quando os capitães-do-mato em suas expedições punitivas conseguiam acabar com um quilombo, acabavam surgindo outros em seu lugar⁶.

Ainda na época da Vila de Iguaçú, a região conhecida como Brejo, já era uma das localidades mais importantes do futuro município de Nova Iguaçú. Podemos relacionar essa importância à concessão da Fazenda do Brejo obtida pelo Visconde de Barbacena, que foi presidente da Província do Rio de Janeiro de 7 de junho a 9 de outubro de 1848, durante o reinado de D. Pedro II. Felisbert Caldeira Brandt casado com Augusta Isabel Kieckhoefer, e cunhado da Condessa de Iguaçú Maria Izabel Alcântara, filha do imperador D. Pedro I com a Marquesa de Santos (amante do nosso primeiro imperador), adquiriu as terras da fazenda do Brejo junto ao Barão de Jacutinga, em 1843. O Visconde era filho de Felisberto Caldeira Brandt, que seria o Marquês de Barbacena. Cabe esclarecer que algumas pessoas que escreveram sobre o visconde cometeram alguns equívocos devido a existir na família Caldeira Brandt três *Felibertos*: o visconde, seu pai marquês e ainda o seu bisavô⁷.

O Visconde de Barbacena é o responsável pela abertura do canal do Calhamaço, que chegou a ser uma das maneiras de se denominar as nossas terras. Hoje, esse canal não existe mais. Visando interesses em valorizar a região, ele empreendeu uma série de obras públicas na região como a canalização de um braço do rio Sarapuí, com seis eclusas; a própria regularização desse mesmo rio. Em 1846, o Visconde de Barbacena apresentou projeto ao imperador D. Pedro II para a construção de uma via férrea entre o Brejo e as margens do rio Guandu, podendo estender uma linha auxiliar do Brejo à Vila de Iguassú, isso demonstra a visão do Visconde, ligando os dois rios, Iguaçú e Guandu, os dois escoadouros de produção mais importantes da antiga vila, mas que não conseguiu realizar esse empreendimento. Com o surto das epidemias que assolaram a Baixada durante a segunda metade do século XIX, a fazenda entrou em decadência.

O Visconde de Barbacena em 1853 vende a Fazenda do Brejo juntamente com o porto do Brejo, demarcada da Botica até a região de Areia Branca para o Comendador Manoel José Coelho da Rocha, família de grande importância tanto para o município de Belford Roxo como para o município de São João de Meriti, que lhe prestou uma homenagem com um bairro chamado *Coelho* da Rocha. Cabe lembrar que essa família foi responsável diretamente pela chegada das águas no município, bem como, pelo início do loteamento das terras da antiga Fazenda do Brejo que após a sua decadência, teve como opção lotear o terreno e vendê-los provocando a ocupação populacional da região central do nosso município. Com a morte do Comendador em 1862, a fazenda foi repartida entre seus herdeiros. Nessa época, as terras da

⁵IPAHB

⁶Caminhando – Informativo da Diocese de Nova Iguaçú – nº 173, texto de Antonio Lacerda de Meneses.

⁷MAIA FORTE, José Matoso. Fundação de Iguassú. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio – Rodrigues & C, 1933, pp.108 - 109.

fazenda do Brejo ocupavam toda a área central do município de Belford Roxo, estendendo-se até a rua da Matriz em São João de Meriti.

Em 1855, a epidemia de cólera atinge o engenho do Brejo, vitimando os trabalhadores escravos da fazenda. Os rios são abandonados em consequência do surto da doença, o canal aberto pelo Visconde de Barbacena é obstruído por matos e árvores levando ao seu desaparecimento.

Devido às condições topográficas locais, a Fazenda do Brejo e seus arredores possuem um terreno riquíssimo de um barro de excelente qualidade para a fabricação de telhas e tijolos. Muitas das residências da corte do Rio de Janeiro foram erguidas com os tijolos feitos do barro da região do Brejo pela firma Carvalho Junior & Cia, que, em 1855, anunciava: *“Carvalho Junior & Cia estabelecidos no Porto do Brejo, recebem cafés a embarcar para o Rio de Janeiro e o compram, tem grandes sortimentos de fazendas de todas as qualidades, ferragens e molhados e um grande estabelecimento de olaria, tijolos etc”*⁸.

A última proprietária da Fazenda do Brejo, dona Altair, em depoimento à revista Bayer Repórter, recorda:

*“Em 1875, minha bisavó, Maria Angélica de Macedo Coelho da Rocha, adquiriu as terras dos irmãos, reunindo tudo em uma só fazenda. Após sua morte, meu avô, filho único, herdou tudo e se dedicou às terras e à pequena vila que surgia, doando cerca de 55 mil metros quadrados de terras para a Inspetoria de Águas fazer o assentamento das adutoras que levariam água à corte. Essas terras doadas também seriam usadas para as linhas de trens entre as estações do Brejo e São João de Meriti”. (...) “Era uma vida tranqüila, gostosa. Eu sempre brinco, dizendo que a Bayer hoje fica no quintal de casa, onde plantávamos laranjas. Minha raízes estão aqui, e são difíceis de se arrancar da terra”*⁹.

Assim, em 1875, uma das filhas do Comendador, Maria Angélica de Macedo Coelho da Rocha, resolver adquirir todas as repartições da antiga fazenda, e dessa maneira reunificando-a, após a sua morte, a fazenda passa para o seu filho único, Manoel Coelho da Rocha (neto do Comendador) casado com a dona Amália Rocha, que muito contribuiu para a pequena povoação que surgia na região do *“Velho Brejo”*, ao doar as terras para a Inspetoria de Águas em 1872, uma faixa de terra com 30 metros de largura por toda a sua extensão entre Belford Roxo e São João de Meriti, por onde passará a estrada de ferro Rio D’Ouro (teve suas obras iniciadas em agosto de 1876 e inaugurada em 1883) onde seriam assentadas nesse trecho além do leito das ferrovias, as adutoras. Essas adutoras foram construídas dentro do plano de captação de água dos mananciais das encostas da Serra do Mar para a corte do Rio de Janeiro. Em terras vendidas por 100 contos de réis, uma quantia irrisória na época, acrescida de terras doadas pelo futuro Barão de Tinguá, Francisco Pinto Duarte, foram se incorporando ao patrimônio da inspetoria das águas para realizar o plano de abastecer a corte. Em 1877 são captadas as águas do rio São Pedro; em 1880, aparece o encanamento das águas do Rio D’Ouro, com várias fontes; em 1893, é inaugurada a adutora do Tinguá; em 1908, são recolhidas às águas de Xerém, e, em 1912, outra adutora recebe as águas de Mantiqueira, surgindo assim as represas de Tinguá, Rio D’Ouro, Xerém e Mantiqueira, que eram inauguradas junto com as adutoras por elas alimentadas. Essas águas passantes por Belford Roxo, entubadas em adutoras que desprezam as regiões da baixada e vão atender a corte. A própria região perdia o direito à água que ela própria fornecia, as torneiras da região ficavam vazias para que as bicas da *“cidade maravilhosa”* jorrassem a água retirada das regiões do entorno da Guanabara. Até hoje, os moradores da própria cidade de Belford Roxo, por onde passam as adutoras, não têm direito a essa água. *“Como saiu caro aqueles alqueires de terra...”*¹⁰.

⁸PEIXOTO, Ruy. **Imagens Iguaçuanas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Colégio Afrânio Peixoto, 1963, p.54.

⁹Revista Bayer Repórter, Ano X - nº 102, Julho de 1990, p. 11

¹⁰CENPRE, acervo da professora Fernanda Bicchieri.

Em 8 de julho de 1880, o Sr. Manoel Coelho da Rocha, como sócio capitalista da empresa Carvalho & Rocha, doou à vila do Brejo, uma caixa d'água com capacidade para atender 500 pessoas e um chafariz, dessa maneira, a água chegava para o povo do Brejo¹¹.

Ocorre uma grande estiagem na região da Baixada Fluminense, em 1888, que vai atingir em cheio o abastecimento de água na corte, os mananciais de Tinguá e do Corcovado não eram mais suficientes para o fornecimento de água da corte. Surge então, o episódio do *“Milagre das Águas”* quando, após várias soluções propostas e analisadas, o engenheiro Paulo de Frontin assume a responsabilidade de captar água na Baixada Fluminense em apenas seis dias: 15 milhões de litros de água para a corte. A obra foi realizada a partir de 1889, o alojamento central dos trabalhadores ficava na fazenda do Barão de Tinguá de onde os trabalhadores partiam para realizar a empreitada. Conta-se que a captação dessa água inicialmente foi feita em bambus taquaruçú, que mais tarde seriam substituídos pelos dutos de ferro das conhecidas *“linhas pretas”*, hoje administradas pela CEDAE.

A Estrada de Ferro Rio D'Ouro teve como objetivo, o assentamento no trajeto da Baixada Fluminense até a Corte, com os dutos de ferro. O Departamento de Águas mandou que fosse providenciado o represamento das águas de Xerém e Tinguá, e para evitar possíveis acidentes nas adutoras que transportariam até a Corte, um registro, o *“Aparelho Venturi”*, foi instalado pela Inspetoria das Águas, na época tendo como chefe da 1ª Divisão da Inspetoria de Águas, o senhor Raimundo Teixeira Belfort Roxo, um dos grandes colaboradores de Paulo de Frontin.

Raimundo Teixeira Belfort Roxo, filho de José Rodrigues Roxo e Maria Rita Teixeira Vieira Belfort, nasceu em terras maranhenses na cidade de São Luís no dia 11 de setembro de 1838, vindo a falecer em 1896, em Laranjeiras, na rua Ipiranga, nº 1, na cidade do Rio de Janeiro. Casou-se com Maria Fausta de Brito. Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro foi inspetor geral das Obras Públicas no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1884 e 1896. Fez parte do extinto Conselho Superior de Salubridade Pública. Colaborou ativamente com todas as obras de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Engenheiros Cívicos de Londres, onde estudou algum tempo. Também frequentou a Escola de Pontes e Calçadas de Paris.

Na realidade a captação da água em seis dias, o *“Milagre das Águas”*, teve uma ajuda do acaso favorecendo com que a promessa do engenheiro Paulo de Frontin fosse concretizada, o próprio Raimundo Teixeira Belfort Roxo, desvenda esse caso, em carta enviada ao Sr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva:

“...As obras executadas pelo Eng^a. Paulo de Frontin, em virtude do seu contrato, consistem em represa e duas calhas de zinco assentadas sobre o terreno em níveis diferentes, desde as cachoeiras da Serra Velha e alto da Serra Velha, reunidas na mesma represa, até o reservatório do Barrelão, na extensão total de 6 km, aproximadamente, no dia 23 as águas canalizadas para o suprimento provisório mediam, em ambas as calhas, cerca de 16 milhões de litros em 24 horas...”

“...As águas canalizadas pelo contratante, atualmente não precisam para o abastecimento da região da cidade a que eram destinadas, por haver sobras dos antigos mananciais, e não foram recebidas no reservatório do Barrelão, por estarem barrentas, em razão dos

¹¹www.baixadanel.com.br/baixadanel/dados/roxo2.htm.

desmoronamentos produzidos pelas últimas chuvas...

"...As obras são de caráter excessivamente provisório, como permitia o exíguo prazo de seis dias estipulados no contrato, sendo incontestável que não poderão resistir às chuvas abundantes sem eficaz consolidação..."

"...O contratante deixou de canalizar as águas da cabeceiras do rio São Pedro, a que se refere a mesma cláusula (4ª do contrato), e pretendia em substituição canalizar as das cachoeiras dos Macucos e Cantagalo, o que de certo teria levado a efeito dentro do prazo estipulado, a julgar pelas obras executadas, se não tivessem ocorrido chuvas abundantes, que inutilizaram parte dos trabalhos durante a execução..."¹²

Pelo que se compreende da leitura da carta de Belfort Roxo, a chegada das chuvas coincidiu com o término do prazo de seis dias. Na verdade as águas não vieram do rio São Pedro, mas da intervenção divina do próprio santo. O volume dos mananciais aumentaram e chegaram às adutoras, a caixa do Barrelão encheu-se, mas não com as águas provisórias, que foram parcialmente destruídas pelas chuvas, e a cidade do Rio de Janeiro acreditou na anedota histórica da "água em seis dias". O autor do milagre foi outro santo, não Paulo de Frontin¹³.

A população local vislumbrando a importância da linha férrea passa a reivindicar que a Rio D'ouro passe a transportar passageiros, reivindicação que mais tarde será atendida. Após o "Milagre das Águas, em 1896, morre o Inspetor Geral de Obras Públicas, o engenheiro Raimundo Teixeira Belfort Roxo, que irá emprestar seu nome à parada de trens nas terras da Fazenda do Brejo, que com o tempo, por um vício de linguagem, o "t" dá lugar ao "d" e assume a nomenclatura de **Belford Roxo**. O nome dado à parada de trens na fazenda em homenagem ao ilustre engenheiro ganha força e por extensão, a vila situada na fazenda passa também a se chamar Belford Roxo.

Com a morte de Manoel José Coelho da Rocha, as terras foram novamente divididas, cabendo a Almério José Coelho da Rocha e sua mulher Floripes Rocha a posse das terras dentro do atual território de Belford Roxo. Os descendentes de Coelho da Rocha continuavam demonstrando o seu interesse pela região, lutaram para a instalação da rede elétrica, incentivam o crescimento do transporte ferroviário, promovem várias visitas de autoridades, na procura de ajuda e proteção local. Conta-se que a preocupação que a família Coelho da Rocha com os seus empregados era tão grande, que a dona Floripes Rocha alfabetizava e ensinava para eles e seus filhos.

Com o crescimento da região, a velha Fazenda do Brejo, que antes era Ipueras, Calhamaço e depois Brejo, passa a se chamar definitivamente de Belford Roxo. Com a transformação da vila, a partir da década de 1920, começaram os primeiros loteamentos na região do brejo, já sem os mangues. Isso se deve ao desejo dos fazendeiros que loteavam parte de suas terras, incentivar o surgimento de novas vilas, onde as condições econômicas já se apresentam melhores, oferecendo o transporte através das estradas de ferro, a água potável e a energia elétrica. A venda de lotes da fazenda do Brejo e de seus arredores acelerou o crescimento da população nas localidades de Belford Roxo, Agostinho Porto e Coelho da Rocha, devido principalmente à necessidade dos empregados da Estrada de Ferro residirem próximos ao local de trabalho.

Nas áreas que não foram loteadas da Fazenda do Brejo, o Sr. Almério José Coelho da Rocha, iniciou a plantação de laranjeiras em torno de 1924. A fazenda chegou a ter 22 mil pés de laranjas, produzindo um produto de excelente qualidade que era transportado para países como Argentina e França entre outros.

¹²SILVA, Rosauero Mariano. **A Luta pela Água**. Rio de Janeiro: CEDAE, 1988, p. 35

¹³Idem

Os loteamentos feitos por Almério Coelho da Rocha, iniciou em 5 de setembro de 1933, segundo o Sr. Euclides Francisco da Silva, o seu “Dino”, os lotes custavam em torno de 5 mil réis, onde a pessoa pagava de três a trinta prestações de acordo com o tamanho do terreno¹⁴.

Em 1931, o distrito com vocação de município, recebe a visita do então presidente da República Getúlio Vargas para inaugurar uma praça que recebe o seu nome (em sua homenagem). Em meio a um almoço festivo, na Fazenda do Brejo, o presidente promete melhorias para o local, cumpridas através do aumento dos trens na Estrada de Ferro Rio D’Ouro, que progressivamente passariam de 4 para 24 por dia.

Após a Segunda Guerra Mundial com a consecutiva suspensão da compra das laranjas iguaçuanas e outros fatores que vitimaram os laranjais, quando milhares de laranjais foram queimados para eliminar a “mosca do mediterrâneo”, ressurgiu com grande força a febre dos loteamentos, dessa vez, a vocação agrícola já tinha se esgotado, e terras passam a serem vendidas a preços mais em conta para que os seus antigos proprietários pudessem saldar suas dívidas, sobreviver com outra forma de renda, ou até mesmo reinvestir seus capitais em outros negócios.

Encontramos como os últimos proprietários da fazenda, nessa época também conhecida como “fazenda do Coronel”, a trineta do Comendador Coelho da Rocha, Dona Altair Coelho da Rocha Denys e seu marido, o general Olindo Denys, irmão do marechal Odílio Denys, um dos mentores do golpe militar de 1964, e através deles acelerou-se o processo de loteamento da região, que vai ser um esboço de uma aquarela de raças e naturalidades diferentes que vão transferir-se para Belford Roxo e aqui fixar a sua moradia.

Durante a invasão dos municípios, às vésperas da Ditadura Militar, a Baixada Fluminense, se tornou uma região de refúgio e ao mesmo tempo, cidade como Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu, foram invadidas por saqueadores e baderneiros, espalhando desordem por toda região. Belford Roxo nesta época, passa por um fato inusitado, os políticos locais e os líderes comunitários, se reuniram e montaram barricadas nas entradas de nossa região, evitando assim que o nosso futuro município fosse invadido. Cabe destacar, que as famílias Meireles e Haddad, adversárias políticas, se uniram para essa ocasião.

Além da Fazenda do Brejo, existem outras citações de engenhos e fazendas na região de Belford Roxo, como o **engenho do Calundu**, de Tomé Correa; e durante o século XIX, como as de Botas, de propriedade de Costa Barros Sayão; a de **Baby**, de Gonçalves Ferreira; e ainda a **Fazenda Boa Esperança**, entre outras tantas importantes da região de Iguaçu.

No passado do atual município de Belford Roxo, destacam-se as famílias Maciel, Carvalho, Rocha, Jarbas Xavier e Costa Braga. Em um tempo mais recente, destacaremos entre tantas outras interessadas no progresso de nossa região as famílias do Srs. José Haddad e Casemiro Meireles, as famílias Bicchieri, do Sr. Almir Fernandes, do Sr. Valdir Vilela, do Sr. Laudelino Gatto entre tantas outras, que desde já, desculpamo-nos por não citá-las.

Os líderes locais surgiram na região entre os homens de recursos do lugar ou até mesmo apoiados por estes, responsáveis em parte pelo grande número de melhoramentos da região.

Belford Roxo, ainda como distrito do município de Nova Iguaçu, foi o berço para grandes empreendimentos indústrias como a *Dyrce Industriale* a *Química Bayer*, que sendo atrativos empregatícios atraíram uma considerável parcela de moradores para a região.

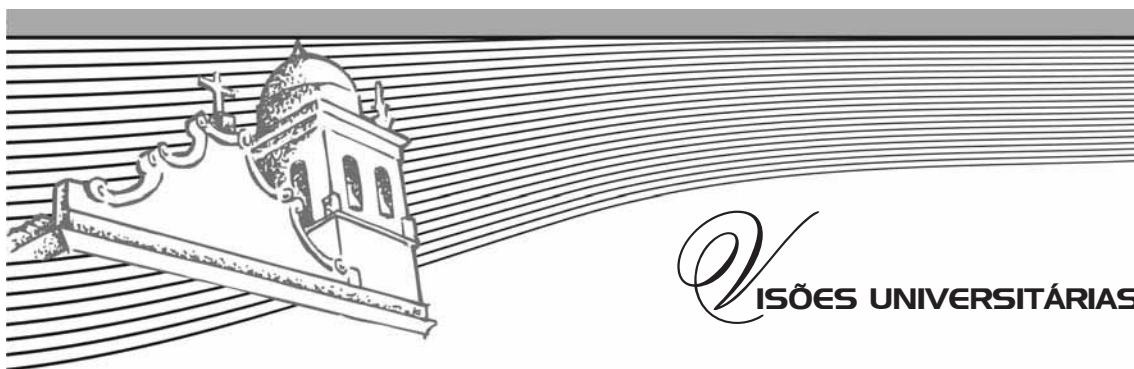
Um grande fator responsável pelo desenvolvimento de Belford Roxo, ainda como distrito iguaçuano, foi o calçamento entre a sede do antigo distrito e a sede do município de Nova Iguaçu, levando nossa região a se tornar uma das mais adiantadas da região. Dentre esses calçamentos, ainda antes da via Dutra, que

¹⁴Revista Bayer Repórter, Ano X - nº 102, Julho de 1990, p. 12

hoje é a principal ligação entre os dois municípios, podemos destacar a estrada Dr. Plínio Casado.

Hoje o que resta da antiga Fazenda do Brejo são a casa (constituída por 21 cômodos ao todo), uma área arborizada ao redor e algumas instalações. Dona Altair Coelho da Rocha Denys, tornou-se a última administradora da Fazenda do Brejo, acompanhada de sua irmã a Sra. Anadir Coelho da Rocha Barroso, antes da mesma ser vendida para o Sr. Valdir Vilela.

A Fazenda do Brejo, útero materno do nosso município, atualmente está incorporado ao campus da UNIABEU.



A Baixada Fluminense como depósito humano: um estudo sobre o caso de segregação sócio-espacial da Cidade dos Meninos

Alexandre Barros
Diego Villela
Eduardo Alencar¹

1. Vitrine do caos

Não seria estranho se escutássemos alguma informação sobre a Baixada Fluminense no sentido de reduzi-la à violência, ou mesmo a um processo de favelização generalizante. Este olhar veiculado na mídia, na opinião pública e senso comum fora acentuado por José Claudio no discurso equivocado de uma deputada federal, agregando a chacina de Vigário Geral aos limites geográficos da Baixada Fluminense (José Claudio, 2003, pag. 15).

Nas linhas que se seguem neste artigo, apresentaremos algumas causas do processo de segregação sócio-espacial da Baixada Fluminense e o caso específico da Cidade dos Meninos, alicerçados pelos parâmetros teóricos de Mike Davis.

O cenário da Baixada Fluminense na primeira metade do século XIX, remete-nos às grandes fazendas produtoras de bens alimentícios para o abastecimento da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Num outro momento foi implementada, nesta região a citricultura (produção de laranja) na pretensão da valorização da terra.

Este cenário rural gradativamente vai se descaracterizando abrindo espaço para as construções de núcleos coloniais idealizados pelo Estado e pela criação de loteamentos de sítios e fazendas, sendo a melhor saída financeira frente às ruínas da citricultura e do passado agrário.

Concomitantemente às transformações ocorridas na cidade do rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX, revelando um padrão segregacional, não poderiam deixar de afetar a Baixada Fluminense, reduzindo-a a um “depósito” humano, em condições de assentamentos desordenados.

As migrações para a região Fluminense foram acompanhadas de uma infra-estrutura desordenada e paliativa. Os capitais privados, mediados pelo Estado eram direcionados às zonas privilegiadas, como destaca José Claudio:

¹Graduandos do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias / Feuduc. Trabalho apresentado a disciplina Espaço Urbano.

“A ordem socioespacial que emergia preservava a zona sul e parte da zona norte da cidade para as incorporações imobiliárias do capital nacional e para as influências do capital estrangeiro na alocação dos serviços de transporte e infra-estrutura urbana.” (José Claudio, 1998, pág. 53)

Este processo de segregação em prol do embelezamento da cidade do Rio de Janeiro fora redesenhado pelas palavras de Mike Davis:

“A segregação urbana [é] uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento”, e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média.” (Davis, 2006, pag. 105)

O eixo segregacional Rio-Baixada é um dos principais efeitos da reforma Pereira Passos (1902-1906), que adequariam o centro do rio de Janeiro à sua função de grande porto internacional exportador de café e capital da nova elite cosmopolita, e a Baixada Fluminense como um excelente lugar para alocar o depósito humano resultante tanto das demolições dos cortiços e cabeças-de-porco, como das proibições de ambulantes e mendigos no centro. Estas são as implicações que norteiam a denominação “entraves humanos” quando Davis refere-se às remoções de construções que atrapalham os grandes empreendimentos urbanísticos pautados pela conviência do estado e iniciativa privada.

Em suma, relacionando as problematizações acima elaboradas com o panorama da Baixada Fluminense, observaremos que a região estudada apresenta deficiências em sua infra-estrutura urbana mediante ao descaso do estado e da ineficiência das políticas públicas, somadas ao conservadorismo político das famílias tradicionais, o coronelismo e as conseqüentes violências ocasionando, desta forma, uma vitrine do caos.

Nas próximas linhas abordaremos as questões específicas do processo de segregação sócio-espacial da Cidade dos Meninos dentro de um macro processo de segregação, as resistências populares e o contato com o pesticida BHC.

2. Especificidades do projeto segregador em questão: antecedentes históricos

A partir da década de 1930 a região denominada Baixada Fluminense sofre uma intensa iniciativa, por parte do governo federal, para a melhor utilização e aproveitamento de seu território. Com isso, a região é destinada a se configurar como área periférica no sentido de prover o abastecimento da capital federal, na época o Rio de Janeiro, principalmente com gêneros agrícolas. Em 1933 é formada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense objetivando a preparação do solo --- ainda com grandes áreas de pântano e portador de inúmeros focos de transmissão de doenças como a malária e a febre amarela.

Todo esse interesse pela região está inserido no bojo das ambições do governo de Getúlio Vargas em formar núcleos coloniais que garantissem a domesticação e o doutrinamento profissional dos trabalhadores. Consistia num projeto para atender os interesses estatais e que alinhava a idéia nacional-desenvolvimentista agrária e industrial. O Núcleo Colonial São Bento, criado em 1932, obedecia a essa lógica abastecendo a capital e assegurando o distanciamento dos trabalhadores da realidade de reivindicações trabalhistas. O território que atualmente compreende a Cidade dos Meninos fazia parte deste núcleo colonial, destinando-se ao cultivo da cana-de-açúcar e banana. Os núcleos coloniais eram idealizações estatais:

“No discurso estatal, os núcleos cumpririam o papel de valorização do homem do campo ao lhes fornecer educação e orientação técnica capazes de assegurar uma maior racionalidade e produtividade agrícola, e de manter um cinturão agrícola como modelo de desenvolvimento e da manutenção do abastecimento urbano.” (Marlúcia, 2006, pág. 92)

No final da década de 1930 surge a idéia de se criar espaços que serviriam para abrigar menores em conflito com a sociedade onde o 1º Congresso Latino-Americano de Criminologia, realizado na Argentina, desempenhou forte influência. É inserido nesse contexto que surge a Cidade das Meninas. A atual Cidade dos Meninos em seu processo de gênese foi criada para receber meninas carentes. Ela nasce, portanto, como um espaço destinado a acolher uma determinada parcela da sociedade objetivando a reinserção social desse grupo.

Por iniciativa de Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, a Cidade das Meninas procurava sedimentar e estruturar moças carentes que serviriam como exemplo de esposas e damas para a sociedade. Segundo Rubens Porto em suas considerações sobre o projeto, o sistema de formação educacional ministrado para as meninas estaria calcado no ensino dos seguintes campos: Estudos primários compreendendo as disciplinas básicas de formação — Português, História, Geografia, Aritmética, dentre outras; ensino profissional ramificado em três pólos: profissões agrícolas, profissões domésticas e profissões diversas; formação familiar que consistia na preparação das meninas para as tarefas, conforme as mesmas palavras do autor, “genuinamente femininas da vida de família”. Nota-se, portanto, o caráter de domesticação social do projeto que, a partir de 1945 com a posse do Presidente Dutra e com as criações da Fundação Leão XIII e Fundação Abrigo Cristo Redentor, passa a receber meninos carentes com o claro objetivo de estabelecer a prevenção da criminalização dos menores adequando-os à aprendizagem de técnicas agrícolas.

Em 1947, por iniciativa do Ministério da Saúde, são ocupados aproximadamente oito pavilhões da Cidade dos Meninos para a implantação de uma fábrica de BHC, pesticida para o combate de pragas das lavouras. A fábrica é inaugurada em 1950, funcionando até 1955 e somente sendo definitivamente fechada em 1962.

A total displicência do governo federal, deixando no local algo em torno de quatrocentas toneladas do pesticida, ocasionou a contaminação do solo prejudicando o bem estar social dos moradores da Cidade dos Meninos.

3. Resistência dos excluídos

*“Se calarem a voz dos profetas as pedras falarão,
se fecharem os muitos caminhos mil trilhas nasceram.”*

Em toda história da humanidade por maior que seja a força do opressor o oprimido cria formas de resistências, que passam desde o aborto da mãe escrava, que o faz na intenção de não vê seu filho tornar parte do sistema altamente desumano ou a criação de moradias em áreas consideradas complexa de mais para serem habitadas. Ainda podemos citar o operari que em uma forma micro de resistência consome o tempo de produção do patrão com outras atividades.

Assim também é a história de resistência na Cidade dos Meninos que vai despertar para sua primeira forma de organização com um movimento atrelado à igreja, denominado comunidade eclesial de base (CEBS) por volta de 1982 e 1984, cerca de 40 anos, ainda não tinha havido uma organização a nível de comunidade.

Outro foco de luta que podemos identificar foi em 1979, quando os internos do pavilhão tacaram fogo nos colchões como forma de chamar a atenção para situação precária que lhes cercavam, pois os alojamentos foram projetados para 400 adolescentes e como o convenio firmado com a LBA e a FUNABEM o numero foi para 1300 adolescentes.

Somente em agosto de 1987 que surgirá o maior canal de luta e resistência da Cidade dos Meninos a AMACR (Associação de Moradores e Amigos Cristo Redentor). Ela foi fundada com cerca de quarenta famílias, seu primeiro presidente, o líder comunitário José Miguel da Silva, tinha como principal objetivo, a organização dos moradores no intuito de reivindicarem seus direitos e lutarem juntos por uma causa comum, haja vista que a comunidade não era composta só por funcionários.

Sua primeira atuação perante a poder público foi em 12 de março de 1990 em ofício convidando o secretário de saúde de Duque de Caxias a participar da assembléia geral ordinária da AMACR, que foi realizada em 17/03/90, versando sobre as implicações do contato da população com o BHC.

Em 19 de abril de 1990 através da promotora da justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dra. Patrícia Silva da Rocha, é instaurado o Inquérito Civil, de numero E-15/1169/90 que tinha como objetivo exigir do Ministério da Saúde, as providências necessárias para solucionar a questão.

Em 12 de dezembro de 1991, após pressão da AMACR, junto aos meios de comunicação apoiada por entidades filantrópicas e organização não governamental é instaurada a Ação Civil de numero 91.33301.8, sendo o autor o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro e a ré a União Federativa.

O Ministro da Saúde, Adib Jatene, acompanhado por um grupo especialista da UNICAMP – Universidade de Campinas – SP, constatam a gravidade. O ministro pessoalmente se comprometeu com a comunidade a resolver o problema definitivamente, assumindo todo o ônus da questão ambiental. Após tantos processos e reivindicações pressionando uma atitude de fato da união, em dezembro de 1993 é firmado um termo de compromisso envolvendo o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, PUC – RIO, FIOCRUZ, CESTECH, ENSP, Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, para solucionar de uma vez por todas o problema do BHC.

Problema que perdura até hoje, acentuando ainda mais o espaço da Cidade dos Meninos como uma área de segregação social, onde os moradores oriundos daquela região ora fizeram parte de um projeto de higienização e agora são conhecidos como o “povo” do território contaminado levando-os a uma posição de marginalizados.

Bibliografia

ALVES, José Claudio. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

SOUZA, Marluca Santos de. “Escavando o passado da cidade: história política da Cidade de Duque de Caxias”. Dissertação de Mestrado. RJ: UFF, 2002.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. SP: Boitempo, 2007.

ENTRE RIOS, TRILHOS E ESTRADAS: A CONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS.

Bruna da Conceição Fernandes de Almeida¹

Introdução

A historiografia da Baixada Fluminense tem se mostrado riquíssima e vem sendo resgatada através de um amplo processo de pesquisa, por meio de diversos métodos, seja enquanto resgate da memória oral, trabalhos de campos ou pesquisa em arquivos e jornais.

O objetivo desse artigo é trazer mais uma contribuição para esse processo de construção da historiografia da cidade de Duque de Caxias. Dessa forma, tentamos fazer uma análise da gênese do município através do fator de estruturação da rede de transportes no espaço urbano. Objetiva-se mostrar como a rede de fluxos e de infra-estruturas geradas pelos meios de transportes podem contribuir com o crescimento de uma cidade, visto que o caso Caxiense é um significativo exemplo disso. Assim, esse artigo está dividido em três subcapítulos: “A Rede Fluvial: a Orientação na Localização dos Primeiros núcleos de Povoamento”, “O Início da Mecanização do Território: a Rede Ferroviária” “A Rede de Ônibus no Norteamento da Ocupação do Primeiro Distrito de Duque de Caxias”.

Antes de iniciarmos uma discussão sobre o tema, são necessárias algumas pontuações teóricas e metodológicas. O processo de pesquisa desse trabalho apresentou-se difícil pela pouca referência bibliográfica que tivessem um recorte espaço-temporal adequado com o artigo, limitado assim a pesquisa. Dessa maneira, Traçar a evolução da rede de transporte de uma cidade como Duque de Caxias, apresenta a necessidade de entendê-la dentro de um recorte maior: a Baixada Fluminense. Inicialmente pela falta de informações específicas sobre o município, que se emancipou apenas em 1943. O Segundo ponto é que esses municípios assim como outros: Nilópolis, São João de Meriti, Queimados, Japeri e Mesquita tiveram um passado em comum e sofreram influências políticas e econômicas muito parecidas, fato explicado por terem constituído parte do “município mãe” da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu. Assim, no decorrer desses trabalhos ora será necessária citar a Baixada Fluminense como um todo, ora terá a necessidade de especificar os fatos ocorridos trazendo uma análise mais detalhada da cidade.

A Rede Fluvial: a Orientação na Localização dos Primeiros Núcleos de Povoamento.

As condições geográficas da Baixada da Guanabara, marcada pela forte presença dos rios de planície inundáveis sujeitos a ação das marés, (apesar da diversidade de meios naturais), eram, por excelência, próprias à ocupação humana. Tendo a presença de amplas áreas de planícies, em outras, entretanto, predominavam colinas suaves e bastante extensas. O mangue, sendo mais um ambiente que caracterizava a baixada, não se restringia aos locais próximos à enseada das praias, adentrava o território através do baixo curso de inúmeros rios que desaguavam na Baía. As áreas de pântano e as planícies embrejadas, que tinham como origem a influência das marés cheias -que ocorriam nos terrenos adjacentes de altitudes superiores às preamares máximas- constituíram um grande problema para a ocupação e circulação, pois os caminhos terrestres se tornavam ausentes (FIGUEREDO, 2004). Ainda sobre a circulação na Baixada Fluminense a autora Lysia Bernardes assinala que :

¹Graduanda do curso de Geografia da UERJ/ FEBF (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense). Professora do Pré-Vestibular Comunitário Barão de Mauá, em Xerém e integrante do grupo de pesquisa NIESBF (Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Baixada Fluminense) na própria FEBF.

“[...] de duas maneiras se fazia a circulação: 1) por via fluvial até o limite da navegabilidade dos baixos cursos e a partir dos portos estabelecidos pelo sopé dos morros, até à base da serra; por “terra firme”, contornando os trechos mais freqüentemente alagados e aproveitando, sempre que possível, as zonas de colinas e morros que circulavam as baixas planícies” (BERNARDES apud PERES, 2000, p.10).

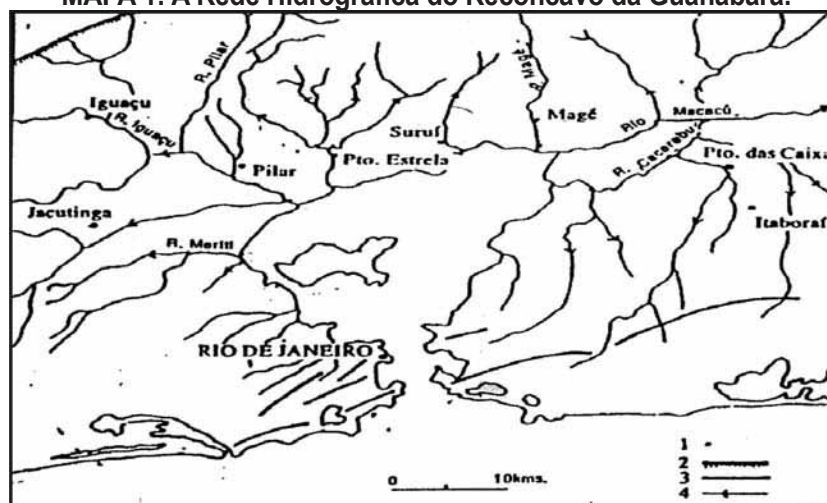
No período colonial, através do Estado e da Igreja Católica processou-se a ocupação “branca” do território, tendo como base econômica o engenho e com base administrativa a igreja matriz, submetidos a uma administração central com sede no Rio de Janeiro. O plantio e a exportação de gêneros alimentícios ocasionaram para a Baixada da Guanabara um destaque agrícola, possibilitando a formação de vários povoados. Entretanto, é a cana-de-açúcar a grande evidência da região. Com o aumento da ocupação econômica da Baixada, foi nas margens dos rios, e, principalmente, próximo dos portos que vão se instalar os colonos, as capelas, mosteiros, tabernas e os engenhos (TÔRRES, 2007).

Assim, foram as vias de circulação fluvial o mais importante elemento natural a contribuir com a ocupação e integração da região. Apesar de alguns inconvenientes como os vários terrenos embrejados, nos quais o setor ocidental da Baixada era o mais afetado, os rios possibilitaram uma acessibilidade que se tornava um fator estratégico, capaz de integrar a região. A afirmação de Lamego sintetiza o exposto acima:

“Os fatores geográficos da Guanabara predestinando-a a um grande pôrto de mar, completavam-na deste modo com o seu leque de rios. Foram êles que, incentivando a obra carioca, atraíram-no para o desbravamento da terra através de numerosas vias líquidas previamente preparadas. E êsse desbravamento se processou-se com grande rapidez” (LAMEGO, 1948, p.194).

Podemos citar como rios de grande destaque na história e economia da Baixada: Iguaçu, Pilar, Sarapuí e Estrela, no qual todos percorrem o município de Duque de Caxias. Nascidos dentro do recôncavo da Guanabara e desembocando na sua baía, tornando-se, deste modo, um emaranhado de caminhos aquáticos que levavam índios, portugueses e até judeus (os cristãos novos) ao interior da região. A citação acima de Lamego e a imagem abaixo ilustram de forma clara a viabilidade da circulação gerada pela rede hidrográfica.

MAPA 1: A Rede Hidrográfica do Recôncavo da Guanabara.



Fonte: Revista Brasileira de geografia apud BERNARDES, 1995.

Essa possível mobilidade somente se concretizava pela existência de incontáveis embarcadouros à margem dos rios. Outra forma de deslocamento nessa região eram os caminhos terrestres. Segundo as referências de Monzenhor Pizarro, a região era periodicamente alagada e somente o sopé das elevações maiores que a enquadravam os maciços costeiros, ficavam disponíveis para a passagem, formando verdadeiros corredores não encharcados, criados pelo acúmulo dos detritos oriundos do transbordamento dos rios. Assim, os deslocamentos aconteciam através de uma espécie embrionária de transporte intermodal, no qual se utilizavam as embarcações para se chegar até determinados pontos da freguesia e depois nas áreas mais altas; pela via terrestre, utilizavam-se animais para percorrer o restante do caminho (PIZARRO apud PERES, 2004).

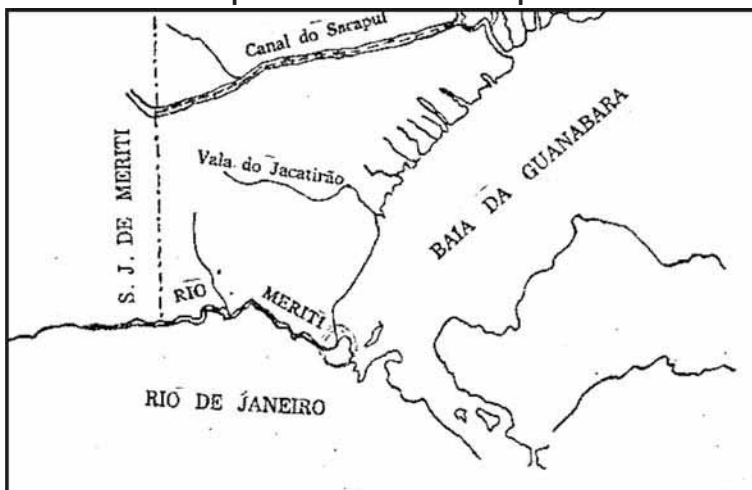
Parte da freguesia de São João Batista do Meriti veio a constituir o que delimitamos hoje como primeiro distrito de Duque de Caxias. Essa fração do território já obteve vários nomes no decorrer da sua história, como exemplifica o poema abaixo.

*“A terra era selvagem e os índios deram-lhe o seu nome de Jacotinga;
Os lusitanos vieram e cristalizaram-na com o nome de Santo Antônio;
O “peixe martelante” lhe emprestara Trairaponga e o homem batizou- a São João;
Por causa da água pouca ou das palmeiras brasileiras chamaram-na de Meriti,
...e os filhos da terra homenageiam outro maior: Duque de Caxias... e assim há de ser” (LAZARONI, 1990).*

Seguindo a direção dos rios, a freguesia de São João de Meriti presenciou o ciclo da cana-de-açúcar e da mineração. O primeiro ciclo teve grande presença na área, tornando-se um local de plantio e transporte do produto, o qual chegou a ter um expressivo número de onze engenhos, quatorze portos e uma média de novecentos e setenta e oito escravos, por volta do século dezoito. A freguesia que se constituiriam o primeiro distrito ainda tinha em seu quadro natural área extremamente embrejada e poucos eram os caminhos terrestres, logo, toda a circulação dependia das embarcações (SOUZA, 2002).

Devido à escassez de dados é difícil localizar com precisão a localização exata desses portos e engenhos, porém eles são interessantes para pensar do ponto de vista da circulação. Em virtude da base econômica implantada, era necessário deslocamento para a produção, não só desse gênero, como também de seus derivados, como a aguardente. A quantidade de rios e o número de portos não só na freguesia de São João Batista do Meriti, mas em todas as outras que formariam posteriormente o município de Duque de Caxias: Santo Antônio do Jacotinga; Nossa Senhora do Iguaçu e Nossa Senhora do Pilar, deixam claro como eram utilizadas intensamente as vias fluviais e o transporte marítimo. O mapa que segue mostra a forte presença dos rios no território, que futuramente se transformaria em Duque de Caxias.

MAPA 3: O primeiro distrito de Duque de Caxias



Fonte: Assessoria de Planejamento e Orçamento da PMDC.

Já a ascensão do ciclo do ouro não acarretou um verdadeiro crescimento para essa área por dois motivos: primeiramente, a passagem do ouro era realizada pelo rio Pilar, localizado hoje no segundo distrito do município; e, posteriormente, novos caminhos terrestres foram sendo descobertos, afastando os fluxos de passagem para outras freguesias. Assim, nessa fase Meriti não se tornou um importante centro de circulação econômica para o Rio de Janeiro. Contudo, fatores socioeconômicos mudaram essa realidade com o decorrer da história caxiense. A análise da historiadora Marlúcia Santos, pontua através dos séculos de que forma os ciclos econômicos se localizaram nas freguesias e, conseqüentemente, como afetaram o deslocamento e a intensidade da circulação.

“Durante todo o processo histórico da região, podemos observar a estrutura econômica implementada e os deslocamentos realizados em suas fronteiras. Enquanto nos séculos XVI e XVII a economia se centrava na produção açucareira situada na parte leste das sesmarias (Freguesias de Pilar, Santo Antonio de Jacotinga e Meriti, onde hoje se localiza o município de Duque de Caxias, na época, as áreas mais próximas do Porto do Rio de Janeiro), no século XVIII a principal sub-região ficava a Noroeste (Freguesia de Estrela), na área de escoamento do ouro oriundo de Minas Gerais” (SOUZA, 2002 p.24).

Analisando as transformações ocorridas no espaço caxiense, e em toda a Baixada da Guanabara, condicionadas pelos meios de transporte, podemos adotar a teoria do meio técnico de Milton Santos para apreender uma parte da geografia histórica deste território, pois a rede de transportes se constitui de um sistema de objetos, gerados para atender a necessidade de cada meio técnico:

“Todavia, esse processo não significou a implementação de próteses nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica, pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais. Todavia a natureza comandava, direta ou indiretamente, as ações humanas. A precariedade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía o corpo do homem como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, e ainda aqui a natureza triunfa e o homem se adapta” (SANTOS & SILVEIRA, 2004.p.29).

A ausência de técnicas para dominar essas vias de circulação prejudicavam consideravelmente a acessibilidade, seja do transporte de cargas ou da população. Aqui o homem encontrava-se submisso à rigidez dos acessos disponíveis, e poucas mudanças conseguiam ser implementadas nos espaços naturais para a melhoria de sua mobilidade, caracterizando um período – o pré-técnico.

Entretanto, fatores socioeconômicos mudaram essa realidade com o decorrer da história caxiense. Um novo padrão técnico foi imposto pelo modelo econômico de exportação, agora através do ciclo do café. Assim, uma série de transformações sucederam-se, alterando radicalmente a estrutura desse espaço. O homem passa a impor suas técnicas diante da natureza, e os rios, vias de acessibilidade que pareciam aos homens tão valiosos, foram progressivamente adquirindo uma importância secundária na rede de transporte até se tornarem praticamente insignificantes.

O Início da Mecanização do Território: A Rede Ferroviária.

Com o decorrer do tempo, mudanças na conjuntura nacional e internacional iriam enfraquecer a importância da Baixada da Guanabara como um importante centro fornecedor de alimentos para o Rio de Janeiro. Com a decadência da mineração e ascensão do ciclo econômico do café, houve necessidade de aumentar a velocidade do escoamento da produção do Vale Paraíba e assim um novo padrão de transporte através dos avanços da técnica foi imposto: a locomotiva a vapor, símbolo da revolução Industrial na Inglaterra.

Os homens de negócio da Baixada Fluminense, empenhados em vencer as dificuldades impostas pelo meio natural, lançam-se a arquitetar modificações no transporte de carga, na busca de atenuar o ímpeto da natureza. Soares (1962) assinala claramente nesta passagem:

“A necessidade de livrar o crescente tráfego de mercadorias e, acima de tudo o café, das inconveniências ligadas ao transporte fluvial, como a dependência da maré nos baixos cursos, o baixo nível das águas no tempo das secas, constante entulhamento do rio e canais, levaria os homens esclarecidos da época a pensar na possibilidade de construir estradas de ferro que chegassem até o pé da serra” (SOARES, 1962, p. 166).

Em 1854, Barão de Mauá inaugura a primeira estrada de ferro do Brasil em terras da Baixada da Guanabara, denominada “Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis” ou simplesmente como ficou conhecida “Estrada de Ferro Mauá”, que tinha como percurso a Estação de Guia de Pacobaíba, na praia de Mauá até a Raiz da Serra da Estrela. No Rio de Janeiro e em especial na Baixada da Guanabara são implementadas várias ferrovias cortando todo o território, no qual tem o capital estrangeiro grande participação.

Nesse momento, inicia-se a transição do meio pré-técnico para o meio técnico, o homem dominando a técnica começa a impor o seu tempo à natureza, um tempo que precisa ser veloz para atender às necessidades da produção. Nesta ocasião, o homem passa a compor o território de vários sistemas de engenharia, ou seja, o território passa a ser construído com um crescente conteúdo de ciência. O fim do século XVIII e sobretudo o século seguinte veem a mecanização do território (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

A circulação produzida pelo ciclo do café foi tão intensa que as Vilas na Baixada da Guanabara viveram nesse período o auge de sua prosperidade, destacando-se Iguazu, Estrela e Magé, tendo como única importância: a circulação. As Vilas apresentaram um fluxo de pessoas e mercadorias antes nunca visto em sua história, pois agora existia uma incipiente integração da rede fluvial com as estradas de ferro, trazendo para essas áreas o entroncamento desses transportes e tornando-se, assim, áreas de parada obrigatória. Ainda sobre a região, a autora Figuerêdo (2004), continua:

“A monocultura cafeeira desenvolvida no plantio resultou para a Baixada Fluminense no surgimento de aglomerações populacionais fixadas no ponto de encontro entre as vias de circulação aquática e terrestre; houve a intensificação e abertura de novas estradas vinculadas com aquelas oriundas no período do Ciclo do ouro; aparelhamento para armazenagem e transporte regular de mercadorias volumosas; grande fluxo de pessoas; proliferação de vários portos fluviais ao longo dos rios que deságuam na Baía de Guanabara e conseqüentemente a elevação de determinadas localidades a categoria de vilas em decorrência do ciclo cafeeiro” (FIGUERÊDO, 2004, p.6).

Entretanto, essa prosperidade não se sustentará, pois as estradas de ferro que pareciam trazer consigo o progresso tiveram um efeito contrário em grande parte da Baixada da Guanabara. Agora, as próteses implementavam-se no território, as estradas de ferro foram transformando-se nas principais vias de circulação da Baixada da Guanabara que, por descompasso das técnicas, contribuíam para o assoreamento dos rios através de aterros ou retilinação, causando um grande desequilíbrio ambiental que abateu a região. Os terrenos adjacentes aos rios começaram a virar pântanos ou áreas de brejos, trazendo ainda o impaludismo que assolou toda a região.

Outras mudanças de ordem econômica e social também atingiram o país e, conseqüentemente, a Baixada. Contudo, sendo toda a produção agrária e, principalmente, a limpeza e o transporte nos rios baseados no trabalho escravo, a libertação destes foi um golpe para a região. O desmatamento gerado pelo corte de lenha, que na antiga freguesia de Meriti era uma forte base para produção econômica e para a plantação das culturas alimentares de exportação, inclusive a plantação de cana de açúcar, ocasionou um solo degradado, gerando baixas na produção de alimentos. Assim, a região passou a ser somente uma zona de passagem rápida. As aglomerações do recôncavo agonizavam com o estabelecimento das ferrovias e a crise econômica (SOARES, 1962, p.167).

No entanto, com a freguesia de Meriti ocorreu algo diferente do restante da Baixada da Guanabara. Até meados do século XIX, era uma grande área em declínio, devido ao impaludismo causado pelo abandono dos rios e condições insalubres de vida como a falta da água chegando a receber o apelido de Meriti do Pavor. Destacavam-se com alguma atividade apenas os portos da Chacrinha na Baía de Guanabara, o da Pedra e o Pico do Bento ambos no Rio Meriti, ainda assim com um baixo escoamento de produtos como lenha e carvão (TORRES, 2004, p.162).

A pouca acessibilidade aliada à falta de saneamento básico nessa região mostrou-se um grande problema, pois os rios estavam cada vez mais entulhados e muitos dos caminhos encontravam-se permanentemente embrejados. Não obstante, será novamente um meio de transporte que trará nova orientação ao território caxiense. No final do século XIX, quando as demais áreas estavam em franco declínio iniciavam-se as obras da construção da estrada de ferro que acarreta uma mudança estrutural no espaço, pois o padrão de ocupação acompanhará uma nova lógica, disposta por novos modelos de transporte.

O trecho da estrada de Ferro Leopoldina Railway, que foi construída para fazer a ligação da cidade do Rio de Janeiro até a região serrana de Petrópolis, chegou às terras de Meriti, no dia 23 de abril de 1886, através do melhoramento das técnicas e sistemas de engenharia, que foram implementados no território. Os trabalhos de edificação dessa ferrovia exigiram extensos aterros que impactaram seriamente os rios. Tratava-se do momento da mecanização do território brasileiro SANTOS (2005). As palavras do autor Almicar Gramacho situam bem a mudança no panorama nacional.

“[...] uma das grandes conquistas tecnológicas daquele período, que veio trazer enormes impactos na vida das pessoas e na organização das cidades. Para o Brasil significou

o fim da predominância dos meios marítimos e fluviais que tinham condicionado todo o anterior processo de ocupação do território” (GRAMACHO, 2006, p.2).

Os trabalhos de implementação da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, iniciaram-se em 1882. Logo após dois anos, no dia 28 de fevereiro de 1884, foi inaugurada a estação de Meriti (futura estação de Duque de Caxias), contudo os trabalhos continuaram até o entroncamento da sua linha em Inhomirim. Dessa forma, a estrada de ferro passou a orientar a ocupação e a condicionar diretamente a morfologia urbana da cidade. O primeiro registro de loteamento em Meriti apresenta o ano de 1918, e foi realizado pelo engenheiro Furquim Mendes, que dividiu áreas ao longo da via férrea entre as ruas Pinto Soares e Manoel Reis. No ano de 1922, aparecem os primeiros loteamentos que se constituíram em bairros. O primeiro foi o do Centenário (antigo sítio da Jaqueira); depois os do Itamarati (atual Itatiaia) e o Parque Lafaiete (TORRES, 2004).

Diferentemente do processo de ocupação do município de Nova Iguaçu, que se estabeleceu principalmente através do retalhamento das antigas áreas de plantio da laranja, as áreas pertencentes ao município de Duque de Caxias se encontravam em tal estado que as condições sanitárias não possibilitavam o devido plantio dos laranjais (SOUZA E JÚNIOR, 1996). Destarte, foram os meios de transporte que se constituíram como principais agentes na orientação dos loteamentos, destacando o papel estruturador da linha férrea. Apesar de a ferrovia estabelecer uma orientação linear na ocupação juntamente com as vias de circulação secundárias, acabou permitindo uma ligação mais alastrada pelo território.

Apesar de as ferrovias atenderem uma demanda regional, é interessante observar que a cidade aproveitou o transporte para deslocamentos intra-urbanos (VILLAÇA, 2001). Essas vias tiveram um papel significativo na constituição dos novos núcleos de povoamento, visto que as estradas principais, não constituíam margem para a ocupação da população pobre devido a especulação imobiliária que começa a se instalar no município. Nas palavras de Soares ratifica a importância dessas vias:

“São essas vias secundárias estaduais ou municipais que, irradiando-se a partir das estações das estradas de ferro, possibilitam a ocupação de amplas áreas internas. Estabelecem elas, também ligações entre vários pontos de linhas ferroviárias diferentes” (SOARES, 1962, p. 171).

No início do século XX, depois da chegada do trem, outros fatores impulsionaram melhorias na área hoje pertencente ao município de Duque de Caxias. O grande marco inicial foi o processo de saneamento básico da Baixada através do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), que amenizou o padrão de insalubridade, drenando os terrenos pantanosos, o que retrocedeu o percentual de endemias, permitindo a incorporação desses terrenos à metrópole em formação. Contudo, a capital do país iniciava seu surto industrial e o fluxo originário do êxodo rural começava a se intensificar. O Rio de Janeiro passaria a receber uma população além da sua capacidade de absorção. Assim, a Baixada da Guanabara mais uma vez se tornaria um território importante, agora não mais com a vocação de área agrícola, mas como área para abrigar esse intenso fluxo migratório (TORRES, 2004).

A essa altura, o futuro município de Duque de Caxias passa a sofrer os efeitos dessas mudanças nacionais e regionais. Em 1910, tinha uma população de 800 habitantes e no ano de 1930, um total de 28.756 habitantes (SOUZA E JÚNIOR, 1996). Dessa forma processou-se uma rápida transformação política. No ano de 1931, o Interventor Federal Plínio Casado elevou o local a oitavo distrito de Iguaçu. Outros acontecimentos e melhorias nas condições de infra-estrutura foram aumentando o prestígio do local. Crescendo rapidamente e com uma população de aproximadamente 99.987 habitantes, no ano de 1943, Duque de Caxias se emancipa, tornando-se um município autônomo.

A Rede de Ônibus no Norteamento da Ocupação do Primeiro Distrito de Duque de Caxias.

Seguindo a inexorável transformação no espaço, Duque de Caxias passa novamente a sofrer influência de um novo tipo de transporte: o ônibus; que trará mudanças fundamentais na mobilidade da população (flexibilizando-a) e na forma-aparência da cidade. No ano de 1932, foi inaugurada a primeira linha de ônibus no município que fazia o percurso intermunicipal Caxias – Penha. Somente em 1937, foi implementada a primeira linha intra-urbana com percursos no Parque Lafaiete, logo depois os bairros Centenário e Itatiaia passaram a ser atendidos por linhas de ônibus. Aos poucos, as redes de ônibus passaram a adentrar o território (LAZARONI, 1990).

De acordo com Villaça (2001), à medida que uma cidade cresce, o potencial de flexibilidade do transporte rodoviário acarreta uma tendência. No momento em que linhas com itinerário de vias interurbanas se estabelecem na cidade, como o exemplo da linha Caxias – Penha no município de Duque de Caxias, estas acabam servindo ao transporte intra-urbano, através, simplesmente, do ponto de parada (VILLAÇA, 2001). Contudo, as linhas de ônibus não tiveram o mesmo poder centralizador na ocupação dos loteamentos que a estrada de ferro. O motivo seria a especulação imobiliária que tornava os preços dos terrenos próximos às estradas principais caros para a população de baixa renda que se instalava no local. Somente as fábricas ou residências de luxo ali se instalavam, nesse primeiro momento da ocupação. Dessa forma, processava-se uma ocupação “espaçada”. Assim, a rede de ônibus facilitaria o transporte de passageiros para as áreas mais distantes ou a vias secundárias, e que utilizavam lotações ou pequenos ônibus para realizar esses trajetos (SOARES, 1962).

Após a década de 1930, com o advento da industrialização e a urbanização, tem-se início o crescimento de um mercado interno e a intensificação da expansão do sistema rodoviário. O espaço agora seria estruturado através da lógica da fluidez, ampliando-se a rede de transporte. Desta maneira, o homem passa a impor a cada momento técnicas mais sofisticadas ao território na tentativa de minimizar o tempo e os espaços percorridos. Caminha-se para um novo período: o técnico-científico-informacional, devido, inclusive a imposição da lógica do rodoviário implementada pelos governos principalmente após a Segunda Guerra mundial. Assim os trens se tornaram um meio de locomoção apenas para grandes distâncias e para a classe de baixa renda, e o sistema rodoviário tornar-se-ia o carro-chefe dos transportes no país (XAVIER, 2000).

Não obstante, o transporte sobre rodas teria uma vantagem inerente. Afinal, o fato dos transportes sobre trilhos se caracterizarem por uma enorme rigidez, comprometeria o crescimento espalhado dos subúrbios, que se formaram de forma precária e com poucos investimentos por parte do Estado, principalmente em infra-estrutura. Nas palavras de Duarte:

“[...] as especificidades desse meio de transporte mostraram-se tão ou mais adequadas às características do processo de ocupação suburbano nos anos 50... Como é sobejamente reconhecido, não houve qualquer planejamento na urbanização dos subúrbios. As empresas de transporte sobre trilhos, por outro lado, teriam dificuldades muito maiores para adaptarem-se sem comprometer suas características operacionais e o retorno financeiro para os seus controladores (quando privadas). Assim, apenas o ônibus/lotação, com seu baixo custo operacional e grande número de paradas, estava habilitado a oferecer uma densa rede de linhas de curta e média extensão, capazes de viabilizar a ocupação dos espaços interferroviários, alguns dos quais esparsamente povoados” (DUARTE, 2003, p.96).

No seguimento do texto o autor continua:

“Outro aspecto a ser levantado é o reduzido investimento inicial necessário ao empreendimento... Em outras palavras, era possível iniciar o serviço a partir de um pavimento de terra e, a medida que o fluxo de tráfego aumentasse, seria possível a gradativa implantação de revestimentos de melhor qualidade e maior custo. Já o transporte sobre trilhos requer um investimento inicial muito maior pois desde o início da operação há a necessidade implantação de completa infra-estrutura” (DUARTE, 2003,p.97).

Continuando a análise sobre a estruturação do espaço caxiense pela rede de transporte mostra-se pertinente fazer referência a uma entrevista ao jornal “O tópic”, no dia 05 de agosto de 1958. Nesta, o morador José Luiz Machado, conhecido por “Machadinho”, registra seu depoimento sobre a cidade e mostra como se iniciaram os primeiros caminhos pré-rodoviaros do primeiro distrito de Duque de Caxias:

“A rigor, não havia ruas em Meriti, apenas precários caminhos. As principais vias de acesso não eram mais que meras estradas de chão batido, eram: a estrada da Freguesia Velha, atual Avenida Nilo Peçanha; Estrada da Covanca, que começava na Estrada da Freguesia Velha e terminava no porto da Chacrinha; depois de passar pelo sítio da Jaqueira (hoje Centenário), atualmente constituído pela Rua Mauriza e Estrada da Várzea; Estrada do Sarapuí Pequeno, atual Avenida Duque de Caxias; Estrada de Engenho, ligando o porto do Engenho à Fazenda do Pau-Ferro, hoje a Avenida presidente Vargas; Estrada do Pau-Ferro, que ligava a estrada do Sarapuí Pequeno, atual Avenida Duque de Caxias ao caminho da Trairaponga, depois de passar pela Jaqueira (Centenário) até a Chacrinha” (MACHADO, 1958).

Apesar de o depoimento ser permeado pela subjetividade do depoente e não ser uma fonte institucional, ainda sim é um registro de grande relevância histórica e geográfica. Além disso, devido à escassez de registros ou fontes bibliográficas que tratem desse tema em específico, encontra-se, nesse registro, informações significantes a respeito das principais avenidas e ruas do centro de Duque de Caxias, que já naquele momento, representavam um papel norteador na circulação de Duque de Caxias.

Entretanto, uma obra representaria o novo momento vivido pelo município. A atual Rodovia Presidente Kennedy surge da necessidade de estabelecer uma ligação que, passando pela Baixada Fluminense, ligasse o Rio e Janeiro a Petrópolis. A primeira tentativa havia sido a construção da Rodovia Automóvel Clube, que, devido a problemas em sua estrutura que incapacitavam o escoamento da água das chuvas, logo foi degradada. Assim, através do decreto federal de 1927, surgiu a possibilidade da construção de uma nova rodovia, que atravessa o futuro município de Duque de Caxias. Por ter esse mesmo destino de interligar Petrópolis com a capital, ficou também conhecida na época como Rio – Petrópolis, hoje um dos principais corredores viários do município (TORRES, 2004,).

A necessidade de moldar o espaço de acordo com esse novo período exigia a implementação de técnicas elaboradas. O fato de essa porção do território ser extremamente embrejada dificultava a construção da estrada. Uma seqüência de estudos e traçados acompanhou a construção da obra. Apesar das chuvas torrenciais que inundaram o local e paralisaram a construção por mais de três meses e o impaludismo que assolou os trabalhadores, ainda assim a Rodovia encontrava-se pronta depois de quatorze meses. No ano de 1928, foi inaugurada e recebeu elogio de inúmeros engenheiros. Na inauguração as maiores autoridades da época transitaram nela e foi considerada por muito tempo a melhor estrada da América do Sul (TORRES, 2004).

A construção dessa rodovia mudará completamente o espaço caxiense, atraindo para seu redor a instalação de fábricas, casas e dando origem posteriormente, a bairros como Gramacho, Centenário, entre

outros. Caracterizando-se diferente, a Rodovia Washington Luiz, que é outra via importante para o município, pois se expressa pela variedade de empresas dos mais diversos setores industriais, tendo em seu entorno a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). O fato de estar ligada à outra rodovia importante para o estado à Avenida Brasil torna-a uma auto-estrada de intensa circulação da produção interna.

Apesar do crescimento populacional vertiginoso, que atinge uma população de aproximadamente 243 mil habitantes em 1960, até esta década o município não passava de um subúrbio dormitório. Esse contingente populacional era composto em sua maioria pelo por imigrantes vindos de outras regiões do país, que por não encontrarem condições de residir na capital, vinham para Duque de Caxias na esperança de moradia nesse município, o emprego era garantido através das viagens feitas para o centro, pois a linha férrea possibilitava não o aproximamento do centro ao seu subúrbio, mas o distanciamento da moradia da população de baixa renda dos seus locais de trabalho e dos grandes centros comerciais locais privilegiados das elites.

O sistema de transporte da cidade, apesar da expansão, era precário e não acompanhava a explosão populacional na qual o município se encontrava. Nos horários de maior movimento os trabalhadores encontravam dificuldades para se deslocar tanto de trem como de ônibus. Filas, esperas, atrasos e condução lotada eram rotina diária. O autor Stélio Lacerda descreve a situação dos ônibus da cidade:

“A principio eram as lotações (coletivos menores, com capacidade para trinta passageiros, com frente abaulada). Depois vieram os ônibus. Tanto num como noutro, criou-se a fama de excessiva velocidade imprimida aos veículos por seus condutores... Era uma guerra pegar o ônibus na hora de grande movimento, já que não se tinha o habito de se respeitar as filas, sendo comum a presença de policiais na tentativa de por ordem” (LACERDA apud LACERDA, 2001, p23).

Com o desenvolvimento da industrialização no país e pela localização de Duque de Caxias, a capital, passa a receber uma série de indústrias de grande porte, como a FABOR, REDUC, a Fábrica nacional de motores (FNM), fazendo circular em seu território um significativo capital. Entretanto, com a expansão das vias de transportes e com um governo municipal aquém das necessidades de melhorias urbanísticas, o primeiro distrito do município foi intensamente retalhado, sendo dividido em 32 loteamentos, sem nenhum planejamento ou estrutura para dar suporte ao desenvolvimento urbano do local, muitos construídos na Rodovia Presidente Kennedy e Washington Luiz (LACERDA apud TORRES, 2004).

Com a pouca atuação do Estado em melhorias nas áreas sociais e após a ditadura militar o município atravessa alterações em seu cotidiano. Uma marca desse período são os grupos de extermínio e as máfias, incluindo as dos transportes (SOUZA E JÚNIOR, 1996). Com o passar das décadas, Duque de Caxias pouco avançou, em muitas questões sociais, e entre elas, na qualidade do transporte. Apenas os bairros mais próximos ao centro apresentaram maior oferta de ônibus tendo mais possibilidades de deslocamento. Entretanto quanto mais afastado de centro da cidade mais se torna precário o serviço. Infelizmente, essa é uma marca que o município não perdeu e percebem-se os mesmos problemas na qualidade dos transportes até os dias atuais.

Considerações Finais

Os rios e trilhos, embora em diferentes momentos históricos, constituíram os primeiros traçados na orientação dos núcleos de povoamento urbano da Baixada Fluminense. Posteriormente, a rede de ônibus imprimiu na paisagem novas orientações no traçado do povoamento através da flexibilização das vias. Nesse momento final do trabalho é importante salientar algumas considerações, que, à luz da pesquisa se fizeram apresentar.

A circulação não só em Duque de Caxias, mas na Baixada Fluminense como um todo, sempre foi orientada para o transporte de cargas (devido aos vários ciclos agrícolas) ou para os deslocamentos interurbanos com destino para o Rio de Janeiro. Sabemos que na história do Rio de Janeiro poucos foram os investimentos nas áreas periféricas e um deles foi a construção de grandes eixos rodoviários, não para facilitar a vida da população em seus percursos para a capital, mas para atender a lógica do capital, pois o Distrito Federal passa por uma crise de alimentos e precisava melhorar a circulação dos produtos (ABREU, 1997). A respeito das ferrovias Villaça salienta o mesmo discurso:

“Nossas ferrovias foram construídas para atender a uma demanda regional de transportes. Não foram construídas para o transporte de passageiros” (VILLAÇA, 2001, p.81).

O que encontramos são grandes, rodovias de orientação regional, mas não para deslocamentos intra-urbanos; são os usuários dos transportes urbanos que usufruem dessa possibilidade para garantir maior poder de mobilidade. Novamente recorremos ao autor Villaça: “Ocorre com uma rodovia que, ao longo do seu percurso, oferece possibilidade de concretização de transporte urbano de passageiros”. Mais a frente continua:

“À medida que a cidade cresce, ela se apropria e absorve os trechos urbanos das vias regionais, como no caso de rodovias antigas, que com o tempo, se transformaram em vias urbanas” (VILLAÇA, 2001, p.82).

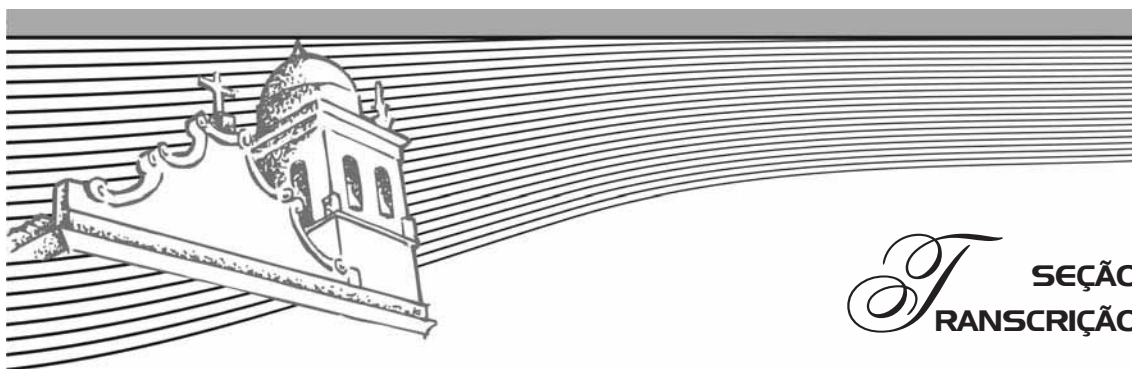
Assim, em nossa história pouco se fez para melhoria dos transportes nos espaços intra-urbanos, nossa geografia ficou deficiente, pois nossos caminhos não possibilitam os melhores deslocamentos, apresentando cidades com trânsito caótico e deslocamentos muitas vezes confusos e com pouca integração entre os bairros. Dessa forma, a preocupação com os deslocamentos intra-urbanos e o planejamento se mostram recente tendo equivalência com o processo de emancipação dos municípios da Baixada Fluminense criação de suas respectivas secretarias de transportes. O autor Lessa, ao analisar a história do Rio de Janeiro, também afirma que

“A ocupação territorial dos subúrbios não foi objeto de qualquer planejamento urbano, o que no futuro trará difíceis problemas para a articulação com a cidade do motor a explosão. Entretanto foi perfeita sua articulação com a ferrovia” (LESSA, 2001, p. 142).

Não poderíamos fazer uma discussão sobre a história dos transportes sem entender o papel modelador que a rede de transporte possui no espaço intra-urbano. Mais de duzentos anos se passaram por meio da estruturação no espaço caxiense através dos transportes. À medida que ocorrem mudanças nos períodos históricos do Brasil, ocorrem também mudanças nos padrões dos meios de circulação, às quais vêm contribuir para as transformações sócio-políticas no município. Nesse trabalho, tentamos de forma incipiente entender o desenvolvimento da rede de transporte no processo de constituição do município em tela.

Bibliografia

- BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M.T.S. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro, Coleção biblioteca nacional, 1995.
- GRAMACHO, Amílcar. A Ponte da Discórdia: Uma disputa entre os barqueiros do rio Iguaçu e a ferrovia no final do século XIX. Revista Eletrônica da câmara Municipal de Duque de Caxias, 2006. Disponível em: <<http://www.>>. Acessado em: 08 de jan.2007.
- ABREU, Mauricio de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: editora IPLANRIO, 1997.
- DUARTE, Ronaldo Goulart. Sistema de transporte e a organização interna da cidade: uma retrospectiva sinótica. Geo Uerj Revista do de Geografia, n.º9, p.59-70, 1º semestre de 2001.
- FIGUERÉDO, Maria Aparecida de. Gênese e (Re)produção do Espaço da Baixada Fluminense. Revista Geo-Paisagem (on line) Ano 3, nº 5, Jan/Jun, 2004.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a Guanabara. Rio de Janeiro: serviço gráfico do IBGE, 1964.
- LAZARONI, Dalva. Esboço histórico e geográfico do município de Duque de Caxias. Rio de Janeiro: editora O livro Técnico, 1990
- NOSSA HISTÓRIA câmara municipal de duque de caxias. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.>>. Acessado em: 08 de jan.2007.
- PERES, Guilherme. Historia Fluminense um lugar no passado. Rio de Janeiro: editora IPAHB, 2007.
- _____. Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense: ensaio. Rio de Janeiro: editora IPAHB, 2000.
- _____. Coletânea estrada de ferro. Rio de Janeiro: editora IPAHB, [sem data].
- SEGADAS, Maria Therezinha Soares. Nova Iguaçu: Absorção de Uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. n.º2, p.3-108. abr.1962
- SOUZA, Marlúcia Santos; JÚNIOR, Roberto Pires. Terra de muitas águas. Rio de Janeiro, s/d, 1996.
- SOUZA, Marlúcia Santos. Escavando o passado da cidade: historia política da cidade de Duque de Caxias: 2002. Dissertação (Pós-Graduação em Historia Moderna e Contemporânea- Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro).
- SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. São Paulo: editora Universidade de São Paulo, 2005
- SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, Milton. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: editora Record, Rio de Janeiro, São Paulo, 2000
- TORRES, GÊNESIS. Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política: editora IPAHB, Rio de Janeiro, 2004. Rio de Janeiro: editora IPAHB, 2007.



Alexandre dos Santos Marques¹
 Rogério Torres²
 Tania Maria da Silva Amaro de Almeida³

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e demais instituições que abrigam documentação, visando à preservação das informações das fontes primárias - documentos sobre suporte papel, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

“A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.”⁴

Transcrevemos, nesta edição, a **Carta Cultural da Baixada Fluminense** e as **leis estaduais** referentes ao **Dia da Baixada** – 30 de abril. A referida carta originou-se das conclusões de um encontro no ano 2000 que, também, deu forma ao Fórum Cultural da Baixada Fluminense. Este é uma entidade civil sem fins lucrativos, formado por um grupo de cidadãos, instituições e movimentos culturais interessados no desenvolvimento e pesquisa da cultura na região. O **Fórum Cultural da Baixada Fluminense**, em toda a sua plenitude tem a seguinte missão: 1) Defender permanentemente os valores culturais da Baixada Fluminense; 2) Divulgar a cultura da Baixada, em todas as suas manifestações e expressões; 3) Incentivar e apoiar a criação e difusão da cultura na região; 4) Criar e abrir espaços de interlocução entre artistas, produtores e organizações devotadas à cultura baixadense.

Nesses documentos estão mantidas a grafia e a redação dos originais.

¹Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ. Professor da rede municipal de ensino. Membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Secretário do Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias. Articulador regional da Ação Grô.

²Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor da rede pública estadual do Rio de Janeiro e municipal de Duque de Caxias. Sócio honorário e presidente da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

³Licenciada e bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio, Feuduc e da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

⁴Política de Preservação de Acervos Institucionais / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro, MAST, 1995.

CARTA CULTURAL DA BAIXADA FLUMINENSE

Reuniram-se no dia 09 de dezembro de 2000, no horário das 09 às 17h, no Campus da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ) no Bairro Vila São Luís em Duque de Caxias, sob a Coordenação do PINBA (Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense) e do IPAHB (Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense), com a presença de 78 (setenta e oito) agentes culturais, representando os mais diversos setores do universo cultural da Baixada Fluminense, tais como: Teatro, Música, Literatura, Folclore, Artesanato, Imprensa, Pesquisa Social, Ecologia, Artes Plásticas, etc, em torno da chamada inicial "Quem é quem no cenário cultural da Baixada Fluminense".

Primeiramente, é necessário definir que esta região hoje é composta dos municípios de Magé, Guapimirim, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri e Paracambi, que, somados, possuem uma população em torno de quatro milhões de habitantes, em um espaço aproximado de 4 mil Km².

Sua história liga-se à da Cidade do Rio de Janeiro, e esta cresceu e se tornou capital política, econômica, social, cultural e turística, graças à existência de uma grande baía e, no seu entorno, de uma grande malha hidroviária importante no seu passado. A seguir veio a ferrovia e hoje é cortada por duas grandes rodovias nacionais: a Presidente Dutra e a Washington Luiz. Mais recentemente foram completadas nos seus acessos pela Linha Vermelha e pela Via Light. Está em curso o projeto da rodovia que ligará pela BR 109 o Porto de Sepetiba, em Itaguaí, a Petrópolis, a Magé, a Teresópolis e ao restante do país.

O que se visualiza para a Baixada no decorrer do próximo século, além do desenvolvimento econômico, é sem dúvida a melhoria da qualidade de vida, alcançada como fruto das mudanças estruturais em nível sócio-econômico. Inevitavelmente estas melhorias já estão trazendo aumento das atividades de lazer, representadas, ainda, nas suas formas massificadas da vida urbana, pelas casas de espetáculos acopladas às casas de gastronomia. Observa-se total falta de infra-estrutura das atividades culturais para oferecer lazer e entretenimento de qualidade.

Com o objetivo de refletir sobre a cultura, várias tentativas foram feitas no decorrer desta década que ora termina. Por iniciativa do Estado foi motivada a criação do Fórum Estadual de Cultura, em nível do Estado e em nível Regional. Reuniram-se algumas vezes no início da década, no entanto, seus resultados foram infrutíferos. O último encontro do Estado com a região foi em abril de 1999, em Duque de Caxias. Naquele momento foi tirado um documento contemplando os anseios dos vários segmentos reunidos no SESI. Deste encontro nasceu a Carta da Baixada, "um documento-síntese" que reafirmou a convicção dos participantes no potencial dos artistas, pesquisadores, historiadores e promotores culturais locais, ao mesmo tempo que foram destacadas diversas diretrizes para nortear a formulação de uma política cultural para a região, entre elas: a criação de formas institucionais de interlocução entre o poder público e os agentes culturais locais; a promoção de ações que visem à qualificação profissional desses agentes; o resgate do patrimônio histórico e cultural dos municípios que compõem a região.

Em Ato do Secretário de Estado de Cultura, estabelecido pela Resolução nº 010 de 10 de fevereiro de 2000, foram ratificadas as reivindicações daquele encontro com nomeação da Comissão Intermunicipal da Baixada, tendo sido os nomes publicados em diário oficial no dia 11 de agosto de 2000.

Esta Comissão com prazo de um ano para proceder juntamente com os Órgãos Técnicos ao levantamento do Patrimônio Histórico-cultural, até o presente momento ainda não se reuniu por falta de iniciativa da própria Secretaria de Cultura. Tememos que seja mais um ato resolutivo, que não passe das intenções.

Neste sentido, os diversos segmentos culturais, apreensivos quanto aos destinos da cultura na Baixada Fluminense, resolvem reunir-se neste encontro para refletir democraticamente sobre questões pertinentes, buscar saídas e encaminhar sugestões. Nos grupos foram definidas algumas questões pontuais que vão abaixo elencadas.

Considerando:

1. Que o Patrimônio Cultural de nosso povo não tem recebido a devida atenção das autoridades públicas, ferindo princípios constitucionais;
2. Que a produção cultural ora tem sido vista como atividade de lazer, ora como fonte de renda das camadas carentes da população, sem projetos que façam crescer a consciência crítica sobre a cultura como fator de desenvolvimento de nosso povo;
3. A falta de espaços culturais públicos adequados ao desenvolvimento de atividades cênicas, circenses, conferências e grandes eventos;
4. Que a cultura tem sido vista pelos segmentos dominantes e elitizados da sociedade como privilégio dos mais ricos;
5. Que a cultura é um instrumento vivo da realização do cidadão como membro de uma comunidade;
6. Que o folclore (dança, folguedos e músicas) reúne manifestações profundas dos sentimentos dos diversos povos que ocuparam esta região e que por falta de apoio das diversas Secretarias de Cultura, encontra-se em processo de extinção;
7. Que o Patrimônio Histórico ao longo das últimas décadas deste século foi destruído sem que houvesse interesse em preservá-lo;
8. Que as fontes da história, entre elas, a escrita, a fotográfica, a arqueológica, a etnográfica e a antropológica, vêm sofrendo um processo de destruição, sem que a elas tenhamos acesso, seja por falta de pesquisa, seja por falta de divulgação, quer do Poder Público ou da iniciativa privada, já que é do Estado o dever constitucional de garantir o seu acesso e a sua preservação;
9. Que as políticas públicas em nível Federal, Estadual e Municipal, pouco têm feito no sentido de garantir a preservação e o acesso ao pouco que restou;
10. Que não se justificam tais entendimentos, haja vista ser a história uma ciência importante na formação de conteúdos para o adequado planejamento e desenvolvimento de projetos, numa Baixada que desponta como região promissora do Estado com consequência do crescimento do espaço urbano e econômico e, por que não dizer, de decisão política;
11. Que o grande patrimônio natural e ecológico como as serras (Mar, Órgãos, Gericinó e Medanha), as florestas nativas, os manguezais, os rios, o solo, sofreram ao longo da ocupação uma ação predatória e irresponsável.

Neste sentido propomos:

1. Que o conteúdo da história, da cultura e da geografia da Baixada seja incluído como conteúdo obrigatório nas Escolas do Ensino Fundamental, nas 4^a, 5^a e 6^a séries, em todos os municípios da região. Com este objetivo recomenda-se sejam feitas gestões junto aos conselhos municipais de educação, já em funcionamento, e junto ao Conselho Estadual de Educação;
2. Implantação, com caráter deliberativo, do Conselho Municipal de Cultura em cada Município;
3. Desmembrar a Cultura da Educação, dando status de Secretaria, nos municípios em que ainda não foram desmembradas;
4. Criação do Curso de Produção Cultural, de preferência em nível superior (extensão, graduação ou pós-graduação);
5. Assento no Conselho Estadual de Cultura de dois membros da Baixada Fluminense, sendo um institucional e outro da comunidade;
6. Que seja procedido em cada município o levantamento histórico, cultural e patrimonial, dentro de um processo de tombamento e conservação;
7. Que seja criada em cada município Comissão com o objetivo de levantamento, tombamento e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, incentivando a iniciativa privada a participar deste processo, visando a desenvolver o turismo histórico na região.

8. Em caráter de urgência sejam destinadas verbas para recuperação dos seguintes Patrimônios Históricos Arquitetônicos, que se acham em estado precário: Torre Sineira da Igreja de Nossa Senhora da Piedade Iguassú, em Nova Iguaçu; Fazenda São Bento, em Duque de Caxias; Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, em Magé; Estação Ferroviária de Guia de Pacobaíba, em Magé; Casa da Grota, em São João de Meriti; Fazenda do Brejo, em Belford Roxo; Fazenda São Bernardino, em Nova Iguaçu; Igreja do Pilar, em Duque de Caxias;
9. Que seja criada na Secretaria de Desenvolvimento da Baixada um Departamento de Patrimônio Histórico, com vistas ao Centro de Referência Histórica ou mesmo ao Museu da Baixada, que seja dinâmico, capaz de produzir todo o referencial de cidadania àqueles que aqui se fixaram ao longo dos séculos (Portugueses, Espanhóis, Italianos, Alemães, Judeus, Árabes, Sírio Libaneses, Japoneses, Afros e Indígenas e outros, além de gente de todas as regiões do Brasil).
10. Que sejam feitas pelas Prefeituras da região campanhas de doações para formação do acervo histórico, nas suas diversas fontes. Assim também, campanhas educativas de preservação do Patrimônio Histórico nas Escolas e na Sociedade.
11. Criação de uma Biblioteca Pública de porte em cada município da Baixada, de fácil acesso a todos os munícipes;
12. Fortalecimento nos municípios das feiras e dos espaços dedicados ao artesanato como fonte de produção cultural;
13. Criação no âmbito das Secretarias de Cultura de um Departamento dedicado ao Folclore Nacional e Regional, com intercâmbio entre os diversos grupos da Região e dos demais Estados da Federação;
14. Que as Prefeituras dos Municípios e Cidades da Baixada garantam efetivamente nas dotações orçamentárias um percentual mínimo de 3% para o desenvolvimento de Projetos Culturais, e que os mesmos sejam definidos pelas comunidades;
15. Criação do Consórcio Intermunicipal de Cultura, entre municípios que possuem identidade geográfica e de comunicação, que facilite os acessos, objetivando a criação de multiespaços culturais, visando ao desenvolvimento de megaprojetos;
16. Que as Universidades e Faculdades da Baixada motivem os seus alunos dos cursos de graduação e pós-graduação e nas diferentes áreas de conhecimento, a pesquisarem sobre a realidade da Baixada;
17. Que o setor público efetive concretamente o seu apoio na produção literária e científica;
18. Que seja incentivado o setor privado a apoiar as atividades de caráter cultural;
19. Conscientização do 3º setor (das ONGs) no sentido de desenvolver projetos independentes do setor público, entendendo-se que a cultura não pode esperar somente do Poder Público, ou a ele ficar atrelada;
20. Criação, nos municípios, de leis que venham a incentivar a cultura;
21. Que a data de 30 de Abril de cada ano seja comemorada como o DIA DA BAIXADA FLUMINENSE.

Justificativa: Esta data refere-se à inauguração da primeira estrada de ferro construída no Brasil, que ligava o porto de Mauá - Estação da Guia de Pacobaíba à região de Fragoso. A estrada de Ferro tornou-se um marco histórico da ocupação urbana, dando um novo perfil na ocupação do solo. Foi o fim dos portos fluviais, da navegação pelos rios e dos caminhos de tropeiros.

Dentro dos considerandos e propostas aqui apresentadas e relacionadas, as entidades, grupos e pessoas que produzem, divulgam e promovem todas as formas de cultura na região, que participaram do encontro (conforme livro de presença à disposição dos interessados), colocam-se ao inteiro dispor das Prefeituras e demais órgãos Estaduais e Federais, para colaborar na produção, divulgação e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Baixada Fluminense. Acreditamos acima de tudo em nossas potencialidades.

EFBF, Duque de Caxias, 09 de Dezembro de 2000.



**LEI Nº 3822, DE 02 DE MAIO DE 2002.
CONSIDERA A DATA DE 30 DE ABRIL DIA DA BAIXADA FLUMINENSE.**

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a data de 30 de abril considerada Dia da Baixada Fluminense.

Art. 2º - O Dia da Baixada Fluminense será comemorado obrigatoriamente em todas as escolas da rede estadual de ensino público e em todas as repartições públicas estaduais localizadas na região.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2002.

BENEDITA DA SILVA

Governadora

Projeto de Lei nº 2233/2001

Autoria: ALESSANDRO CALAZANS, ANDREIA ZITO, ARTUR MESSIAS, CHICO ALENCAR, DICA, JOSÉ TÁVORA, MANUEL ROSA – NECA

Data de publicação: 07/05/2002



**LEI Nº 5087 DE 18 DE SETEMBRO DE 2007.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES À LEI Nº 3.822, DE 02 DE MAIO DE 2002, QUE CONSIDERA
A DATA DE 30 DE ABRIL DIA DA BAIXADA FLUMINENSE.**

O Governador do Estado do Rio de Janeiro

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Na Lei nº 3.822, de 02 de maio de 2002, ficam incluídos os seguintes artigos, onde couber, renumerando-se os demais:

“**Art. 2º A** – A comemoração do Dia da Baixada Fluminense visa atender os seguintes objetivos:

I – celebrar os valores históricos, culturais e sociais dos municípios que compõem a Baixada Fluminense;

II – discutir os problemas da Baixada Fluminense para propor soluções, com a participação consciente de toda a sociedade;

III – simbolizar uma tomada de posição em defesa da Baixada Fluminense e de seus habitantes.

Art. 2º B – Na semana a que pertencer o Dia da Baixada, as escolas da rede estadual de ensino público desenvolverão atividades pedagógicas com as crianças, para que elas possam compreender a importância dessa região no contexto sócio-econômico e cultural do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º C – O Poder Executivo poderá realizar convênios e parcerias com as Prefeituras Municipais da Baixada Fluminense e entidades da sociedade civil organizada, para viabilizar a implantação desta Lei.”

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2007.

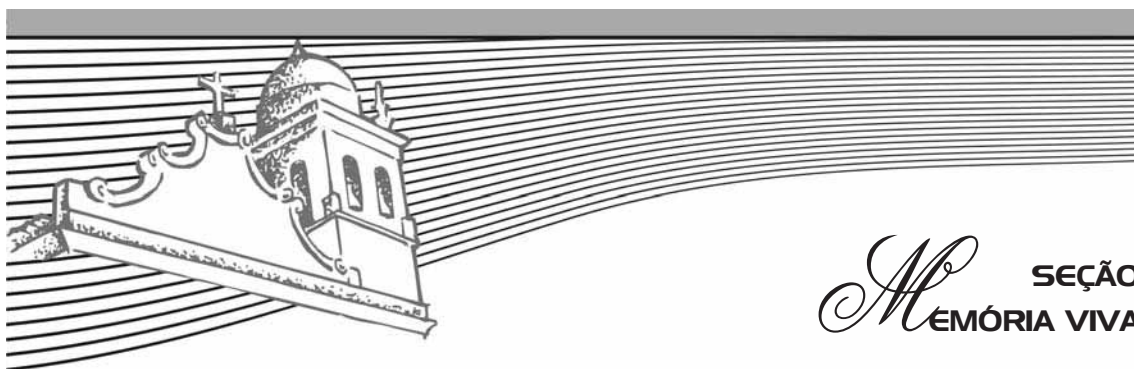
LUIZ FERNANDO DE SOUZA

Governador em exercício

Projeto de Lei nº 2414/2005

Autoria: ANDREIA ZITO

Data de publicação: 19/09/2007



Antonio Augusto Braz¹
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida²

A entrevista que segue traz aos leitores pequenos trechos do depoimento de Elizabete Bárbara da Costa, moradora a cinquenta anos do bairro Parque São Lucas, no município de Belford Roxo. Essa entrevista realizada no primeiro semestre de 2007 por um grupo de alunos do curso de graduação de História, da FEUDUC, é o resultado de um projeto desenvolvido pelo professor Antonio Augusto Braz, junto à disciplina “Introdução à História”, intitulado “História Urbana e Cotidiana dos Bairros da Baixada Fluminense”. Esse projeto teve início em 1995, junto aos alunos do terceiro e quarto períodos do curso e produziu, até meados de 2008, um robusto acervo focado na vida dos protagonistas mais simples da História da Baixada Fluminense. Homens e mulheres migrantes, recém chegados à região, que enfrentando enormes sacrifícios construíram suas vidas e de suas famílias. Trata-se então, com esta publicação, de prestar uma justa homenagem a esses anônimos e destacar esse precioso acervo de quase quatrocentos registros que foi construído com o talento e o esforço dos alunos do curso de História da FEUDUC. As entrevistas encontram-se arquivadas no Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense, localizado nas dependências da Faculdade, no bairro São Bento em Duque de Caxias.



ENTREVISTA

“Meu nome é Elizabete Bárbara da Costa e nasci em 16 de fevereiro de 1940 (...) eu vim morar aqui, eu morava no Parque Amorim.”

“Eu sou nascida em Caxias, nasci no Corte 8. Até meus oito anos fiquei jogada em Caxias. Meu pai não assumiu minha mãe(...) era tempo que mãe solteira não tinha colher de chá. Minha mãe ficou doente e ficou comigo muito tempo na rua. Até que uma família tomou conta da gente e aí nós viemos para

¹Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ. Professor da Unigranrio e da rede municipal de ensino. Sócio fundador e membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Titular da cadeira de História, Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico, Artístico e Cultural do Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias.

²Licenciada e bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio, Feuduc e da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

o Parque Amorim . Meu padrinho, Joaquim, comprou um terreno que era do seu Manoel Lucas. Por isso que hoje o bairro se chama parque São Lucas.”

“Onde hoje é o Clube Vale do Ipê era uma fazenda da falecida Clarice (...) mais ali era do seu Braga, Paulo Braga. Mas na frente onde vocês falam que é o Parque Amorim era o sítio do seu Gula. Aqui nessa baixada era onde os animais iam para o matadouro do Gramacho. Os animais ficavam aqui para engordar.”

“Quando eu comprei aqui eu morava ali em baixo, com meus padrinhos de crisma. Meu padrinho Joaquim e a minha madrinha Tereza. Saí dali com onze anos para o parque São Lucas onde cresci, casei e fiquei viúva. (...) a primeira casa que nós morávamos aqui era de sapapo, era de estuque que falava e coberta de sapê. Tirava o sapê dali de cima. Se você subir lá ainda acha sapê.”

“Trabalhei ali onde é esse campo do Vale do Ipê. Era uma roça da dona Maria Japonesa. Trabalhamos com dona Maria, primeiro no negócio de colher pepino. Agora onde é o clube era tudo da Maria japonesa.”

“Eu estou com sessenta e cinco anos. Vim para cá com dez, quase sessenta anos nessa mesma rua. Aqui noivei, aqui casei, aqui eu enviuvei. Casei de novo, mandei o marido embora e lá vou. Criei meus sete filhos, tenho dezessete netos, tudo assim na luta (...) Nós tínhamos parteiras, minha sogra era rezadeira e parteira. Tinha dona Loló também parteira. Parteira da pessoa ter o filho atravessado e ele fazer o serviço (...) a luz veio tem trinta anos (...) ônibus passava um quatro horas, tinha que sair daqui três e pouco. Quem ia de bicicleta levava o outro. Ai passava um ônibus cinco horas, outro cinco e meia depois só oito horas. Quem perdeu, perdeu.”

“Tinha festa lá no Amapá e a gente ia a pé. Tinha baile, pobre não deixava de viver. Curtia os bailezinhos da gente, a gente ia de tocha, minha sogra fazia aquela tocha de bambu com óleo. Eles iam cedo e eu chegava por último porque trabalhava em Botafogo. Chegava e ia pro sonzinho do cavaquinho”. “Eu com oito anos fui ser babá. Com treze eu não quis mais tomar conta de criança porque a gente sofria muito. Só podia vir em casa correndo trazer o dinheirinho e voltar para dormir com a criança. Babá antigamente não tinha colher de chá não. Ainda mais negra. Não tinha mesmo não. Eu nunca apanhei de patroa, se me batesse ela tava ferrada, mas tinha gente que apanhava. Minha mãe teve que fugir do serviço.”

“Nós não entrávamos dentro do Clube vale do Ipê. Negro só entrava para trabalhar pela porta dos fundos. Era assim, eu tenho testemunhas negras. As trabalhadoras pobres também não entravam. Não podia nem apanhar lenha naquela mata, só de madrugada. Tinha vigia com cachorro. Pegava o negro e colocava piche na cabeça.”

“Vou te contar uma história. Nós fomos num velório lá na Bacia, de um senhor. Ele morreu e o caixão foi comprado no Lote XV, tinha uma funerária lá. O coroa morreu e deram um banho no defunto, aquelas coisas. Arrumaram o defunto na mesa, aquele mesão. Ai quando foi meia noite saiu um café. Naquela época o pessoal fazia velório bebendo café, outros bebiam cachaça e comiam broa, rosca, essas coisas. Ai todo mundo comendo e de repente o velho levantou da mesa. Todo mundo saiu correndo, pularam por cima da família, arrebentaram o barraco (risos). Só a mulher dele ficou porque era velhinha e não agüentou correr (risos). Eu quando vi o defunto corri, voei (risos). Cheguei aqui rapidinho em dois tempos. Negro achava que agente ia ficar com o defunto? (...) Ai um mês depois fomos visitar ele de novo.

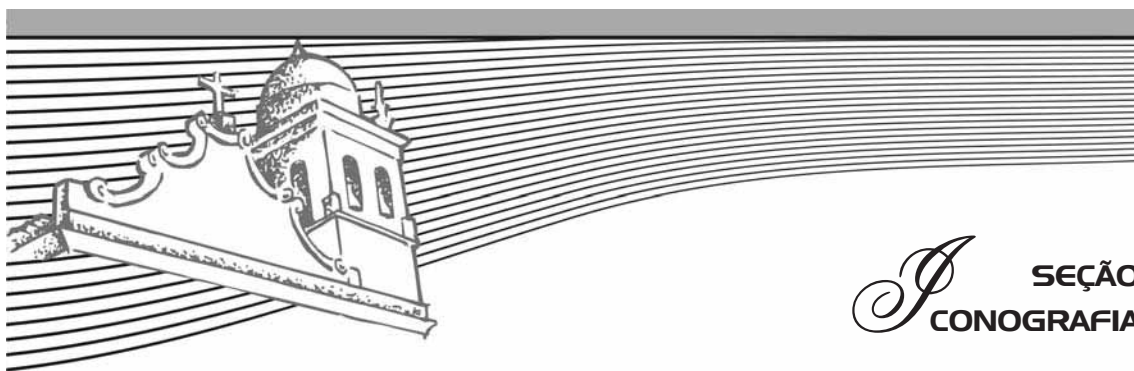
Ele tinha tido um piripaque. Igual um artista que foi enterrado vivo, não sei se vocês lembram disso, deram ele como morto.(...) Aí quando ele morreu de verdade eu nem fui,sei lá, ele poderia voltar de novo (risos).”

“Meu marido, não só o primeiro, mas o segundo também, vivia na pesca. Aquele rio ali, a água era limpinha, a gente pescava ali. Tinha tainha, cará, vários peixes, a gente não precisava comprar. O rio Iguaçu era limpo e o pessoal pescava muito nele. (...) A gente ainda viu onça por aqui. Eu estava com meus 11 para 12 anos e uma onça matou uma moça ali naquele pedaço. Era um buraco e a menina foi pegar lenha e a onça matou ela. (...) Mesmo depois de minhas filhas nascidas o Exército veio matar um casal de onça na mata do Vale do Ipê. Era mata mesmo, mata fechada. Juntava a mata do vale do Ipê com a mata do outro lado”.

“A gente usava remédio caseiro (...) para a gente ganhar neném, por exemplo, fazia óleo de mamona. Fazia pra cuidar do umbigo do neném. O meu primeiro eu tive em casa, fiquei com minha sogra e a dona Loló. Já na minha Ivanir eu fui de ônibus. Era para ela nascer no dia primeiro de abril e nada de nascer. Aí pegamos o ônibus. Quando chegou perto da usina de açúcar o moço me colocou numa kombi e me levou parar a Sandu. Minha filha nasceu na calçada(...) não deu tempo pra entrar . Se entrasse ela morria. Aí fiquei esperta, todos que vieram depois eu fui rápido pro hospital.”



A entrevista completa e mais outras quatro com moradores do mesmo bairro foram realizadas pelos alunos Carlos Augusto de Ávila, Corbiniano de Moraes Cordeiro, Leticia Guimarães Francisco, Luiz Carlos Farias, Márcia Cutia Vieira, Robson Maurício e Viviane do Nascimento Santos. A Revista Pilares da História parabeniza estes alunos pelo excelente trabalho e, por extensão, a todos os demais que, ao longo desses anos, deram sua preciosa contribuição para a construção desse acervo.



Esta seção tem como objetivo divulgar os documentos iconográficos que integram o acervo do Instituto Histórico e das demais instituições que abrigam esse tipo de documentação.



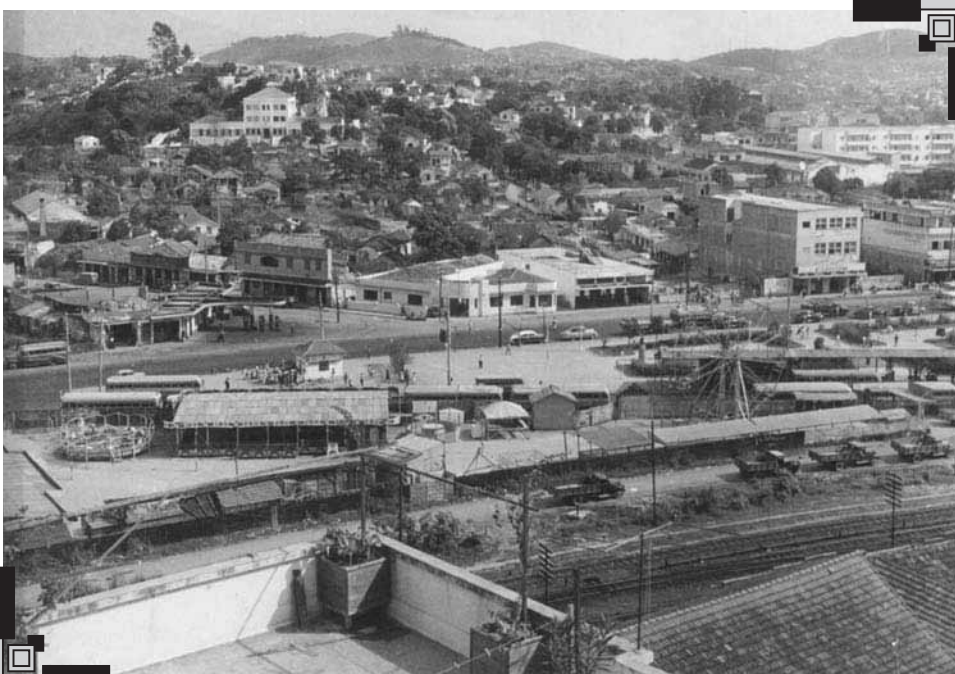
Estação Merity (atual Duque de Caxias), vendo-se Nilo Peçanha, presidente do Estado do Rio de Janeiro, 1916. Acervo Instituto Histórico/CMDC.



Estação Ferroviária de Merity (atual Duque de Caxias), anos 1920. Acervo Instituto Histórico/CMDC.



Aterro do Brejo, atual Praça do Pacificador, 1927. Acervo Instituto Histórico/CMDC.



Avenida Presidente Kennedy, vendo-se a Rua Manoel Telles e, ao fundo, o Colégio Santo Antônio, anos 1940/1950. Acervo Instituto Histórico/CMDC.



Vista da Estação de Caxias para o Banco da Lavoura (Banco Real, na atual Praça do Relógio) - anos 1930. Acervo Instituto Histórico/CMDC.



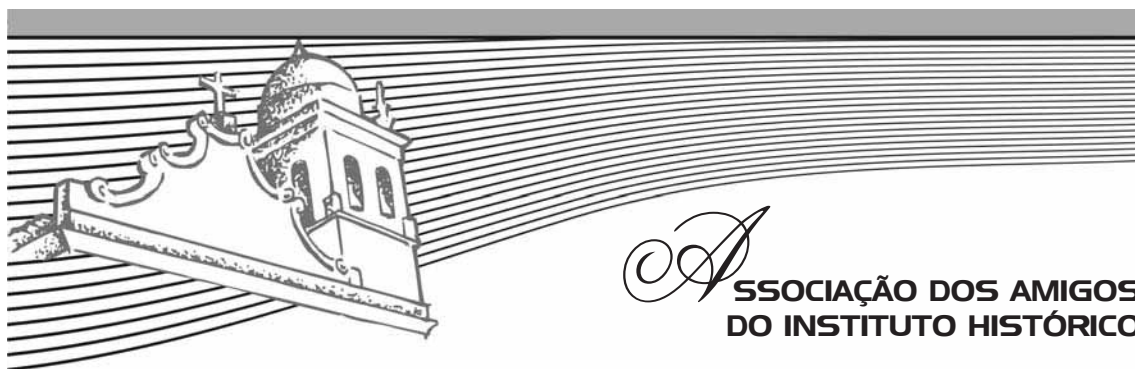
Avenida Presidente Kennedy, esquina com Avenida Nilo Peçanha, 1968. Acervo Instituto Histórico/CMDC.



Shopping Center, anos 1970. Acervo Instituto Histórico/CMDC.



Avenida Nilo Peçanha, vendo-se, à direita, o prédio do antigo mercado Casas da Banha (atual Lojas Americanas / prédio com pilastras), anos 1970. Acervo Instituto Histórico/CMDC.



A Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades adquirir acervo, buscar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto atualmente por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades semelhantes, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e a captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

**A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO
ESTÁ ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS.
VENHA PARTICIPAR!**

Segue relação com os nomes dos Conselheiros, dos Sócios Fundadores e Sócios Contribuintes da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

2009 / 2010

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

ROGERIO TORRES **Presidente**
PAULO MAINHARD **Vice-Presidente**
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
ARISTIDES MULIN
GENESIS TORRES
GILBERTO SILVA
GUILHERME PERES
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LAURY DE SOUZA VILLAR
STÉLIO LACERDA
AGRINALDO FARIAS
DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO
(Presidente da CMDC - membro nato)
ANA JENSEN
(Secretária de Cultura - membro nato)
MARIA DE LOURDES HENRIQUES TAVARES
(Secretária de Educação - membro nato)

Suplentes

MARLUCIA SANTOS SOUZA
ALEXANDRE MARQUES
BETO GASPARI
ANDRÉ OLIVEIRA
WASHINGTON LUIZ JUNIOR
ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
MARIA VITÓRIA S. GUIMARÃES LEAL
JOSUE CARDOSO
ROSA LEITE

CONSELHO FISCAL

Efetivos

MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO
NEWTON MENEZES
CARLOS DE SÁ BEZERRA

Suplentes

JOSÉ ROGÉRIO OLIVEIRA
ALBANIR JOSÉ DA SILVA
ODLAN VILLAR

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Executivo NIELSON ROSA BEZERRA
Secretário ANGELO MARCIO DA SILVA
Tesoureiro MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
Diretora de Pesquisa TANIA MARIA S. AMARO DE ALMEIDA (Diretora do Instituto Histórico - membro nato)



SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
 ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
 ANA MARIA MANSUR DA SILVA
 ANÍDIA SANTOS DA COSTA
 ANTENOR GOMES FILHO
 CLEINA MUNIZ COSTA
 EDELSON GAMA DE MENEZES
 FARID DAVID SÃO TIAGO
 GILSON JOSÉ DA SILVA
 GILVAN JOSÉ DA SILVA
 HABACUQUE BRÍGIDO DOS SANTOS
 INGRID JUNGER DE ASSIS
 JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
 JOSÉ CARLOS SILVA
 JOSÉ CARLOS CRUZ
 LAURECY DE SOUZA VILLAR
 LAURY DE SOUZA VILLAR
 LIGIA MARIA DE LUNA
 LUZIA LUZIETE DE OLIVEIRA LUCAS
 MAGDA DOS SANTOS JUNGER
 ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
 ROBERTO LIMA DAVID
 ROBSON GAMA
 ROSELENA BRAZ VEILLARD
 ROSELI LOPES GOMES SOUZA
 SÉRGIO LOCATEL BARRETO
 SILVANA CARVALHO DE BARROS
 SONIA CRISTINA DE SOUZA PAIS
 WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
 TELMA PATRÍCIA ALMEIDA DE SOUZA
 TELMA TEIXEIRA DE LIMA
 ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPTÃO
 ADILSON MOREIRA FONTENELLE
 ALEX DOS SANTOS SILVEIRA
 ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
 ALEXANDER MARTINS VIANNA
 ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
 ÁLVARO LOPES
 ANA LUCIA DA SILVA AMARO
 ANA LUCIA SILVA ENNE
 ANA MARIA DA SILVA AMARO
 ANILTON LOUREIRO DA SILVA
 ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
 ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
 ANDRÉ LUIZ VILLAGELIN BIZERRA
 ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
 ANTÔNIO JORGE MATOS
 ANTÔNIO JOSÉ PFISTER DE FREITAS
 ANTÔNIO MENDES FREIRE
 ARISTIDES FERREIRA MULIN
 AUZENIR GONDIM E SOUZA
 CARLOS DE SÁ BEZERRA
 CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS
 CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
 DALVA LAZARONI DE MORAES
 DINA SILVA GUERRA
 DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
 EDIÉLIO DOS SANTOS MENDONÇA
 EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
 EDUARDO DE SOUZA RIBEIRO
 ELISETE ROSA HENRIQUES
 EMÍDIO DA SILVA AMARO
 ERCÍLIA COÊLHO DE OLIVEIRA
 ERUNDINO LORENZO GONZALEZ FILHO
 EVANDRO CYRILLO MARQUES
 EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
 EUGÊNIO SCHIAMMARELLA JÚNIOR
 FÁBIO MARTINS RIBEIRO
 FÁBIO PEREIRA
 FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
 FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
 GILBERTO JOSÉ DA SILVA
 GÊNESIS PEREIRA TORRES
 GILSON RAMOS DA SILVA
 GIULIANA MONTEIRO DA SILVA
 GUILHERME PERES DE CARVALHO
 HERALDO BEZERRA CARVALHO
 HERMES ARAUJO MACHADO
 IRANI FONSECA CORREIA
 ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
 IVON ALVES DE ARAÚJO
 JOÃO HERCULANO DIAS
 JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
 JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
 JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
 JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
 JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
 LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA BRAZ
 LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
 LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
 MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
 MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
 MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
 MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
 MARIA DE JESUS MENDES LIMA
 MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
 MARIA ZÊNIA CORREIRA DOMINGUES
 MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
 MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
 MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
 MESSIAS NEIVA
 NÁDIA APARECIDA TOBIAS FÉLIX

NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS
NIELSON ROSA BEZERRA
NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
NIVAN ALMEIDA
ODEMIR CAPISTRANO SILVA
ODLAN VILLAR FARIAS
PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
PAULO PEDRO DA SILVA
PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
PAULO ROBERTO CLARINDO
PAULO ROBERTO REIS FRANCO
PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
ROGÉRIO TORRES DA CUNHA – SÓCIO BENEMÉRITO
ROMEU MENEZES DOS SANTOS

ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
ROSA NASCIMENTO DE SOUZA
ROSANE FERREIRA LARA
ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
RUYTER POUBEL
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
SELMA CASTRO DE ALMEIDA
SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
SOLANGE MARIA AMARAL DA FONSECA
SUELY ALVES SILVA
TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA
UBIRATAN CRUZ
VERA LUCIA PONCIANO DA SILVA
VILMA CORRÊA AMÂNCIO DA SILVA
WAGNER GASPARI RIBEIRO
WASHINGTON LUIZ JUNIOR

SÓCIOS CONTRIBUINTES

ADENILDO DANIEL DA SILVA
ALBANIR JOSÉ DA SILVA
ALINE FERNANDES PEREIRA
ANGELO MARCIO DA SILVA
ARACI DOS SANTOS
CARLA DE OLIVEIRA
CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS
CARLOS JOSÉ DOS SANTOS
CLÁUDIO DE PAULA HONORATO
DENAIR DE SOUZA CORRÊA DE MORAES
EDGAR DE SOUZA CARVALHO
ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
ELIANE PONCIANO DE LIMA
ELIANE PONCIANO DE LIMA
ELIAS DA SILVA MAIA
ENILDO JOSÉ BONIFÁCIO
FERNANDO RAMOS PEREIRA
GERALDO COSTA FILHO
GIANNIS HANS MARTINS PETRAKIS
GUSTAVO GUIMARÃES MOTTA FILHO
HELENITA MARIA BESERRA DA SILVA
HELLENICE DE SOUZA FERREIRA
INDIOMAR GUARACIABA GOMES DA SILVA

JADIVAL OLIVEIRA
JORGE BASTOS FURMAN
JOSÉ CARLOS LEAL
LÉO MANSO RIBEIRO
LEONARDO SIMIÃO DA SILVA
LUIZ FELIPE DOS SANTOS JUNIOR
MAIZE DE OLIVEIRA GONDIM
MARIA CELESTE FERREIRA
MARIA HELENA JACINTHO
NILSON HENRIQUE DE ARAÚJO FILHO
NOEMI REBELLO DOS SANTOS
PAULO DA SILVA
PAULO SÉRGIO DA SILVA
REGINA CELIA SANCHES LOPES – INST. NOSSA SRA. DA GLÓRIA
RICARDO DA FONSECA IGNEZ
ROBERTO LIMA DOS SANTOS
RUBENS DE ALMEIDA
SELMA CHAGAS DE OLIVEIRA
SÉRGIO BARBO DE ABREU
THIAGO GONÇALVES DA SILVA
THIAGO SCHUBERT LOPES
VALÉRIA MOREIRA COUSAQUIVITI



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

16ª Legislatura: 01/01/2009 a 31/12/2012

MESA EXECUTIVA PARA O BIÊNIO 2009/2010

Presidente: DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO - Mazinho
1º Vice-presidente: ADEMIR MARTINS DA SILVA - Ademir Martins
2º Vice-presidente: MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE - Leide
1º Secretário: MOACYR RODRIGUES DA SILVA - Moacyr da Ambulância
2º Secretária: JULIANA FANT ALVES - Juliana do Táxi

VEREADORES

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - Carlos de Jesus
CLÁUDIO CESAR RODRIGUES PEREIRA - Tato
DENILSON SILVA PESSANHA - Maninho do Posto
DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR - Junior Reis
EDUARDO MOREIRA DA SILVA - Eduardo Moreira
EVANGIVALDO SANTOS SOARES - Grande
FRANCISCO DOS SANTOS - Chico Borracheiro
JONAS GONÇALVES DA SILVA - Jonas é Nós
JOSEMAR LUCAS FERREIRA PADILHA - Josemar Padilha
MARCELO FERREIRA RIBEIRO - Marcelo do Seu Dino
MARCOS FERNANDES DE ARAÚJO - Marquinho Oi
MARGARETE DA CONCEIÇÃO DE SOUZA CARDOSO - Gaete
MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA - Fatinha
RICARDO CORRÊA DE BARROS - Ricardo da Karol
SAMUEL CORRÊA DA ROCHA JÚNIOR - Samuquinha
SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA - Chiquinho Grandão

Diretora Geral da CMDC: INGRID JUNGER DE ASSIS



Município de Duque de Caxias

